Universidade de São Paulo.
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
Departamento de História.
Programa de Pós-Graduação em História Econômica.

ANA PAULA SALVIATTI

**A Financeirização do Meio Ambiente
O Caso do Mercado de Créditos de Carbono**

Versão Corrigida

SÃO PAULO
2013

Universidade de São Paulo.
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
Departamento de História.
Programa de Pós-Graduação em História Econômica.

**A Financeirização do Meio Ambiente
O Caso do Mercado de Créditos de Carbono**

Ana Paula Salviatti

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História Econômica do Departamento
de História da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Mestre em
História.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Candia Veiga

Versão Corrigida

SÃO PAULO
2013

Nome: Ana Paula Salviatti.

Título: A Financeirização do Meio Ambiente. O Caso do Mercado de Créditos de Carbono.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Candia Veiga

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

RESUMO

A discussão em torno da degradação ambiental tem origem nos debates iniciados na década de 70. A presente dissertação se insere no escopo da crítica ecológica desenvolvida a partir da teoria do capital monopolista e de seus desdobramentos contemporâneos, ao incorporar as contribuições feitas por François Chesnais *et al* sobre a dominância financeira. O objetivo dessa dissertação é oferecer os paralelos existentes entre as políticas internacionais sobre o meio ambiente e a trajetória percorrida pela economia internacional ao longo dos últimos 30 anos. O contexto histórico no qual o tema se origina é o processo de endividamento dos países do Terceiro Mundo, e a implementação dos Programas de Ajuste Estruturais, a partir da década de 1980. A dissertação busca apresentar as permanências e as rupturas existentes entre os mecanismos de ajuste e as políticas internacionais voltadas ao meio ambiente, incluindo a ratificação do Protocolo de Quioto, processos desenvolvidos sob a mediação neoliberal.

Palavras Chaves: Ajuste Estrutural, Financeirização, Crítica Ecológica, Terceiro Mundo, Protocolo de Quioto.

ABSTRACT

The discussion of environmental degradation originates in debates started in the 70s. This thesis falls within the scope of the ecological critique developed from the theory of monopoly capital and its contemporary developments, to incorporate the contributions made by François Chesnais *et al* on the financial dominance. The objective of this dissertation is to provide the parallels between the international policies on the environment and the trajectory by the international economy over the last 30 years. The historical context in which the issue arises is the process of indebtedness of Third World countries, and the implementation of the Structural Adjustment Programs from the 1980s. The dissertation aims to show the continuities and ruptures between the adjustment mechanisms and international policies related to the environment , including the ratification of the Kyoto Protocol , developed under the mediation processes neoliberal .

Key Words: Structural Adjustment, Financialization, Ecological Critique, Third World, the Kyoto Protocol.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, obrigada a CAPES pela bolsa de mestrado a mim concedida.

A cada um dos funcionários e funcionárias dos restaurantes universitários e da limpeza do CRUSP onde morei todos estes anos quero aqui registrar minha gratidão.

Agradeço a amizade sincera de Gabriel Loner Groff, meu grande e brilhante amigo, assim como a de Alexandre Chaves, sempre ao meu lado transmitindo serenidade e conhecimento.

Com muito carinho falo de Paulo Rodrigo Capeleti, por sua amizade e companheirismo. Obrigada pelos momentos bons, mas principalmente por estarmos juntos nos momentos difíceis.

Faço um agradecimento especial a minha mãe, Vera Lucia Salviatti, sem a qual jamais teria me transformado em quem sou hoje. Se transmitirmos aos nossos através de exemplos tive um dos melhores e mais importantes graças à senhora.

Agradeço profundamente a meu orientador que leu e releu todas as versões desta dissertação em seus mínimos detalhes até o fim. E mais do que isto, respeitou meu crescimento intelectual e pessoal ao longo de todos estes anos, mesmo quando muitas vezes nossos pontos de vista não foram os mesmos. Admiro muito seu trabalho Joca.

Para Adriana Perassi Bosco.

Nasci para satisfazer a grande necessidade que eu tinha de mim mesma. (J.P. Satre)

SIGLAS

CERs Certificado de Emissões

CMMAD Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNUMAD Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92)

COP Conferência das Partes

CQNUMC Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês)

DOE Entidade Operacional Designada, sigla em inglês.

EB Conselho Executivo, sigla em inglês.

ERUs Unidades de Redução de Emissões

EUA Estados Unidos da América

FAO Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FMI Fundo Monetário Internacional

G7 Grupo dos Sete: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido

G8 Grupo dos Oito: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, Federação Russa, França, Itália, Japão, Reino Unido

GATT Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

GEE Gases do Efeito Estufa

IPCC Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas

LULUCF Uso da terra, mudança no uso da terra e silvicultura, sigla em inglês.

MCE Mecanismo de Comércio de Emissões

MDL Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

MJI Mecanismo de Implementação Conjunta

MOP Reunião das Partes

OCDE Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

ONG organização não-governamental

ONU Organização das Nações Unidas

PIB Produto Interno Bruto

PNB Produto Nacional Bruto

PNUD Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

PNUMA Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

P&D Pesquisa e Desenvolvimento

UE União Europeia

UN- HABITAT Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos

UNCTAD Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento

Sumário

Apresentação	1
Introdução.....	4
Capítulo I Distorções do Capitalismo Internacional: O Terceiro Mundo.....	13-34
Seção 1.1 A Organização dos países do Terceiro Mundo	16
Seção 1.2 A Ameaça do Terceiro Mundo	19
Seção 1.3 Relatório Meadows	22
Seção 1.4 Economia Troca de Marcha.....	28
Seção 1.5 Perspectivas teóricas.....	31
 Capítulo II Ajuste Estrutural: Mecanismo de Controle	 35-62
Seção 2.1 Políticas Induzidas.....	40
Seção 2.2 O Relatório Brundtland e os Programas de Ajuste	44
Seção 2.3 Os anos 90 e o Consenso de Washington	47
Seção 2.4 Para Além da Interdependência.	52
Seção 2.5 A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.....	54
Seção 2.6 A adequação à Logica das Finanças do Terceiro Mundo	58
 Capítulo III Liberalização da Economia Internacional.....	 63-76
Seção 3.1 Os Desdobramentos Teóricos do Capital Internacional.....	68
Seção 3.2. As Transformações Históricas da Economia Capitalista.....	70
Seção 3.3. A Predominância financeira.....	75
 Capítulo IV. A Financeirização do Meio Ambiente.....	 77-100
Seção 4.1. O Desenvolvimento das políticas internacionais de meio Ambiente: A Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática.....	77
Seção 4.1.1 Desequilíbrio do Efeito Estufa fruto do Modo de Produção Capitalista.....	84
Seção 4.2. Os Princípios estabelecidos.....	81
Seção 4.3. A Conferência das Partes.....	84
Seção 4.4. Os Mecanismos de Flexibilização.....	86
Seção 4.5 A liberalização do Meio Ambiente.....	89
Seção 4.6 Os Projetos Desenvolvidos – MDL	93
Seção 4.6.1. Os Desertos Verdes.....	94

Seção 4.6. 2. Dinheiro Climático.....	97
Conclusão.....	101-107
Referências Bibliográficas.....	108-118

Índice de tabelas, gráficos e quadros.

Quadro 1. As Distorções do Comércio Internacional.....	16
Gráfico 1 Dívida da América Latina	38
Quadro 2. Grupo Banco Mundial	39
Quadro 3. Políticas Induzidas.....	40
Gráfico 2 Emissões de CO ₂	47
Quadro 4 As Etapas dos Programas de Ajuste Estruturais	48
Gráfico 3 Balança Comercial do Brasil (1980-1999).....	50
Gráfico 4 Dívida Externa total do Brasil (1979-1999).....	50
Gráfico 5 Crescimento da Economia brasileira (1920-1990).....	60
Quadro 5. Tempo de Valorização do Capital	72
Quadro 6 Mercado Primário e Secundário.....	74
Quadro 7. Cronologia dos Acordos Internacionais de Meio Ambiente.....	79
Quadro 8 Mecanismos de Flexibilização	87
Gráfico 6 Subsídios e outras transferências.....	63
Gráfico 7 Estoque de Ativos Financeiros no Brasil (%PIB).....	66
Gráfico 8 Emissões de CERs e ERUs (2008 -2012).....	90
Gráfico 9 Emissões Globais de CO ₂ (1990-2010).....	91
Gráfico 10 Emissões de GEE dos países Anexo I	97
Quadro 9 Plantações de Palma	95
Quadro 10 Projeto Plantar	100
Quadro 11. Dialética dos Meios de Produção.....	104

Apresentação

Para tratar da condição atual dos recursos naturais, a pesquisa tem como ponto de partida o desenvolvimento das relações econômicas que se estabeleceram entre os países e a correspondente divisão internacional do trabalho, em outras palavras, a especialização econômica das nações dentro do comércio internacional.

Dessa forma, a dissertação buscou compreender os nexos estabelecidos entre o desenvolvimento econômico dos países endividados, ricos em recursos naturais, à luz de um recorte histórico da economia internacional. Foram apresentadas as contribuições legadas por Raul Prebisch, e a CEPAL, nos anos 1950, sobre a deterioração dos termos de troca, juntamente com a exposição de outras distorções econômicas que em conjunto atuaram e continuam atuando sobre a distribuição de produção e riqueza entre as nações na economia internacional, com forte impacto sobre o uso dos recursos naturais.

Os anos 1980 foram um período de inflexão para a política internacional. A recuperação da cartilha liberal pelos Estados Unidos trouxe profundas transformações de natureza econômica, política e social de largo alcance. A influência dos Estados Unidos sobre as organizações internacionais formais produziu novas agendas políticas através de programas, projetos e ações que remodelaram as condições para a promoção do desenvolvimento em todos os países, em particular no caso dos países do Terceiro Mundo, através dos Programas de Ajuste Estruturais (PAEs).

Desta feita, a condição dos recursos naturais foi trazida à luz a partir da perspectiva das distorções macroeconômicas produzidas pelas políticas neoliberais, e do papel produtivo reservado aos países terceiro mundistas.

Os debates internacionais feitos sobre os países produtores de matérias primas e abundantes em recursos naturais, assim como os relatórios desenvolvidos por instituições internacionais, foram apresentados *pari passu* às transformações da economia internacional e o contexto político da época. Da mesma forma, as políticas internacionais para o meio ambiente desenvolvidas nos anos 1990, - foram desenvolvidas a partir da influência recebida pelos desdobramentos econômicos da década. O Protocolo de Quioto é fruto deste contexto histórico, e responde às demandas do regime de acumulação altamente financeirizado, que passou a ocupar

a lógica da produção capitalista, através da criação de mecanismos de flexibilização econômicos.

Como resultado da dissertação, recoloca-se no centro do debate sobre as políticas internacionais voltadas à preservação ambiental o papel exercido pelo liberalismo econômico, em particular, a dinâmica da especialização da produção, da desindustrialização dos países terceiro mundistas, e da mediação exercida pelo imperialismo perante a atual configuração do capital monopolista.

Após quase duas décadas desde a implementação dos programas de ajustes estrutural, a pobreza aumentou, o crescimento é na maioria dos casos lento e variável, as crises rurais agravaram-se e a desindustrialização prejudicou as perspectivas de crescimento. Desde há dois anos, a redução da pobreza tornou-se o objetivo fundamental dos programas e das atividades das instituições financeira internacionais na África e em outros países com renda baixa. Essa mudança de atitude merece ser saudada. Mas será que houve uma evolução das mentalidades? CNUCED, Comunicado de Imprensa, 26 set. 2002.

Quanto aos países centrais, leia-se, Estados Unidos, Alemanha e Japão, estes possuem os maiores índices de endividamento econômicos do mundo. Entretanto, isto não quer dizer que os mesmos tenham sido submetidos a algum tipo de ajuste, muito pelo contrário. Grandes economias possuem alta alavancagem financeira, e a proporção de seus endividamentos cresce ano a ano, ou seja, dívidas não são sinônimos necessariamente de insolvência econômica, absolutamente. Entretanto, a inserção das economias centrais é bastante distinta a dos países terceiro mundistas, como será abordado ao longo desta dissertação.

O primeiro e o segundo capítulos trazem os desdobramentos do cenário econômico onde ocorre o desmonte das economias produtivas do Terceiro Mundo e a estruturação das novas condições econômicas internacionais, focados em duas frentes: (1) a condição em que as economias devedoras se encontravam ao longo desse processo decompondo sua capacidade industrial em troca de pacotes de ajuda financeira, (2) a construção da temática ambiental, cooptada logo de início pelas principais praças econômico-estratégicas, leia-se imperialistas, sob a governança dos países da Tríade¹.

¹ A expressão surgiu entre empresários japoneses ainda nos anos 1980, a visão do novo mundo 'triádico', ou de como uma Tríade, deveria estimular o 'globalismo' entre dirigentes industriais e políticos americanos, europeus e japoneses, conforme Chesnais descreve "vamos para de brigar por questões menores

O capítulo terceiro apresenta os desdobramentos econômicos relativos à nova dinâmica de acumulação do capital internacional presentes nos anos 1990 juntamente com a exposição teórica da Escola da Regulação. No mesmo capítulo é trazida à tona a história econômica que envolveu a desconfiguração do Sistema Monetário Internacional.

O último capítulo aborda a construção do Protocolo de Quioto em paralelo à contínua implementação de medidas econômicas liberais. Ainda nesse capítulo são abordadas: a discussão em torno da forte alocação dos interesses das finanças na construção do acordo internacional de Quioto, e a apreciação de alguns projetos desenvolvidos a partir das regras do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Na conclusão, são realçadas: (1) a lógica discursiva dos países industrializados que atribuem o sucesso de suas economias às receitas macroeconômicas transpostas para os ajustes econômicos; e (2) o ponto nevrálgico em que as políticas econômicas dirigidas aos países do Terceiro Mundo, presentes em programas de ajustes e políticas ambientais, assumem ao mantê-los permanentemente na condição de importadores de produtos altamente industrializados do Primeiro Mundo, ou seja, continuamente dependentes política e economicamente por meio da manutenção da divisão internacional do trabalho, a qual é pródiga em delapidar os recursos naturais dos países endividados.

e bobas, como quotas de importação e de que modo nós manejamos a política industrial, vamos tomar consciência de nossos interesses comuns e cooperar!” CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996, p. 23.

Introdução

A economia contemporânea apresenta características que remontam às transformações sofridas na passagem dos séculos XIX para o XX. O estudo da história econômica desse período revela que o desenvolvimento do capital monopolista entre as décadas de 1870 e 1880 na Europa² e os desdobramentos atuais do capitalismo estão vinculados à trajetória de expansão percorrida pela forma monopolista do capital desde então.

No início do século XX, autores como Hilferding, Lenin, Rosa Luxemburgo, Thorsten Veblen, dentre outros, capturaram as transformações ocorridas na economia capitalista, na qual o capital rentista passou a dominar a grande produção industrial e a pautar as novas fontes de investimento³.

Segundo Lênin, em *Imperialismo Fase Superior do Capitalismo*, a livre concorrência cedeu espaço à produção monopolística, resultado direto das políticas coloniais. Esta nova produção gradualmente concentrada passou a dominar a esfera produtiva. Os monopólios produtivos associaram-se aos bancos, anteriormente capacitados a função de mediadores de capital, os quais também passaram pelo processo de concentração que os possibilitou articular diversos setores monopolísticos e centralizar fundos cada vez mais volumosos de capital. Essa concentração bancária libertou grandes fluxos de capital financeiro, originando a Oligarquia da Finança, controladora de vários ramos industriais simultâneos, de aplicações e investimentos voltados à exportação de capitais.

O capital monopolista é aquele que surge da fusão dos monopólios produtivos, fruto da livre concorrência, com o capital bancário, - que diante de sua concentração passou a articular os interesses do capital financeiro em grandes

² Para Hobsbawm a saída para o processo de superprodução que acarretou a crise de 1873 foi a busca por novos mercados. O autor defende a tese de que a expansão colonial incluía, inclusive, a perspectiva de consumo pelas populações dos territórios neocoloniais. HOBBSAWM, E. **A Era dos Impérios**, 1875-1914. Tradução de: Sieni M^a Campos, Yolanda Steidel de Toledo, São Paulo: Paz e Terra, 10^a ed., 2006, p. 70.

³ A exceção de Kaustsky que compreendia o processo econômico em voga como uma tendência, não como algo contingente ao capitalismo. A interpretação que Kaustsky sobre o capital financeiro é de que este se apresenta como uma característica do capital industrial, sem destaque ao processo de circulação de capital. Kaustsky pressupõe que a monopolização da economia capitalista poderia levar ao que chamou de 'ultra – imperialismo', um processo que substituiria o imperialismo concorrencial, no qual a exploração comum, não competitiva dos domínios coloniais, dar-se-ia através de uma grande concentração internacional capaz de superar as contradições existentes entre os grandes monopólios. Entretanto, a competição previamente existente entre os grandes capitais seria uma resposta, segundo Kaustsky, aos territórios coloniais explorados.

operações, inclusive através do investimento produtivo externo⁴. Os bancos constituídos na etapa do capital monopolista passaram a controlar uma rede de dependência entre as várias regiões de investimento e a própria administração dos conglomerados monopolistas. Esta relação de dependência em poder da Oligarquia Financeira é a manifestação mais relevante desta etapa do desenvolvimento capitalista, expresso por Lênin⁵.

Ao longo dos anos as características destacadas por Lênin no início do século XX, sofreram transformações correspondentes aos desdobramentos históricos: Em primeiro lugar, houve o prolongamento e o acirramento da concentração do capital monopolista, com a efetiva participação dos trustes⁶, sindicatos patronais, ou cartéis, no encaminhamento dos assuntos econômicos internacionais. Em segundo lugar, a geopolítica continuou a ser configurada pelo controle de um punhado de países, nas palavras de Lênin, 'evoluídos', os quais visaram manter o domínio das fontes de matérias primas e de recursos naturais, conforme a dinâmica das nações, lançando mão da tática mais adequada para a manutenção destas fontes ao longo das décadas. Os últimos sessenta anos de capitalismo demonstraram a utilização de um escopo político imperialista adaptado aos diferentes contextos históricos.

Em terceiro lugar, a força dos interesses financeiros acrescentou novas características aos antigos objetivos da política colonial, como a luta pelas fontes de matérias primas e recursos naturais a exportação de capitais e a manutenção de zonas de influencia, acirrando a disputa pelo maior controle do território econômico.

O acompanhamento do desenvolvimento do capital monopolista e das políticas imperialistas, através de suas características principais, permitiu observar que as transformações ocorridas com a expansão dos cartéis, as estratégias

⁴ Rosa Luxemburgo em sua leitura sobre o processo imperialista dá ênfase à dupla função dos mercados externos para a produção capitalista. Para a autora os mercados são importantes tanto para a demanda produtiva, como para a realização da mais valia. Em *A Acumulação do Capital* a autora aponta questões relevantes a prática do Imperialismo. Rosa anteviu o princípio da demanda efetiva e a função do Estado como anteparo às crises econômicas, entre outros fatores que serão recuperados por autores contemporâneos como David Harvey.

⁵ Em *Imperialismo - Fase Superior do Capitalismo*, Lênin, à época apresentava sua tese, segundo a qual, após a expansão dos monopólios intersetoriais, organizados em carteis, os quais por definição excluíam todo o tipo de concorrência e impunham o controle direto e indireto às diversas nações em desenvolvimento capitalista inferior, o Imperialismo propriamente dito seria o estado final do sistema capitalista, no qual a repartição do globo entre gigantescos monopólios levaria a um conflito globalizado de grandes proporções entre nações imperialistas, ensejando o fim do capitalismo e o início de uma nova fase, o socialismo.

⁶ Ocorre quando um conjunto de empresas que pertencem a um mesmo seguimento passa a ser administrado centralmente. Tal reunião tem como objetivo dominar o mercado e suprimir a livre concorrência. São grandes grupos que chegam a controlar todas as etapas da produção, desde a retirada de matéria-prima da natureza até a distribuição das mercadorias.

políticas adotadas no período da Guerra Fria, e na posterior reabertura dos mercados às finanças, pavimentaram a esteira pela qual se deram as interações da economia internacional das últimas gerações.

A relação da propriedade das fontes de matérias primas, e de acesso a fontes não renováveis como petróleo e minérios, entre os Estados Rentistas e os Estados Devedores, a disputa entre os cartéis e os países detentores de recursos naturais e a mundialização dos mercados, frutos da etapa mais avançada do capital monopolista, estão em consonância com as políticas internacionais voltadas à preservação das fontes de recursos naturais, também conhecidas como políticas de desenvolvimento sustentáveis.

Um dos primeiros teóricos do capitalismo monopolista, contemporâneo das contribuições marxistas de Rudolf Hilferding⁷, foi o estadunidense Thorsten Veblen⁸, o qual observou que a transição da livre concorrência para a era das corporações monopolistas apresentava imensas implicações para o meio ambiente. Veblen destacou que no estágio da livre iniciativa a redução dos custos de produção associada à exploração dos recursos básicos tinha a finalidade de expandir a mais valia e manter a competitividade através da redução dos preços. Entretanto, a produção monopolista, por meio da centralização da propriedade das fontes de recursos, operou a regulamentação da escassez dos mesmos. Consequentemente, passou a oferecer ao mercado preços monopolistas, gerando enormes ganhos sem a necessidade da redução dos preços.

Uma das principais características apontadas por Veblen foi a transformação do consumo e das mercadorias sob a nova etapa da produção capitalista, pois para o autor o problema que se definia nessa etapa era a geração de mercados, ou seja, o incentivo elevado ao consumo. Assim, ele destacou a importância da 'arte da venda' e o salto no desperdício de recursos na promoção da mesma. Veblen captou

⁷ O primeiro trabalho a observar a existência de alterações na economia capitalista foi publicado em 1902, pelo economista britânico J.A. Hobson. Oito anos depois o economista marxista Hilferding em *O capital Financeiro* capturou as implicações que transformaram o cenário internacional que passou a ser ocupado pelo Imperialismo das nações capitalistas. Em seu livro, Hilferding aponta como o capital, fruto da associação do capital originado nos grupos monopolísticos e nos grandes bancos, passou a pautar vigorosamente as atividades industriais, direcionando o investimento, e assim, retirando o controle exclusivo da organização industrial.

⁸ VEBLEN, T. *Absentee Ownership and Business Enterprise in Recent Times*. New York: Augustus M. Kelly, 164. Apud. FOSTER, A *Ecologia da Economia Política Marxista*; Lutas Sociais, nº 28, p. 87-104, 1º sem. 2012.

o início do processo de incorporação da publicidade, e da embalagem ao 'valor' das mercadorias.

Estas obras precursoras convergiram para o entendimento de que o Imperialismo fomentou a concentração de riqueza ampliada à escala internacional. Após o processo de incremento e expansão dos monopólios deflagrou-se a eclosão das duas Guerras Mundiais. Alavancados pelas investidas feitas pelo Estado de guerra, não só os conglomerados industriais seguiram a trajetória de dominação como se concentraram num estágio ainda maior do que o anterior com o fim do período bélico.

Na década de 1950 ocorreu a expansão dos grupos multinacionais norte-americanos, oriundos da nação mais fortalecida após as duas Guerras Mundiais. Apontado por diversos autores, um passo dado à frente no regime de produção das empresas multinacionais foi o aumento das imposições exigidas aos investimentos externos e às indústrias estabelecidas nos países receptores⁹.

Os anos que se seguiram foram conhecidos como os anos dourados do capitalismo, ao menos até meados dos anos 1960. Foram ao menos vinte anos de políticas de forte intervenção do Estado, restrição cerrada ao setor das finanças e alto investimento no pacto-social de matriz keynesiana, onde a Europa implementou e desenvolveu o Estado de Bem- Estar Social¹⁰.

O período sofreu a influência permanente da Guerra Fria, que criou um contexto muito específico para os partidos trabalhistas europeus mobilizarem políticas públicas de bem estar em benefício da população que voltara da guerra imbuída de que merecia uma atenção diferente do Estado em seu benefício, facilitados pela linha de crédito norte-americana representada pelo Plano Marshall. Esse contexto político pós-guerra, no qual os países buscaram criar bases econômicas estáveis para o recomeço da economia internacional sobre novas estruturas viabilizou de comum acordo o Sistema Monetário Internacional de Bretton Woods¹¹. Foi esse acordo que freou o impulso do capital financeiro internacional

⁹ Desde que a possessão colonial declarada se tornou, de modo geral, pouco prática, outros meios – alguns tradicionais, outros novos – estão sendo investigados e explorados, principalmente nos EUA, que, ao findar a II Guerra Mundial, aproveitaram a oportunidade de organizar e dominar a rede imperialista. MAGDOFF, H. **Imperialismo: da Era Colonial ao Presente**. Tradução: Ruy Jungman, Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

¹⁰ Para mais: GOWAN, P. **A Roleta Global: Uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo**. Tradução: Regina Bhering, Rio de Janeiro: Record, 2003.

¹¹ Sistema , ou acordo de Bretton Woods foi como ficou conhecido o Sistema Monetário Internacional que operava a economia internacional entre os anos 1950 e finais do 1970.

crescente desde a primeira grande crise do capitalismo em 1873, através do controle direto feito às finanças¹².

Com o fim do Sistema de Bretton Woods o capital financeiro internacional retorna com ainda mais força ao mercado internacional de crédito alavancado pela economia em crise do emissor internacional de moeda, os EUA, que viram na liberação das finanças uma saída para sua economia em crise produtiva, através da manipulação direta da política monetária internacional.

O fim da década de 1960 assistiu a uma série de desconstruções do pacto keynesiano motivados por déficits estruturais, crises nos setores produtivos que levaram à unilateral saída dos EUA do acordo de Bretton Woods, abrindo mão da conversibilidade do dólar-ouro. A partir desse momento ocorreram rápidas transformações no cenário econômico internacional, ao dar liberdade às forças reprimidas durante os anos de keynesianismo, ou seja, as finanças 'reajustaram' os principais países capitalistas, recolocando novamente no centro das dinâmicas econômicas a exportação de capitais.

Ao fim do acordo de Bretton Woods e a reabertura dos mercados internacionais somou-se o que Gérard Duménil e Dominique Lévy chamaram de Golpe de 1979. Em meio à crise do petróleo e a combinação perversa de baixo crescimento e taxas de inflação elevadas (estagflação), os EUA elevaram as taxas de juros deteriorando a difícil condição dos países devedores que arrolaram suas dívidas com a enxurrada de crédito fácil a juros flutuantes trazidos pelos petrodólares. A elevação das taxas de juros multiplicou as dívidas dos países do dia para noite, convertendo-os em devedores sem saída, presa fácil para as soluções que seriam apresentadas pelas Instituições Financeiras Multilaterais nos anos 1980 e 1990.

Países que apresentavam elevados índices de crescimento entre os anos de 1940 e 1970, e que adotaram a política macroeconômica de substituição de importações, foram coagidos ao longo dos últimos trinta anos a transformarem suas políticas de crescimento voltado para dentro, em políticas de exportação de *commodities*, voltadas para fora. Esses mesmos países passaram a seguir a cartilha de abertura de mercado a investimentos estrangeiros; e a partir dos anos 1990,

¹² O Sistema Monetário Internacional de Bretton Woods será tratado em seus pormenores no Capítulo III. Para mais: SALVIATTI, A. P. A exuberância irracional do capital. Um estudo de história econômica dos últimos 60 anos de capitalismo e de sua dinâmica. In: **Encontro de Pós Graduandos** - FFLCH-USP, VI., São Paulo, 2011. ISBN: 978-85-7506-195-4

promoveram maciçamente a liberação financeira, disponibilizando suas estruturas nacionais aos fluxos e refluxos deste capital¹³. A estes países que avançaram rumo à industrialização, a década de 1980 marginalizou-os das escalas de concorrência em nível mundial, porque passaram à condição de pagadores de juros e geradores de superávits na balança comercial.

Para autores como Michel Aglietta, François Chesnais, Catherine Sauviat, dentre outros, este foi o momento de observar as mudanças pelas quais o desenvolvimento da economia capitalista passava a apresentar uma nova fase do processo de internacionalização do capital. A hierarquização do conjunto restrito de países que dirigia o processo de acumulação foi acentuado pelo controle adquirido diante das finanças liberadas que partiam de suas nações, restando aos outros países obedecer às condições impostas pelo regime de mercado, através das regras ditadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM).

A globalização dos mercados, ou a mundialização do capital, definida por autores como François Chesnais (1996), postula que o padrão de investimentos de grandes grupos industriais e de serviços observa globalmente as possibilidades de arbitragem de perdas e ganhos cada vez mais pautados pelo curto prazo de suas operações, fazendo com que uma atividade financeiramente ‘atraente’ deixe de sê-lo em questão de dias. Essa dinâmica das finanças ficou caracterizada pela formação de capital fictício, constantemente valorizado na figura de ativos financeiros, e pela transferência de riquezas drenada do setor produtivo para o circuito das finanças que passam a ser inseridas no sistema internacional na forma de rendimentos, conforme os textos precursores apontaram no início da introdução.

Diferentemente dos anos dourados do capitalismo, hoje o que caracteriza o ‘novo capitalismo’ de fins do século XX e início do XXI¹⁴ é a presença de figuras administrativas, muitas vezes anônimas, de diferentes fundos (investimentos, ações, fundos de pensão, etc.) com ativos financeiros disponíveis na casa dos bilhões de dólares. Neste conjunto de possibilidades econômicas propiciado pela liberdade conferida ao capital financeiro ocorreu a metástase das empresas da Triade em todo

¹³ Para mais: BRUNO, M. DIAWARA, H. REIS, A. RUBENS. Finance–Led Growth Regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas. In: **Encontro Nacional de Economia Política**, 14, 2009, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo, 2009. COELHO, J. **Economia, poder e influência externa. O Banco Mundial e os anos de ajuste na América Latina**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

¹⁴ Cf. CHESNAIS **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996, pág 15

o mundo¹⁵, ou seja, as empresas multinacionais com sede nos países do Primeiro Mundo passaram a operar em escala global. Aos países da Tríade abriu-se um aprofundamento da distância entre estes, situados no âmago do oligopólio mundial, e os países devedores. Passou-se por um novo processo de concentração: oligopólios transnacionais, grandes fundos e operadores financeiros à escala da Tríade.

Segundo Lévy e Duménil, o imperialismo¹⁶ que passou a vigorar na era neoliberal, pode ser caracterizado pela hegemonia dos EUA, os quais drenam fluxos enormes de renda do restante do mundo. Para os autores, o neoliberalismo define um estágio particular do capitalismo, já o imperialismo define-se por ser uma das características fundamentais presente na origem do sistema capitalista. Assim, os autores expõem que Lenin observou um estágio, uma configuração muito particular do imperialismo, fortemente marcado pela rivalidade entre os maiores países capitalistas culminando com a Primeira Guerra Mundial. Esse período de impérios coloniais, multipolar, cedeu lugar, após a Segunda Guerra Mundial, a uma configuração bipolar evocada pela Guerra Fria. Com o fim da União Soviética, Dominique Lévy e Gérard Duménil afirmam que a configuração estabelecida foi de um imperialismo unipolar, na qual os EUA representam o país que exerce a hegemonia, o 'país imperial hegemônico', dentro de um conjunto de países imperialistas compostos pelos outros países que compõe a Tríade. (Cf. Lévy e Duménil, 2007, p 3)

Dessa forma, os autores apontam como característica do atual neoliberalismo a distribuição de rendas financeiras que, por sua vez, reduz de maneira drástica a retenção de lucros e seu reinvestimento na produção. O Neoliberalismo repõe a divisão imperialista ao manter os fluxos de renda circunscritos ao grupo dos países imperialistas, com destaque para o líder hegemônico, os EUA. Os autores oferecem uma interpretação que apresenta o imperialismo como uma característica presente nos fundamentos da acumulação capitalista, e o neoliberalismo como uma forma de política econômica, assim como acontecia com o keynesianismo de outrora, ambos submetidos ao imperialismo.

¹⁵ CHESNAIS. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração consequências**. Prefácio de Luiz Gonzaga Beluzzo. Tradução: Rosa M^a Marques, Paulo Nakatani, São Paulo: Boitempo, 2005.

¹⁶ Os autores defendem que o imperialismo precisa ser compreendido como um amplo conjunto de práticas econômicas, políticas culturais, etc., e não pode ser reduzido a nenhum dos seus componentes isolados. (cf. p.3) Neoliberalismo.

Em conjunto, autores¹⁷ de diferentes correntes e escolas críticas como David Harvey, Paulo Arantes, Andrés Romero, Giovanni Arrighi, Gérard Duménil e Dominique Lévy convergem suas análises para o aumento da militarização norte-americana como consequência de um realinhamento imperialista após as crises financeiras estabelecidas bem no núcleo da economia estadunidense com a entrada dos anos 2000¹⁸.

Para Harvey, em *Novo Imperialismo*, o que caracteriza essa etapa prolongada dos mercados liberados é a ‘*dispossession*’, uma forma que não cessou de existir, a acumulação primitiva¹⁹, ou como indica Belluzzo, a acumulação por expropriação. Harvey aponta que os investimentos se movem do centro às economias exportadoras que possam a ser expropriadas e proporcionar investimentos rentáveis. Ademais, esse movimento é adicionado à máquina de guerra estadunidense. Para Harvey, o contexto histórico presente é o de uma reelaboração do imperialismo aos moldes neoliberais contemporâneos.

O Novo Imperialismo datado de fins da década de 1990, início dos anos 2000, está estruturado sobre os mecanismos mais violentos da acumulação primitiva, um regime de acumulação que Harvey cunhou de acumulação por despossessão. Segundo Harvey, a diferença entre esse estágio e aquele dos anos anteriores de ajuste econômico é a associação da economia liberalizada com a ação militar

¹⁷ HARVEY, D. O “novo” imperialismo: sobre rearranjos espaciotemporais e acumulação mediante despossessão. *Margem Esquerda, ensaios marxistas*, nº5, maio, 2005. p. 31-40. ARANTES, P. Último round. *Margem Esquerda, ensaios marxistas*, nº5, maio, 2005. p. 41-50. ROMERO, A. Estratégia imperial e instabilidade mundial. *Margem Esquerda, ensaios marxistas*, nº5, maio, 2005. p. 51-57. ARRIGHI, G. As escalas da turbulência global. *Margem Esquerda, ensaios marxistas*, nº5, maio, 2005. p. 58-63. DUMÉNIL, G. LÉVY, D. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, nº 1 (29), p. 1-19, abr. 2007. _____. O Neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. in *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração consequências*. Tradução: Rosa Mª Marques, Paulo Nakatani, São Paulo: Boitempo, 2005. p. 85-108.

¹⁸ A crise de 2000 - 2001 esteve relacionada à bolha de investimentos financeiros sobre as chamadas *empresas.com*, ou nova economia, que corresponde ao ramo de empresas ligadas à Tecnologia, Mídia e Telecomunicações. Já a crise de 2008, esteve relacionada aos empréstimos hipotecários contraídos pelas famílias norte-americanas, os quais sustentaram a demanda de consumo do país – e do mundo - no intervalo entre 2001 e 2008. Pois que na ausência de crescimento da economia real norte-americana, ou dos ganhos salariais destas famílias, a saída pelo empréstimo aos consumidores foi estimulada pelo próprio Estado, a fim de movimentar a economia, o que terminou por romper a segunda bolha econômica em menos de uma década, a qual o contágio e os desdobramentos são tidos até a presente data. O assunto será tratado em seus pormenores no Capítulo 4, seção 4.2. Para mais: BRENNER, R. **O boom e a bolha: Os Estados Unidos na economia mundial**. Tradução: Zaida Maldonado, Rio de Janeiro: Record, 2003. _____. **Novo Boom ou Nova Bolha?** Acesso em 05 de Agosto de 2011, disponível em New Left Review: <<http://www.newleftreview.org/A2490>>. 25 jan. 2011.

¹⁹ MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, São Paulo: Vol. I, II e III, Nova Cultural, Os Economistas, 1985, Acumulação Primitiva: Livro. I, V. I, cap. XXIV.

moldada às necessidades do estado norte-americano, tudo isso em torno de recursos naturais existentes em qualquer lugar do globo.

Com o sistema monetário internacional dissolvido, o mesmo passou a ser pautado pelas políticas monetárias exclusivas ao país cede da moeda internacional, os EUA. O processo de transferência e criação de riqueza e propriedade privada, conforme será tratado nos capítulos da dissertação, se dará por um processo contínuo, ininterrupto ao longo das décadas de 1980 e 1990 em condições específicas. Esse reordenamento processou um novo 'ajuste' econômico e imprimiu novas características ao termo 'imperialista'. Com o retorno do liberalismo, outra nova página do imperialismo foi virada e em pouco tempo revestiu-se de um perfil ainda mais violento. Na visão de muitos autores, o imperialismo das décadas iniciais do século XXI retomou as raízes históricas do capital, institucionalizando a via militar, através da contínua expropriação de vastas regiões do Terceiro Mundo.

A análise da etapa atual da produtividade do capital, hoje continuamente comandado pelo *just in time*²⁰ e pautado pelos interesses do capital fictício possibilita abordar o tema da elaboração de acordos ambientais internacionais, a partir de um quadro específico da história econômica dos últimos trinta anos. Desta forma, dentro dos parâmetros estabelecidos nessa introdução, será feita a abordagem das discussões ambientais ocorridas nas instituições internacionais. Ao final, a discussão proposta alcança a década de 1990, com a elaboração do Protocolo de Quioto no ano de 1997.

²⁰ O termo *just in time* faz referência a adaptação sofrida pelo processo produtivo perante o regime de financeirização, no qual é instituído que a produção de mercadorias só ocorra mediante a existência concreta de demanda, ou seja, no pós venda. O *just in time* reorganiza a produção com vias a eliminação de estoque e cria a dependência a pequenos fornecedores de matérias-primas, e é utilizado maciçamente em montadoras de carros, em sistemas de produção deslocalizados. Para mais: PAULANI, L. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23 (66), 2009. _____. A Autonomização das Formas Verdadeiramente Sociais na Teoria de Marx: Comentários sobre o Dinheiro no Capitalismo Contemporâneo. **EconomiA**, Brasília(DF), v.12, n.1, p.49–70, jan/abr 2011.

Capítulo I. Distorções do Capitalismo Internacional: O Terceiro Mundo.

A eclosão da crise econômica de 1929 e os anos que se seguiram, culminaram com a 2ª Guerra Mundial, na qual os países conflitantes, majoritariamente industrializados direcionaram sua produção para fins bélicos. Esse importante evento na história mundial, por sua vez, alterou a ordenação da divisão internacional do trabalho e o desenvolvimento econômico dos países de capitalismo primário. Localizados ao sul da linha do equador, estas nações não participaram diretamente do conflito mundial, ou o fizeram marginalmente, mas tiveram que dar conta de uma conjuntura de introversão dos mercados estrangeiros e direcionar suas economias para um modelo produtivo que contivesse produtos antes somente importados dos países beligerantes.

O período entre guerras possibilitou não só a reorientação autônoma da própria estrutura produtiva dos países que já possuíam independência política, como também viabilizou o desencadeamento dos processos de demanda de soberania dos territórios pertencentes ao sistema neocolonial²¹. À independência política, restaria alcançar a independência econômica dos países frente à ordem econômica internacional.²²

A reorientação produtiva proporcionou taxas consideráveis de crescimento aos países que conseguiram articular sua produção baseados em um modelo diferente daquele imposto pelas nações industrializadas, tanto no período do Sistema Colonial, quanto naqueles subsequentes, em condições pós-independência. O modelo apresentado para enfrentar as consequências desencadeadas com a crise de 1929 ficou conhecido como o de ‘substituição de importações’, ou ‘nacional

²¹ Poucos anos após o fim do conflito da 2ª Guerra Mundial, as colônias inglesas, holandesas e francesas, correspondendo a vastas regiões da Ásia e da África atravessaram convulsões nacionais adquirindo sua independência política, pondo fim ao sistema colonial. Ainda levariam alguns anos para que as colônias portuguesas conseguissem sua independência, conquistadas após a Revolução dos Cravos em Portugal, pondo fim ao regime fascista luso, que abriu caminho para as nações subsaarianas da África a conquistarem sua autonomia política.

²² “O Partido Trabalhista Inglês, não obstante sua ideologia socialista confessa (...) Embora tenha eventualmente, presidido a dissolução do Império Britânico formalmente não o fez por escolha, mas por necessidade -, supervisionou com bastante realismo essa dissolução, cuidando para que houvesse uma transição tão suave quanto possível para um império informal, que servisse à mesma política econômica imperialista.” MAGDOFF, H. **Imperialismo: da Era Colonial ao Presente**. Tradução: Ruy Jungman, Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 21

desenvolvimentismo'²³, que em pouco tempo passou a sofrer forte retaliação dos países industrializados recém-saídos da guerra.

O modelo implementado por países majoritariamente latino-americanos no período entre 1930 e 1955 teve caráter marcadamente populista²⁴. A dimensão econômica do modelo de substituição de importações, anos mais tarde foi sistematizada por Raúl Prebisch, economista argentino da CEPAL, Comissão de Economia e Planejamento para América Latina. Em 1949, o economista cepalino defendeu a ideia da 'deterioração dos termos de troca' que marcou a estratégia desenvolvimentista dos países da América Latina. Seu estudo contribuiu para a compreensão prática da relação de dominação existente entre centro e periferia, conforme o vocabulário da escola cepalina.

Grandes disparidades na distribuição de renda constituem uma característica persistente de nosso capitalismo. Na verdade, o sistema se baseia na desigualdade social. Os países Latino Americanos, até o final da década de 70, registraram muitos anos de elevadas taxas de produtividade devidas à introdução de técnicas produtivas provenientes de centros capitalistas desenvolvidos. (PREBISCH, 1987, p. 5,6)

A importância da concepção desenvolvida por Prebisch está na exposição das estruturas pré-estabelecidas que produtos caracteristicamente exportados pelos países do Terceiro Mundo²⁵, primário exportadores, enfrentam no mercado internacional de trocas. O fator responsável pela tendência ao desequilíbrio do balanço de pagamentos da periferia que Prebisch faz referência é a baixa

²³ Não trataremos nesta dissertação de economias de origem fascistas europeias do período entre guerras.

²⁴ Argentina, Perón 1945-55. México, Lázaro Cárdenas 1934-1940. Brasil, Getúlio Vargas 1930-45 e 1950-54.

²⁵ Ao longo da dissertação foram adotadas as seguintes definições: Terceiro Mundo, países endividados, economias do Sul, ou simplesmente Sul; países industrializados, países que dirigem o processo de acumulação, economias do Norte, ou somente Norte, mas não foram utilizados conceitos tais como: países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos, forma pela qual são usualmente nomeados formalmente pela economia de mercado. Essas definições não são do interesse da dissertação, pois não contribuem, nem refletem o conjunto de relações presentes na história econômica. Paralelamente, as determinações: em desenvolvimento e subdesenvolvimento incutem uma ideia de progresso que ao longo da dissertação estará longe de existir; também não são usados os termos: centro e periferia, conceitos dualistas que não correspondem ao panorama de condições estabelecido no plano da economia internacional vigente. Ademais, mesmo ocorrendo diferenças substanciais entre países do Terceiro Mundo, todos eles receberam a mesma cartilha econômica de crédito vinculante nos anos de 1980 e 1990 das Instituições Financeiras Multilaterais. Por essa indistinção de tratamento feita por instituições as quais são estudadas nessa dissertação, a mesma também será acolhida ao dirigir-se aos países terceiro mundistas.

elasticidade renda da demanda por produtos primários, a qual leva à queda dos preços relativos dos produtos periféricos. Segundo o economista:

É um fato bem estabelecido que a demanda de importação de produtos primários latino-americanos nos centros é geralmente mais baixa do que a elasticidade renda da demanda latino-americana de produtos industriais destes centros. (PREBISCH²⁶, 1959, apud, Eginardo, 1981, p. 101)

Acrescida à distorção apontada por Prebisch, tais produtos ao serem produzidos intensivamente chegam em grande quantidade aos mercados perdendo ainda mais seu valor devido à grande oferta dos mesmos. Realidade diferente da encontrada pelas mercadorias industrializadas, aquelas que possuem alto valor agregado, originada de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, concentrados nos países industrializados, constituindo aquilo que se tem por alta elasticidade de demanda.

Em 1974, o Relatório Anual do Banco Mundial já apontava o problema:

Como os produtos industrializados pertencem à estrutura de mercado mais concentrados que os produtos primários e semiacabados, o centro industrializado é beneficiado por uma menor elasticidade-preço. Além disso, muito dos insumos utilizados para a produção de produtos primários, como fertilizantes, experimentam fortes acúmulos de preço desde 1971. (WORLD BANK REPORT, 1974)²⁷

Uma terceira distorção sofrida pelos produtos do Terceiro Mundo²⁸ é a de que por serem limitados à produção de bens primários, ou semi-industrializados, esses bens encontram nas praças internacionais, altas cargas de subsídios, cotas de

²⁶ PREBISCH, R. Commercial Policy in the underdeveloped Countries. in **The American Economic Review**, vol. XLIX, May, 1959, nº 2, p. 252.

²⁷ COELHO, J. **Economia, poder e influência externa. O Banco Mundial e os anos de ajuste na América Latina**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012, p. 127

²⁸ A definição de países do Primeiro Mundo e do Terceiro Mundo em uso nessa dissertação corresponde ao poder político e econômico internacionais que são traduzidos em cotas e poder de veto nas duas das mais importantes instituições financeiras multilaterais internacionais: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, as quais serão tratadas em conjunto como Instituições Financeiras Multilaterais (IFM), sendo mais adiante exploradas em suas características específicas.

importação e medidas protecionistas que beneficiam os produtores locais das regiões de capitalismo industrializado²⁹.

Os entraves encontrados pelos produtos exportados pelo Terceiro Mundo no mercado internacional podem ser assim descritos:

Quadro 1 As Distorções do Comércio Internacional

Deterioração dos Termos de Troca.
Oferta Intensiva.
Subsídios Agrícolas; Cotas de Importação; Taxas Alfandegárias.

Elaboração Própria

1.1. A Organização dos países do Terceiro Mundo.

A principal implicação política da tese de Prebisch era opor-se à defesa da divisão internacional do trabalho tal qual ela foi imposta, baseada nas vantagens comparativas³⁰, a qual afirma que os ganhos auferidos pelo comércio dos produtos traria benefícios contínuos dentro do ramo de especialidade existente em cada país. O embate destas duas correntes interpretativas centra-se sobre a especialização da produção internacional. Os três entraves à exportação de produtos impõem grandes perdas para as exportações do Terceiro Mundo no comércio internacional, desarticulando os critérios das vantagens comparativas diante das distorções encontradas na divisão internacional do trabalho.

Os países de capitalismo primário exportador enfrentaram a divisão internacional ao longo da Guerra Fria, os quais buscaram espaço para seus produtos no mercado e representatividade internacional para suas demandas políticas. Entretanto, tal disputa adentrou em um novo patamar com a recuperação do neoliberalismo na arena política na década de 1980. A conjuntura dos anos que se seguiram a 1980 foi permissiva às políticas neoliberais patrocinadoras das

²⁹ A raiz fundamental do fenômeno era localizada na baixa elasticidade renda da demanda de produtos primários por parte dos países desenvolvidos. Isto tenderia a fazer com que, à medida que se elevava a renda per capita neste centro dinâmico do capitalismo mundial, a absorção de produtos provenientes na periferia se desse a uma velocidade relativamente menor. Por outro lado, (...) à proporção que aumentava a produtividade do trabalho nas atividades de produção para exportação, isto provocava como resultado uma elevação dos lucros, uma expansão incontrolada da oferta e finalmente um declínio dos preços, acarretando uma transferência contínua, para o exterior, dos 'frutos do progresso técnico' realizado nas economias periféricas. (PIRES, p. 86)

³⁰ O postulado das Vantagens Comparativas surgiu em 1817 com David Ricardo em 'Os Princípios da Economia Política e do Imposto'.

vantagens comparativas acima apresentadas, as quais passaram a sistematicamente promover a publicação de relatórios anuais, e a implementar pacotes de ajustes aos países periféricos.

A reivindicação dos países reunidos em 1955, em Bandung, representou a busca de inserção independente dos povos do Terceiro Mundo no cenário Internacional, (CARDELIER apud ZANETTI, p. 28), como também manifestou a disposição política pelo neutralismo, e o fim da corrida armamentista em voga durante a Guerra Fria entre os blocos capitalista e comunista. O movimento nascido em Bandung, que reunia países da África e Ásia, cresceu e a ele países da América Latina associaram-se dando origem ao Movimento dos Não Alinhados. Entre 1958 e 1970, a emergência do Terceiro Mundo como força política no cenário mundial, aproxima-se, no plano da política internacional, ao movimento dos países não alinhados, participando ativamente dos debates da ONU³¹.

Esse movimento de aproximação formou uma representação própria de interesses do Terceiro Mundo no âmbito das Nações Unidas. Em 1964, a força do Terceiro Mundo se manifesta através da criação da UNCTAD, - Conferencia das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento, que buscou opor-se à divisão internacional do trabalho promovida pelos países industrializados³².

A luta por uma Nova Ordem Econômica Mundial na qual países não alinhados pudessem ter sua independência política, assim como defender sua autonomia econômica frente às imposições do Primeiro Mundo foi tema de uma agenda comum aos movimentos citados. Entre as principais bandeiras que percorreram os movimentos de articulação terceiro mundistas destacou-se a queda das taxas alfandegárias e o fim dos subsídios agrícolas produtivos fornecidos aos produtores dos países industrializados. Essa defesa seria repetida em outros grupos formados

³¹ Cf. ZANETTI, A. **Comércio Internacional: do GATT à OMC**. São Paulo: Claridade, 2001, p. 41, 42.

³² Tão logo a Segunda Guerra terminou e logo se iniciou a Guerra Fria lançada com a declaração de Truman ao congresso norte-americano em 1955 no qual defendia (...) Um racha entre os dois principais países Aliados de vertentes ideológicas opostas que passaram a repartir o mundo entre si, que deram origem ao Bloco Comunista liderado pela URSS e o Bloco Capitalista, encabeçado pelos EUA. A disputa pelos espaços levou também a uma nova divisão dos mesmos. É nesse contexto que são reunidos em um mesmo conjunto países distintos em suas culturas e políticas locais, entretanto, homogeneizados pela função de produtores de bens de baixa ou nenhuma elaboração industrial, fortemente agrários, desempenhando papel delimitado pelo capitalismo industrializado na estrutura de produção internacional. Eles passaram a constituir o Terceiro Mundo, composto pela América Latina e as nações recém-independentes da Ásia e da África. Características comuns aos países do Terceiro Mundo no período de Guerra Fria, segundo Marques, Beretti e Faria: Alto grau de dependência econômica, predomínio das atividades agrícolas e extrativas, alto índice de mortalidade infantil, baixa expectativa de vida, altas taxas de analfabetismo, grandes desigualdades sociais e instabilidade política. BERUTTI, F. FARIA, R. MARQUES, **A história do tempo presente**. 2ª ed, São Paulo: Contexto, 2007, 62.

pelo Terceiro Mundo, como por exemplo, o G77 e inclusive o atual BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).

No início dos anos 1960, os países produtores de petróleo formaram a Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a OPEP. A formação de um cartel de produtores contrariava a estrutura de mercado moldada a partir das demandas dos países industrializados no que se refere à principal matéria-prima (e ao principal recurso não renovável) dentro da indústria capitalista. O petróleo possui extensa utilização e longa presença na cadeia produtiva de inúmeros produtos, sem mencionar o fato de ser a base energética de todo o processo produtivo vigente. A formação da OPEP enfrentou diretamente os interesses das transnacionais petrolíferas, então conhecidas como “Sete Irmãs³³”. A criação da OPEP gerou um conflito direto de interesses entre o cartel de países produtores e o cartel das transnacionais exportadoras.

Ilustrativo da perspectiva parcial do conflito comercial foi o Acordo de Achnacarry de 1928, na propriedade da família Rockefeller³⁴. Acordou-se entre as transnacionais petrolíferas o padrão de preços que passaria a vigorar para a comercialização do barril de petróleo baseado no custo de extração mais elevado localizado no Texas.³⁵

Três anos após o reconhecimento internacional da OPEP, foi formado o Clube de Roma, em 1968, com o objetivo manifesto de ‘discutir os problemas a serem enfrentados pela humanidade’. O Clube foi instituído em uma das propriedades de David Rockefeller³⁶. O Clube de Roma publicou anos depois um dos trabalhos inaugurais sobre a temática da crise ambiental, ‘Os Limites do Crescimento’, também conhecido por Relatório Meadows.

O objetivo do Clube de Roma (...) era examinar o complexo de problemas, que afligem os povos de todas as nações, como a pobreza em meio à abundância; a perda de confiança nas instituições; a expansão urbana descontrolada; a insegurança de emprego; a alienação e outros transtornos econômicos e monetários.

³³ Formavam as 7 Irmãs: Gulf, Socal, Exxon, British Petroleum, Royal Dutch-Shell, Mobil Oil, Texaco.

³⁴ A família Rockefeller está no ramo de atividade de distribuição do petróleo desde o início da exploração nos Estados Unidos da América, ainda no século XIX. Para mais: YERGIN, D. O petróleo: Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro. Tradução: Leila Marina, Maria Guimarães, Maria Góes. São Paulo: Paz e Terra, 2012. KUCINSKI, B. **O que são multinacionais**. 14ªed, São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2009.

³⁵ Cf. REBÊLO, M. Jr. **O desenvolvimento sustentável: a crise do capitalismo e o processo de recolonização**. 2002, doutorado, Universidade de São Paulo, 2002, pág. 98.

³⁶ A família Rockefeller era proprietária de três das 7 Irmãs transnacionais de petróleo. Ibidem, pág. 140.

Estes elementos, aparentemente divergentes da “problemática mundial” têm três características em comum: ocorrem até certo ponto em todas as sociedades; contêm elementos técnicos, econômicos e políticos; e, o que é mais importante, atuam uns sobre os outros (MEADOWS, 1973, p. 11)³⁷

Poucos anos depois, em 1973, foi formada a Comissão Trilateral. A comissão foi fundada pelo próprio David Rockefeller com o intuito de reunir representantes das três principais regiões econômicas, entendidas por EUA, Europa e Japão, a fim de unirem forças e dividirem a pesquisa e o desenvolvimento (P&D) frente à concorrência e à resistência no mercado internacional oferecida pelo Terceiro Mundo.

Ela foi criada em 1973, sob o impacto da crise econômica [o choque do petróleo] que tinha início, e, principalmente, devido ao temor provocado no mercado capitalista pela atuação da OPEP. Com efeito, a OPEP era um cartel de países essencialmente do Terceiro Mundo. (...) Para os países capitalistas mais desenvolvidos, o exemplo da OPEP não poderia ser seguido por outros países, possuidores de matérias primas necessárias ao primeiro mundo. Urgia, portanto, tomar medidas que evitassem que o exemplo se propagasse. (...) Seus membros foram selecionados entre os três componentes do mundo da democracia capitalista: os EUA, a Europa e o Japão. Há, entre eles, chefes, senadores, professores de assuntos internacionais, etc.

O francês François Banchart conceitua o trilateralismo como esforço global de remanejamento, reorganização e adaptação das forças políticas, militares, econômicas e ideológicas do imperialismo. (...) Como indicam os informes da Comissão as potências trilaterais devem reordenar em conjunto suas relações externas a fim de fazer frente ao Bloco Soviético e ao Terceiro Mundo, em especial. (CHOMSKY³⁸, 1979, apud, BERUTTI, F. FARIA, R. MARQUES, 2007)

Ambas as organizações, o Clube de Roma e a Comissão Trilateral, desempenharam papel influente nas políticas internacionais especialmente voltadas à organização do Terceiro Mundo nas décadas seguintes. Em ambas, as diretrizes acordadas possuíam profunda consonância. Visavam tanto à reorganização da ordem econômica, quanto ao que estará vinculado ao debate ecológico. Segundo Kucinski, o Clube de Roma e a Comissão Trilateral têm sido os locais onde

³⁷ Meadows, Donella. **Limites do crescimento : um relatório para o projeto clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

³⁸ CHOMSKY, Noam. **A administração Carter: mito e realidade**. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, nº 15, set. 1979, p. 32-40.

presidentes de multinacionais discutem os destinos do Planeta Terra e o Mercado Comum Europeu³⁹.

1.2. A Ameaça do Terceiro Mundo.

A ideia de que outros cartéis de produtores fossem criados, causou preocupação aos representantes das principais transnacionais, originárias das três regiões que compõe a Comissão Trilateral. Frente à organização e às demandas do Terceiro Mundo, grupos internacionais de negócios não tardaram em reunirem-se. Conforme textualmente descrito em um dos principais artigos publicados pela Comissão Trilateral intitulado: A Ameaça do Terceiro Mundo⁴⁰, publicado no ano de sua fundação, é possível ler:

Recursos Naturais: Em primeiro lugar, os Estados Unidos estão rapidamente se juntando ao restante dos países industrializados na dependência do Terceiro Mundo quanto a uma parte crítica do seu abastecimento de energia e outros recursos naturais. Somente para o óleo, as importações anuais dos EUA deverão aumentar em US\$ 20 bilhões até o final da década. Mas não é apenas o muito divulgado petróleo, a aceleração das importações de outras matérias-primas irá aumentar estes números de forma significativa⁴¹.

Quatro países controlam mais de 80 por cento da oferta exportável do cobre mundial, já estão organizados, e já estão prontos para usar seu poder de oligopólio. Dois países respondem por mais de 70 por cento das exportações mundiais de estanho, e quatro países chegam perto de 95 por cento. Quatro países juntos possuem 50 por cento da oferta mundial de borracha natural. Quatro países possuem mais da metade da oferta mundial de bauxita, e a inclusão da Austrália (que poderia muito bem se juntar ao "Terceiro Mundo" para tais fins) traz o total acima de 90 por cento⁴².

³⁹ Cf. KUCINSKI, 2009.

⁴⁰ BERGSTEN, Fred. **The Threat from the Third World**, Foreign Policy, Washingtonpost, Newsweek Interactive, LLC, nº.11, 1973, pp. 102-124 Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1148041>>. Acessado em: 02 dez.2012.

⁴¹ Natural Resources: First, the United States is rapidly joining the rest of the industrialized countries in depending on the Third World for a critical share of its energy supplies and other natural resources. For oil alone, annual U.S. imports are expected to rise by \$20 billion by the end of the decade. But it is not only much publicized oil; accelerating imports of other raw materials will raise these figures significantly. (BERGSTEN, 1973, p. 108)

⁴² Four countries control more than 80 per-cent of the exportable supply of world copper, have already organized, and have already begun to use their oligopoly power. Two countries account for more than 70 percent of world tin exports, and four countries raise the total close to 95 percent. Four countries combine for more than 50 percent of the world supply of natural rubber. Four countries possess over one-half the world supply of bauxite, and the inclusion of Australia (which might well join the "Third World" for such purposes) brings the total above 90 percent. Ibidem.

No café, os quatro principais fornecedores começaram a conspirar (mesmo no âmbito do Acordo Internacional do Café, que inclui os principais países consumidores) para impulsionar os preços⁴³.

Uma ampla gama de países do Terceiro Mundo, portanto, têm potencial considerável para o poder de mercado estratégico. Eles poderiam usar esse poder contra todos os compradores, ou de forma discriminatória por meio de preços diferenciados ou fornecimento condições, por exemplo, para evitar custos mais elevados para outros PMD (países menos desenvolvidos), ou contra os Estados Unidos, só para favorecer Europa ou no Japão. (...) Os fornecedores seriam ainda mais propensos a usar seu poder de monopólio para cobrar preços mais altos para suas matérias-primas, diretamente, ou, através de técnicas como insistindo que eles processam os materiais⁴⁴.

Segundo Bergsten, o ativo engajamento do Terceiro Mundo frente a uma economia cada vez mais mundializada causaria grandes prejuízos à posição internacional da economia norte-americana, e também prejudicaria o combate à inflação doméstica e o equilíbrio em sua balança internacional de pagamentos. Bergsten aponta para a dificuldade em se encontrar substitutos para certas *commodities*, o que aumentaria o risco e a cooperação entre os países do Terceiro Mundo. Por esse motivo, o autor aconselha os membros da Comissão a investir no desenvolvimento de produtos que possam vir a substituir aqueles importados.

Em seu trabalho, Bergsten aponta que grande parte dos investimentos estrangeiros norte-americanos no Terceiro Mundo encontra-se em matérias-primas:

O espectro da "concorrência canibal" entre os ricos em recursos naturais é, infelizmente, uma possibilidade real que sugere que os proprietários desses recursos possuem uma enorme influência. Igualmente importante é o fato de que a OPEP tem mostrado a outros países como fazê-lo. O óleo pode ser apenas o início⁴⁵.

⁴³ In coffee, the four major suppliers have begun to collude (even within the framework of the International Coffee Agreement, which includes the main consuming countries) to boost prices. Ibidem

⁴⁴ A wide range of Third World countries thus have sizeable potential for strategic market power. They could use that power against all buyers, or in a discriminatory way through differential pricing or supply conditions-for example, to avoid higher costs to other LDC'S (less-developed countries) or against the United States alone to favor Europe or Japan. (...) The suppliers would be even more likely to use their monopoly power to charge higher prices for their raw materials, directly or through such techniques as insisting that they process the materials themselves. (BERGSTEN, 1973, p. 108)

⁴⁵ The spectre of "cannibalistic competition" among the rich for natural resources is unfortunately a real possibility which suggests that the owners of those resources have tremendous clout. (Ibidem, p. 109) Equally important is the fact that OPEC has shown other countries how to do it. Oil may be merely the start (Ibidem, p.110)

Em *A Ameaça do Terceiro Mundo*, são levantados os meios ao alcance da Comissão Trilateral para retaliar os movimentos de cooperação entre produtores de matérias-primas: ou as nações do Terceiro Mundo se curvavam a um ‘*cooperative behavior*’, ou uma intervenção militar⁴⁶ não estaria descartada.

Os Estados Unidos têm também vários meios teóricos para retaliar contra tais movimentos. Muitos já foram mencionados: quotas de importação, a negação de novos investimentos privados ou ajuda externa, incluindo o bloqueio de empréstimos por instituições financeiras internacionais em que os Estados Unidos têm poder de veto, a intervenção militar ostensiva mesmo em casos de retenção flagrante do fornecimento de energia para fins de chantagem política. Mas a maioria dessas respostas são apenas teóricas⁴⁷.

Seguindo as interpretações levantadas, *A Ameaça do Terceiro Mundo* permite a análise onde os interesses comerciais representados pelos objetivos dos líderes da Comissão Trilateral são articulados em detrimento da organização de todo um conjunto de países submetidos a uma divisão internacional do trabalho, na qual simbolicamente representam uma divisão ampliada das classes em um espaço geográfico mundial, onde não participam e não constroem as decisões a que continuamente são submetidos, e que segundo o entendimento oferecido aos participantes da Comissão Trilateral, uma medida militar que imponha aos países a aceitação dos interesses representados pela Comissão Trilateral não estaria descartada. Em verdade, ela é considerada inoportuna naquele momento, haja vista que a opinião pública, após a Guerra do Vietnã, em especial a norte-americana, estaria muito sensível a uma nova invasão. Contudo, a ação militar não estaria

⁴⁶ Neste trecho é possível ilustrar a convergência entre as leituras de Marx, Engels e Lenin sobre a obra *Da Guerra* do general prussiano Carl von Clausewitz (1780-1831). Ela é referencia permanente sobre questões de Estado, política e guerra. Quando o comércio, luta de classes e guerra aparecem como momentos da mesma natureza política do Estado, momentos nos quais a política articula, mediante a força e a submissão, sua vontade tanto no comércio, como na luta de classes, quanto na guerra. As leituras dos autores que seguem o entendimento clausewitziano de que a política se desloca em intensidade para seus extremos, mas a natureza e função permanecem os mesmos. Segundo o próprio Clausewitz, a guerra só difere dos outros conflitos sociais pelo derramamento de sangue e tem na política a matriz na qual ela se desenvolve de modo embrionário, rudimentar. Cf. PASSOS, R. Uma leitura sobre Clausewitz, Lenin, a revolução e a guerra. **Outubro** (São Paulo), v. 20, p. 149-169, 2012.

⁴⁷ The United States also has numerous theoretical means to retaliate against such moves. Many have already been mentioned: import quotas, denial of new private investments or foreign aid, including blockage of loans by international financial institutions in which the United States has effective veto power, even overt military intervention in cases of blatant withholding of energy supplies for purposes of political blackmail. But most of these responses are only theoretical. (BERGSTEN, 1973, p.115)

descartada por completo, caso as negociações políticas não alcançassem o êxito desejado.

1.3. O Relatório Meadows.

A passagem dos anos 1960 para os 1970 foi um período de intensa troca de reflexões sobre o meio ambiente e o desenvolvimento econômico. No início dos anos 1970 surgem importantes livros de divulgação sobre o debate científico acerca dos desafios ambientais, destinados ao grande público. Um deles intitulado *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, aborda, dentre diversos temas, as conseqüências do uso de pesticidas para a saúde e a agricultura.

Na esteira da popularização do debate científico ao público leigo, outro livro que atingiu grande repercussão pública foi *Os Limites do Crescimento*, ou Relatório Meadows, patrocinado pelo Clube de Roma. Tanto a *Primavera Silenciosa*, como *Os Limites do Crescimento*, cada um a seu modo, ampliaram os limites da discussão científica em torno do uso dos recursos naturais, levando o debate ao conhecimento do público em geral, e inaugurando em escala mundial os debates sobre questões ecológicas. Na mesma época (1968) o clássico ensaio “*A Tragédia dos Comuns*”⁴⁸ de Garret Hardin combinava o argumento neomalthusiano do crescimento populacional ilimitado com a competição das espécies de Darwin para apontar os riscos de exaustão dos recursos naturais.

O Relatório Meadows foi um representante ativo do movimento Neomalthusiano⁴⁹, reacendido nos anos 1970, publicado às vésperas da Conferência de Estocolmo, um marco na discussão ambiental multilateral, intitulada ‘Conferência do Meio Ambiente Humano (1972), evento que exercerá forte influencia sobre a evolução do debate ambiental. A equipe do MIT (Massachusetts Institute of

⁴⁸ HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. Science, vol. 162, nº. 3859, 13 dez 1968, p. 1243-1248.

⁴⁹ O Neomalthusianismo surgiu em meados da década de 1960. A corrente aplicava sobre o contexto moderno as concepções Malthusianas surgidas no século XVIII, as quais eram baseadas na existência de um limite na capacidade de produção de alimentos para abastecer a população mundial, conseqüentemente o aumento populacional levaria ao desabastecimento e ao caos. Os Neomalthusianos se apropriam das teorias de Thomas Malthus na medida em que correlacionam a expansão populacional com a pobreza e a fome, destacadamente existentes nos países do Terceiro Mundo, ou seja, para o neomalthusianismo a causa da fome e da pobreza está ligada ao avanço populacional, e não o contrario.

Technology) liderada por Dennis Meadows⁵⁰ inovou ao utilizar para a elaboração de seu Relatório um modelo computacional. A proposta estava baseada em variáveis definidas *a priori* na tentativa de modelar o comportamento das mesmas, dentro de um sistema dinâmico e complexo como o terrestre. O resultado criou o ‘Modelo Mundo’, de onde o Relatório retirou suas conclusões.

O estudo da Fase Um foi dirigido por uma equipe internacional sob a direção do Professor Dennis Meadows, com o apoio financeiro da Volkswagen Foundation. A equipe examinou os cinco fatores básicos que determinam e, por conseguinte, em última análise limitam o crescimento em nosso planeta – população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição (MEADOWS, 1973, p. 11-12)

Os fatores básicos selecionados para participar dos diversos cenários modelados não eram questionados quanto à sua natureza temporal, à sua conotação político-social, ou à sua influência na divisão internacional do trabalho sobre os mesmos. Mesmo assim, o centro dos problemas apontados tem origem no crescimento populacional:

Há somente dois modos de restaurar o desequilíbrio resultante: ou diminuir a taxa de natalidade, para que ela se iguale à nova taxa de mortalidade mais baixa, ou deixar que esta última torne a subir. (...) Qualquer sociedade que queira evitar esse resultado deve tomar medidas deliberadas para controlar o ciclo positivo de realimentação, isto é reduzir a taxa de natalidade (Ibidem, p. 156)

Trata-se da mesma recomendação de Hardin (1968), isto é, a queda da natalidade deve ser o resultado de uma escolha coletiva da sociedade pela sua própria sobrevivência no longo prazo. Quanto ao sistema econômico e à estrutura social, o Relatório, produzido em plena Guerra Fria, não faz qualquer menção à existência de modelos distintos. Entretanto, faz referência a apenas um modelo, não questionado e dado como universal, limitando-se a afirmar que as mudanças ocorridas no mesmo são lentas, com episódios abruptos de origem social, mas não

⁵⁰ 15 membros do MIT (dentre eles, os doutores Dennis L Meadows, como diretor; Peter Milling, com **estudos do capital**; Roger F. Naill e William W. Behrens III **sobre reservas**; Farhard Hakimzadeh, Donella H. Meadows e Nirmala S. Murthy **sobre população**; Jay M. Anderson, Alison A. Anderson e Jorgen Randers **sobre poluição**; dentre outros)

econômica. Em *Limites do Crescimento*, não há modelos econômicos, há apenas economia, não há estruturas sociais, há apenas a sociedade.

Reconheçamos, contudo, que as taxas de crescimento apresentadas (...) são os produtos de um complicado sistema econômico e social que é essencialmente estável e onde as mudanças tendem a ocorrer lentamente, exceto em casos de intensos distúrbios sociais (Ibidem, p. 39)

O modelo relatado pela equipe do MIT não analisa a natureza da sociedade ou da economia que dela se ergue. O Relatório parte de uma economia e de uma sociedade específica. Os valores e as preferências contidos no estudo partem de escolhas pessoais dos pesquisadores, ou de seu público. Contudo, não são compartilhados no estudo quais seriam estas escolhas. Na tentativa de buscar uma solução que se estendesse à humanidade indistintamente, o Relatório eximiu-se de determinações históricas, econômicas ou sociais, como parte de uma estratégia lingüística e retórica que visou à universalização do discurso e, portanto, das políticas indicadas.

O dilema da humanidade é que o homem pode perceber a problemática e, no entanto, apesar de seu considerável conhecimento e habilidades, **ele não compreende as origens, o significado e as correlações de seus vários componentes e, assim, é incapaz de planejar soluções eficazes.** Fracasso que ocorre, em grande parte, porque continuamos a examinar elementos isolados na problemática, sem compreender que o todo é maior do que suas partes; que a mudança em um dos elementos significa mudança nos demais. (Ibidem, p. 11, grifo nosso)

Como se comportará o modelo mundial, se incluímos nele algumas medidas para controlar, deliberadamente, o crescimento? Será que essa mudança irá produzir um modo de comportamento “melhor”? Sempre que usamos palavras como “melhor” e começamos a fazer escolhas entre resultados alternativos de modelo, **nós, os experimentadores, estamos inserindo nossos próprios valores e preferências no processo de modelagem.** Os valores introduzidos em cada relação causal do modelo são os valores operacionais e reais do mundo, na medida em que podemos determiná-los. **Os valores que nos levam a qualificar os resultados do computador como “melhores” ou “piores”, são os valores pessoais do modelador ou de seu público.** Já definimos nosso próprio sistema de valores, ao rejeitarmos, por considerá-los indesejáveis, os modos de ultrapassagem de limites e de colapso. (Ibidem, p.155)

Como resultado do 'Modelo Mundo' oferecido pelo Relatório, foram propostas reorganizações sociais e apontamentos políticos que exerceram grande influência nas discussões políticas internacionais. O Relatório apresenta as seguintes conclusões:

Se as atuais tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição dos recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável é um declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial.

É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na terra sejam satisfeitas e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual.

Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão suas possibilidades de êxito. (Ibidem, p. 20)

O Grupo de Bariloche, liderado por Amílcar Herrera, em 1976, construiu um modelo alternativo ao apresentado pelo grupo do MIT, também baseado na modelagem computacional, na qual, entretanto, outras variáveis foram levadas em conta. A equipe liderada por Herrera demonstrou que 'seria possível a todos os países e regiões o alcance de uma 'sociedade ideal em pouco tempo'. Diferentemente do modelo de Meadows, o modelo de Bariloche se baseou em um conjunto de necessidades humanas e sociais mínimas, como acesso à alimentação, habitação, educação e saúde. Em resposta às proposições neomalthusianas, que apontavam para o caos que seria causado pelo crescimento populacional desenfreado, o modelo de Bariloche parte da premissa que a variação demográfica está submetida primeiramente a relações sócio-políticas variáveis⁵¹.

A deterioração do ambiente físico não é uma consequência inevitável do progresso humano, mas o resultado de organizações sociais amplamente baseadas em valores destrutivos. (...) O único modelo verdadeiramente adequado de controlar o crescimento da população

⁵¹ Cf. CORAZZA, 2005, p. 445, 446

é pela melhoria de suas condições básicas de vida. (HERRERA⁵² et al, 1976, apud CORAZZA, 2005)

A equipe do MIT indicava em seu relatório o controle populacional direto, de natureza malthusiana, diferentemente do grupo de Herrera que advogava a favor de melhorias das condições a que estas populações estavam submetidas e dispunham para sua reprodução. Segundo Herrera, a interpretação oferecida em *Limites do Crescimento* dialoga diretamente com o arranjo socioeconômico e político ao qual pertencem os membros da equipe. Para o grupo do MIT, mesmo admitindo que os padrões distorcidos de consumo dos recursos estavam contidos nos países do Primeiro Mundo, a solução prioritária oferecida para a catástrofe natural vinha do controle de natalidade dos habitantes do Terceiro Mundo.

O segundo grupo de pesquisas que buscou oferecer uma perspectiva alternativa às saídas apontadas pelo Relatório Meadows, foi o grupo de Sussex, Inglaterra. Para o grupo multidisciplinar de pesquisa, os valores metodológicos e ideológicos embutidos no relatório proposto pelo MIT prescindiam de importantes contribuições vindas da economia e da sociologia. Como por exemplo, alterações políticas e estruturais da sociedade. Outra ponderação levantada pela equipe inglesa foi sobre a pertinência das indicações de políticas públicas baseadas em ‘Modelos Mundo’ criados através de modelagens computacionais, nas quais todos os países configuravam indistintamente.

A conferência das Nações Unidas sobre o tema ambiental ocorreu em Estocolmo no ano de 1972, oficialmente conhecida como Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, e apresentou uma declaração final contendo vinte e seis princípios: A análise documental da declaração da Conferência permite o seu enquadramento ao período da Guerra Fria, assim a preocupação expressa com o fim da corrida armamentista e o perigo nuclear é, dentre outras, uma temática recorrente. Pelo fato da mundialização dos mercados não ser realidade nesse momento da história o vocabulário utilizado em sua elaboração não interligava diretamente as economias “em desenvolvimento” e “desenvolvidas”. Dessa forma destacava-se em blocos separadamente as necessidades de ambas frente às questões ambientais.

⁵² HERRERA, A. O., CHICHILNINISKY, G., GALLOPÍN, G. C., MOSOVICH, D., ROMERO BREST, G. L., SUAREZ, C. E., & TALAVERA, L. **Catastrophe of New Society? A Latin American World Model**. International Development Research Centre, Ottawa, Canada, 1976.

Em um contexto de retorno das idéias malthusianas, a Conferência proclamou que o crescimento populacional *‘coloca continuamente, problemas relativos à preservação do meio ambiente, e devem-se adotar as normas e medidas apropriadas para enfrentar esses problemas’*⁵³. Uma clara referência ao crescimento populacional existente no Terceiro Mundo.

No décimo quarto princípio, a Conferência declarou a necessidade de um planejamento racional que conciliasse a necessidade do desenvolvimento econômico e de proteção ambiental, um embrião do que veio a ser o princípio de desenvolvimento sustentável, oferecido pelo Relatório Brundtland de 1987, e incorporado posteriormente à agenda das Nações Unidas, na Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992.

Na Declaração de 1972 estão ausentes as preocupações com os desdobramentos ecológicos dos países industrializados e sua demanda crescente por matérias primas e recursos naturais, as quais derivavam do comércio internacional com países do Terceiro Mundo, ou mesmo do uso contínuo de combustíveis fósseis. Como será observado nas próximas reuniões articuladas pelas Nações Unidas sobre a temática ambiental, a construção do problema será feita, em primeiro lugar, em torno da poluição causada pela pobreza, onde, partindo desta, serão acrescentadas as contribuições de governos industrializados e a intervenção de empresas transnacionais para enfrentar o quadro de degradação ambiental.

A popularização do debate ecológico dos anos 1970 trazia consigo a ideia de que o modelo de desenvolvimento possível aos países do Terceiro Mundo não seria aquele conhecido no hemisfério Norte, dos países industrializados, já que o desenvolvimento tido ali havia sido possível em uma época em que os recursos eram abundantes. A possibilidade para o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo seria diferente, desta feita, um modelo baseado nos recursos escassos seria necessário para a nova realidade ambiental, não mais aquele praticado ao longo da história da indústria capitalista, mas um modelo que se adaptasse a nova realidade do planeta.

1.4. A Economia Troca de Marcha.

⁵³ Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano.1972, pág 2.

Entre as décadas de 1960 e 1970 a estrutura política econômica edificada no pós-guerra passou a apresentar sinais de desgaste. As políticas de origem keynesiana que implicavam em um 'Estado forte', e no caso Europeu, do próprio *Welfare State* começavam a desestruturar-se, iniciando um longo processo de transição da economia política internacional. No entendimento de Maria Conceição Tavares e José Luís Fiori, o contexto atravessado representou uma crise de hegemonia nos anos 1970.

A economia americana apresentou, durante a década dos 70, um reduzido quadro de crescimento, elevada inflação e inusitados níveis de desemprego, se comparado com o desempenho econômico dos anos 60' (PRESSER, 1981, p. 113)´

A economia norte-americana cai de 40% da produção mundial, em 1950, para 22% em 1978; no campo comercial, a competição das outras nações industrializadas logo transforma a balança comercial dos EUA em um permanente registro de perda de reservas (COELHO, 2012, p. 145)

Em meio à recessão sincronizada das economias avançadas, uma combinação entre baixo crescimento e inflação elevada, declaração da ONUDI⁵⁴ de 1979, afirma que devido ao poder de compra do Terceiro Mundo puderam ser reduzidos os efeitos da recessão do norte ao longo da década de 1970. Segundo estimativas da então CEE, (Comunidade Econômica Europeia), teriam ocorrido somente no território da Comunidade, três milhões de desempregados a mais, além dos seis milhões, se os países do Terceiro Mundo não tivessem mantido as suas importações de produtos manufaturados vindos do norte, devido às suas taxas de crescimento elevadas e suas operações financeiras. Entretanto, a manutenção deste processo de absorção ocorreu mediante o endividamento crescente desses países, frente aos bancos dos países do Primeiro Mundo, com fundos reciclados da OPEP. (DOWBOR, 1997, p 147)

O aumento dos créditos disponíveis gerou um aumento da demanda agregada na região da OCDE.⁵⁵ Enquanto isso, a base monetária e, o dólar controlada pelo Federal Reserve (FED), expandiu-se com o aumento da

⁵⁴ Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial: ONUDI. **World Industry since 1960: progress and prospect's**. Viena, 1979

⁵⁵ Para mais: DAVIS, T. As causas e consequências da dívida latino-americana. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 4, nº 3, jul-set. 1984.

disponibilidade de crédito. Com a expansão da liquidez nos mercados, os fundos mútuos e de pensões receberam o estímulo para alavancar suas atividades no recém-liberado mercado de empréstimo.

Os norte-americanos enfrentavam duplos déficits crescentes em suas balanças comerciais e de pagamentos, com o crescimento das economias europeias e japonesas recuperadas do pós-guerra e dos gastos militares concebidos durante a Guerra do Vietnã. A paridade dólar ouro alcançava o seu limite, e em 1968 os EUA romperam com o lastro ouro colocando o Sistema Monetário Internacional, em xeque, meses após o acordo de vinculação dos preços do barril de petróleo exportado pela OPEP à variação do dólar.

Com a queda do dólar, os preços do petróleo também despencaram. A inflação dos preços da matriz energética, somados ao baixo crescimento, gerou a estagflação nos países industrializados. A situação refletiu-se no comércio internacional. Por meio da inflação no Primeiro Mundo, ocorreu a compressão da demanda renda por produtos importados do Terceiro Mundo, através da perda de trocas para os produtos dos países de capitalismo baseado no setor primário exportador.

Em 1973, a OPEP impôs o aumento de preços da sua *commodity*. A elevação dos preços ficou conhecida pelos seus efeitos na economia internacional como 'Choque do Petróleo'. Foram na realidade três choques (1973, 1978 e 1979) e o primeiro choque reverberou negativamente nos países importadores de petróleo de maneiras e graus diferentes. Todavia, a elevação dos preços do petróleo possibilitou a alavancagem de investimentos das empresas transnacionais petrolíferas em áreas anteriormente inviáveis, como as explorações das plataformas oceânicas do Mar do Norte.

Os recursos advindos do aumento dos preços do petróleo inundaram os bancos, principalmente da City de Londres e de Nova Iorque, criando uma enorme liquidez nos mercados financeiros recém-reabertos. Os petrodólares passaram a ser reciclados de diversas maneiras, inclusive sob a forma de créditos baratos para os países de economia mais vulneráveis, que sofriam com o aumento dos preços da matriz energética, e que ao buscarem uma saída para o seu endividamento, endividavam-se ainda mais.

À dívida recém-contráida pelo aumento do preço do petróleo somou-se à baixa taxa de poupança presente nos países do Terceiro Mundo que, via de regra,

encontrava entraves para financiar investimentos em suas economias caracterizadas por grandes gargalos econômicos. Esses créditos também serviram para financiar projetos econômicos em andamento das ditaduras presentes na América Latina, como foi o caso do Brasil, Chile e Argentina. O período vivido na América Latina de ditaduras militares legou ao processo de reabertura política um quadro econômico difícil pela explosão da dívida externa, contraída especialmente nos anos 1970, dentre outros quadros sociais lastimáveis.

O crédito oferecido pelos bancos internacionais estava ancorado a juros flutuantes. Contudo, a taxa de juros havia variado muitíssimo pouco desde a instauração do sistema de Bretton Woods. Todavia, com a desarticulação do sistema monetário internacional, a estabilidade das taxas de juros tornar-se-ia passado. Em poucos anos, as dívidas financiadas a juros flutuantes se tornaram o centro das políticas de coordenação econômica aplicadas aos países do Terceiro Mundo.

As taxas baixas, ou mesmo negativas de juros, que se haviam mantido durante muito tempo, não permitiram suspeitar a armadilha constituída pela cláusula de taxa variável de juros imposta pelos bancos privados. (SACHS, 1984, p, 47)

O processo de transição da política econômica internacional também alterou o papel das IFMs, exigindo sua adaptação frente às novas demandas da cartilha neoliberal de liberalização dos mercados e dos capitais. Com o aumento da dívida dos países do Terceiro Mundo, as IFMs passaram a exigir critérios específicos para a liberação de créditos conforme os países tornaram-se mais endividados já nos anos 1970. A partir de 1976, o Congresso norte-americano passou a direcionar, através das cotas que o país possuía no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional, os financiamentos que ambas as instituições ofereceriam aos países endividados.

Segundo Gwin:

Em 1976 e durante os anos 1980, o Congresso objetou que o Grupo Banco Mundial destinasse empréstimos para projetos que poderiam competir com a produção americana de commodities. (...) Em 1978, o Congresso americano mandou que o diretor executivo dos EUA se opusesse a todos os empréstimos para a produção de commodities de exportação, incluindo commodities minerais, que estavam em super-oferta nos mercados mundiais o que poderia causar

substanciais prejuízos aos produtores americanos. (GWIN⁵⁶, 1994, p. 31 apud COELHO, p.127)

O quadro que antecedeu à explosão da dívida do Terceiro Mundo foi traçado. A desindustrialização passou a ser o modelo empregado pelas IFMs às condições de endividamento dos países terceiro mundistas. As vantagens comparativas prescritas aos países do Terceiro Mundo, diziam respeito à condição de primário-exportação; e aos países do Primeiro Mundo, à exportação de produtos industrializados. Nesse ciclo de desestruturação econômica internacional o Banco Mundial também passa a prescrever em seus pacotes, cláusulas ecológicas, das quais trataremos mais a diante.

1.5. Perspectivas teóricas.

Um dos principais debates ocorridos em torno do modelo ideal aos países do Terceiro Mundo ocorreu na América Latina, liderado pelos economistas da CEPAL. O debate travado por Prebisch na defesa do modelo direcionado pelo Estado, de Substituição de Importações, e de Celso Furtado, ao apresentar a *Teoria da Dependência*, onde o autor aponta a tomada de consciência das limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho estabelecida a partir da difusão da 'civilização industrial' (FURTADO, 1995, p. 5)⁵⁷. As contribuições de ambos foram seminais para a formação de uma ampla frente contrária as imposições externas às economias não só da América Latina, como de todo o Terceiro Mundo ao longo dos anos 1940 e 1970.⁵⁸

Segundo Furtado, em meio à estrutura de dependência em que a periferia se inseria, a industrialização da região era pautada e voltada aos interesses das companhias transnacionais. Essa industrialização dependente fazia-se baseada na utilização de equipamentos parcial ou totalmente amortizados, correspondendo à implementação de plantas obsoletas, altamente poluentes e a lucro garantido. A modernização induzida pelas empresas transnacionais guiava-se a suprir as

⁵⁶ GWIN, C. *U.S Relations with the World Bank, 1945-1992*. Washington: Brookings Institute, 1994.

⁵⁷ A Invenção do Subdesenvolvimento, FURTADO.

⁵⁸ Deixar claro que as políticas nacionais desenvolvimentistas foram aplicadas nos países da América Latina supracitados anteriormente da "defesa " apresentada pelos economistas da Cepal, entre as décadas de 30 e 40 do século XX.

necessidades de consumo externo e não interno, caracterizando um elo de dependência tecnológica, configurado pela modernização dependente, ou como definiu Maria C. Tavares, uma modernização conservadora.

Como se a presença de vantagens comparativas dos países do Terceiro Mundo não se apoiasse efetivamente sobre os salários excessivamente baixos e a exploração predatória dos recursos. (SACHS, 1984, p.47)

Os teóricos cepalinos contribuíram para a crítica da divisão internacional do trabalho e a submissão que a mesma impunha aos países periféricos. Em seus trabalhos, os autores apontaram que o desenvolvimento da periferia se deu a serviço da internacionalização dos mercados. Prebisch, assim como Furtado, defendia que as exportações apoiavam-se em economias de escala e/ou avanço tecnológico, e não em vantagens comparativas estáticas' (ibidem, p.8)

A análise do comércio internacional e da divisão internacional do trabalho, na qual Prebisch localiza a questão da deterioração dos termos de troca, e Furtado fala da dependência tecnológica e o modelo de produção voltado aos interesses externos apontam para a condição onde a industrialização liderada pelo capital estrangeiro é imposta aos países do Terceiro Mundo. Na origem, as abordagens teóricas fazem um diagnóstico a partir da observação do comércio internacional e compõem o núcleo das teses cepalinas.

O rápido endividamento por que passaram muitas economias periféricas denota o caráter perverso do processo de substituição de importações sob a dominância de um regime financeiro internacional cada vez mais controlado por instituições privadas de crédito e por regimes políticos doméstico-autoritários. A convergência desses interesses se mostra explosiva no final da década de 70, sendo, inclusive, decisiva para colocar em xeque a manutenção desses regimes. (COELHO, 2012, p. 124)

Na década de 1970 um importante trabalho foi lançado no Brasil por Francisco de Oliveira, a *Crítica a Razão Dualista*. O trabalho foi dirigido à perspectiva metodológica adotada pela corrente dualista para a compreensão da divisão internacional do trabalho a qual opera dentro dos binômios: desenvolvidos e subdesenvolvidos, centro e periferia. Em sua obra, Oliveira ofereceu uma

perspectiva dialética para capturar outra dimensão por trás da divisão internacional do trabalho.

Segundo Francisco de Oliveira a hipertrofia nos setores intermediários e administrativos da economia é altamente funcional no modo do capitalismo se expressar na América Latina, ‘essa é precisamente a forma em que se dá a acumulação capitalista’. Não é subdesenvolvimento, não é dualidade, é o próprio capitalismo funcionando sobre uma base original. A própria exploração capitalista com uma base pobre. (GONZÁLES, 1998, p. 97,98)

As concepções dialéticas propostas por Oliveira identificaram as contradições, concebidas como estágios opostos para o dualismo, como complementares dentro de um mesmo processo histórico, onde o subdesenvolvimento correspondia eficientemente à divisão internacional do trabalho capitalista. Quanto ao debate existente entre dualistas e dialéticos, este gravita em torno da natureza sistêmica da economia capitalista e de sua perspectiva histórica.

Capítulo II: Ajuste Estrutural: Mecanismo de Controle.

Com o fim da paridade ouro dólar, uma série de tentativas de reorganização do sistema monetário internacional teve lugar, a fim de torná-lo mais harmonioso, o que representou um recuo da posição privilegiada do dólar frente às outras moedas – a libra inglesa e o marco alemão. Uma das tentativas a proposta de uma cesta de moedas para servir de conversão cambial inspirada nas ideias de Keynes, foi resgatada pelo Fundo Monetário Internacional, mas frustrada pela negativa norte-americana. Na reunião do FMI de 1979, Paul Volker, o então presidente do FED, retirou-se do evento anual por discordar das discussões. A partir daquela data, os EUA declararam que o dólar se manteria como padrão de reserva internacional, assim como moeda conversível, e que a hegemonia de sua moeda seria restaurada.⁵⁹

As políticas econômicas adotadas pelos EUA visaram estabelecer critérios benéficos para a reestruturação de sua hegemonia. Retomando Tavares e Fiori, tratava-se de um processo no qual o *Hegemon* não aceitava perder a liderança, e através dos meios de que dispunha, sinalizava ao mundo que longe estaria o momento de sua derrocada.⁶⁰ Não lhes interessava um novo arranjo institucional que criasse um novo padrão monetário.

Os autores Gérard Duménil e Dominique Lévy classificam a súbita alta da taxa de juros norte-americana como o Golpe de 1979⁶¹; uma ação unilateral e não criticada pelas instituições internacionais atuantes na economia da época. A elevação dos juros levou ao estouro da dívida do Terceiro Mundo. A guinada dos juros pôs fim às disputas entre modelos de desenvolvimento, por meio da imposição dos critérios vinculantes para a liberalização de crédito fornecido pelas IFMs⁶². A manobra interna realizou o ajuste econômico de todos os países às necessidades da

⁵⁹ O FED retomou na prática o controle do sistema bancário privado internacional e articulou em seu proveito os interesses do rebanho disperso. (...) O sistema bancário passou a ficar sob o controle do FED. E não apenas sob o controle da política monetária, que dita as regras do jogo, as flutuações da taxa de juros e do câmbio, mas também a serviço da política fiscal americana. A partir dos anos 80, todos os grandes bancos internacionais (...) [passaram a financiar] obrigatoriamente o déficit fiscal americano. TAVARES, M, C. A retomada da hegemonia norte-americana, **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 5, nº 2, abr-jun. 1985, p.

⁶⁰ COELHO, 2012, p. 145.

⁶¹ DUMÉNIL, G. LÉVY, D. **O Neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana**. in A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração consequências. Tradução: Rosa M^a Marques, Paulo Nakatani, São Paulo: Boitempo, 2005. p. 85-108.

⁶² O FMI, o Banco Mundial e o GATT⁶² (atual OMC) foram os três organismos dominantes da economia internacional surgida no pós-guerra que permaneceram ativos com a liquidação do Sistema de Bretton Woods.

economia estadunidense. Segundo Conceição Tavares, a manobra dos EUA buscou ditar a nova divisão internacional do trabalho em benefício próprio através da imposição internacional de um ajuste recessivo a todas as economias, reafirmando o status de sua economia não apenas como dominante, mas como cêntrica.

A partir de então a política monetária norte-americana passaria a agir como a política monetária do mundo, enxugando ou fornecendo liquidez quando lhe fosse conveniente⁶³. Acima de tudo, o Golpe de 1979 serviu para ajustar o mundo à lógica da política monetária norte-americana. Seguindo as definições de Jaime Coelho, o ajuste das economias do Terceiro Mundo, em última instância, deu-se como o produto do ajuste das economias do Primeiro.

Durante os anos 1980, os EUA abriram mão de sua 'velha indústria', a qual liderou o crescimento no pós-guerra e buscou nos investimentos de alta tecnologia o retorno prolongado, assim como a liderança do processo político-econômico internacional, que dar-se-ia às custas do resto do mundo, incluindo nele o Terceiro Mundo. Nos primeiros anos de ajuste, apenas dos países da América Latina, foram transferidos US\$100 bilhões⁶⁴ em juros da dívida além da deterioração dos termos de troca de seus produtos no mercado internacional. Esquecidos dos pródigos conselhos dados ao Terceiro Mundo, a respeito das vantagens do livre-câmbio, os países industrializados promoveram um protecionismo cada vez mais virulento de tal modo que

O saldo de 6,3 bilhões de dólares na balança comercial [brasileira] foi obtido graças a um aumento de 10,5% do valor das exportações (+19,1% para o volume) e uma redução de 17,5% no valor das importações (-14,2% para o volume). (...) A transferência líquida de capital para o exterior foi de 3 bilhões em 1982 e estima-se que ela atingirá de 5 a 7 bilhões de dólares em 1984 (...) Em 1983 o serviço da dívida foi estimado em mais de 17 bilhões de dólares (dos quais 10 bilhões de dólares somente de juros), ou seja, 70% das exportações. Em 1982 os números correspondentes foram de 19,5% bilhões, dos quais 11,3 bilhões para juros, ou seja, 96,8% das exportações e 6,6% do PIB. O ministro da Indústria, Camilo Pena, que publicou estes números, avalia em 45 bilhões o que o Brasil deixou de ganhar em consequência da deterioração dos termos de troca e do aumento das taxas de juros sobre os empréstimos externos ao longo dos últimos anos." (SACHS, 1984p. 52)

⁶³ Cf. DUMÉNIL, G. LÉVY, D. 2005, 146.

⁶⁴ "Já vimos que a inflação bate seu recorde, enquanto que a dívida ainda aumentou uns 10% em um ano para chegar em dezembro de 1983 a 100 bilhões de dólares, contanto dos 10 bilhões de dívidas a curto prazo." (SACHS, 1984p. 52)

O sucesso dos Ajustes Estruturais oferecido pelas IFMs esteve ligado principalmente ao fator de escassez de créditos, que passou a vigorar entre os bancos internacionais. A ação conjunta aumentava a pressão das instituições sobre os países, vedando a possibilidade de um caminho alternativo para a tomada de empréstimos em outras condições. A liquidez de créditos voltou somente com o Plano Brady de 1989, no qual a Secretaria do Tesouro dos EUA propunha a retomada gradual de créditos aos países ajustados.

Os anos 1980 representaram a acomodação das economias do Terceiro Mundo anteriormente em crescimento, agora imobilizadas e submetidas aos projetos desenvolvidos pelos principais setores econômicos representados pelos países da Tríade⁶⁵. Os Programas de Ajuste Estruturais aplicados nos anos que se seguiram desmobilizaram a ‘Ameaça’ que o Terceiro Mundo causava anos antes; com suas exportações coagidas para o pagamento de juros e a dívida contraída, o poder estratégico de mercado dos países exportadores de matérias-primas, apontado por Bergesten no início dos anos 1970, não mais se apresentava como um fator de risco para os mercados importadores. O gráfico 1 demonstra o crescimento da dívida externa dos países da América Latina durante dos anos 1980, 1990 e 1996:

⁶⁵ CHESNAIS, F. (Org.) **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração consequências**. Tradução: Rosa M^a Marques, Paulo Nakatani, São Paulo: Boitempo, 2005.

Gráfico 1: Dívida Externa da América Latina.

Fonte: Banco Mundial, Global Development Finance, 1997, Washington D.C, The World Bank, 1997, volume 1, p. 190-203. apud. GONÇALVES, POMAR, 1996, p. 41.

Elaboração Própria.

As soluções impostas pelo FMI e Banco Mundial visaram à recuperação dos países industrializados da recessão através da liberação do sistema financeiro. A Mundialização financeira veio junto à redução da autonomia dos países endividados e uma dinâmica ampliada, à escala mundial, da concorrência oligopolista. O modelo preconizado de ajuste produziu efeitos devastadores sobre o meio ambiente e as populações locais⁶⁶, pois a busca incessante por superávits da balança comercial, mais a desvalorização do câmbio para gerar competitividade, externalizaram custos ecológicos e sociais que não foram levados em conta nesta reorganização do comércio internacional.

A América Latina fechou sua balança comercial com um saldo positivo de US\$31,2 bilhões obtidos mediante uma redução de 29% do valor das importações, seguida a uma redução de 20% em 82, enquanto que suas exportações diminuíam ligeiramente de valor apesar de um aumento de 7% em volume. (SACHS. 1987,p, 51)

⁶⁶

Cf. SABBI, A. **O que é FMI**. 1ª ed, São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2004, p 49.

O papel desempenhado pelas IFMs esteve diretamente ligado aos interesses dos países cotistas, que possuíam poder de veto o qual varia conforme o valor subscrito de cada país membro na instituição, e aos mercados financeiros, pois estes são suas principais fontes de recursos. Tanto o Banco Mundial, quanto o FMI⁶⁷ atuam criando espaços para a valorização e investimento das empresas transnacionais, o “ambiente tipo ideal”. Particularmente ao BM⁶⁸, todas as suas instituições são de intermediação financeira.

Quadro 2: Grupo Banco Mundial.

Elaboração Própria.

Há importantes diferenças, contudo, entre os programas de empréstimos do Banco e as operações dos instrumentos de empréstimos do FMI. A distinção básica está no horizonte temporal. O FMI provê, essencialmente, recursos externos adicionais para atacar problemas de curto prazo do balanço de pagamentos, enquanto o

⁶⁷ A função do FMI dentro deste conjunto é o de promover a estabilidade cambial e financeira do comércio internacional, o equilíbrio da balança comercial dos países membros.

⁶⁸ O Banco Mundial é composto por cinco organizações: o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento de 1946 (BIRD); a Associação Internacional de Desenvolvimento de 1960 (AID); a Corporação Financeira Internacional de 1956 (CFI), a Agencia Multilateral de Garantias de Investimento de 1988 (AMGI) e o Centro para Conciliação de Divergência nos Investimentos de 1966 (CICDI). Destes cinco organismos é possível dividi-los em dois grupos: um relacionado às atividades mais amplas do desenvolvimento, o BIRD e a AID, e o outro grupo com atividades mais especificamente voltadas para o fomento do setor privado CFI, CICDI e AMGI.

Banco provê assistência de desenvolvimento de longo prazo como suporte para ajustamentos estruturais em programas de desenvolvimento. (WORLD BANK ANNUAL REPORT, 1977, p. 11, apud, COELHO, 2012, p. 135)

Foi no Relatório do Banco Mundial de 1981, também conhecido como Relatório Berg, o primeiro voltado para a situação da África Subsaariana que propôs-se a promover a convergência dos principais financiamentos do Banco Mundial ao setor agrícola. Entre as inúmeras recomendações do BM, estavam a de que os países deveriam reforçar as culturas de exportação, em detrimento das culturas alimentares, em conformidade com o modelo de crescimento voltado para fora, dando consonância à interpretação das vantagens comparativas estáticas associadas aos países do Terceiro Mundo. A proposta veio agravar ainda mais as condições de nutrição das populações africanas⁶⁹ ao longo dos anos subsequentes.

A agricultura e as reservas de riquezas naturais não renováveis aparecem como foco principal dos financiamentos dirigidos. As políticas geradas internamente às IFMs deram atenção especial a ambas as áreas, como será observado a seguir. O resultado dessa relação é a destruição progressiva da agricultura alimentar e das terras das regiões afetadas pelas políticas de crédito. (DOWBOR, 1982, p. 145)

2.1. As Políticas Induzidas.

As políticas do Banco Mundial foram iguais em todo o Terceiro Mundo: África, Ásia e América Latina. Fosse quais fossem as realidades e as necessidades presentes nos países credores de empréstimos do Banco Mundial, o processo foi o mesmo⁷⁰: Países como Colômbia, México, Guatemala, Brasil, Índia, Tailândia, Indonésia, Malásia, África do Sul, Zimbábue, entre outros, foram afetados pelas políticas de Reforma Agrária de Mercado⁷¹:

⁶⁹ Para A crise do desenvolvimento africano no anos 1980, Adelino Torres 1986.

⁷⁰ Cf. ROSSET, P. **O Bom, o Mau e o Feio: A política fundiária do Banco Mundial**. in: MARTINS, M. (Org.). *O Banco Mundial e a terra: Ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004, p. 18

⁷¹ O processo se deu através da disponibilização de linhas de crédito aos trabalhadores rurais, que em média são complementadas com altas taxas de juros, taxas que são cobradas de indivíduos que não usufruem de qualquer outra infraestrutura para produção, quanto menos escoação da mesma para os mercados regionais. O outro fator presente no projeto de terras do BM é o de que as terras a serem postas nos mercados foram àquelas oferecidas por seus vendedores, eram terras que em sua esmagadora maioria, em todos os países, possuíam baixa qualidade, impróprias para o plantio. A disposição de terras 'voluntárias' criou por sua vez a valorização de terras por vezes devolutas e a inflação geral dos preços das terras, o que restringiu ainda mais a possibilidade de compra pelos camponeses 'supostamente beneficiados', ou seja, como aponta Peter Rosset, a terra comprada por pessoas pobres foi não só de má qualidade como também supervalorizada.

Quadro 3. Políticas Induzidas.

Elaboração Própria.

Com a comercialização dos títulos no mercado, eles passaram a alimentar os fluxos de investimento estrangeiro, através de Fundos de Investimento, ou mesmo através da especulação de investidores. Segundo os Relatórios Anuais do Banco Mundial, a atmosfera de confiança capaz de atrair investimentos para a produção rural e a segurança oferecida pela definição de direito de propriedade constam como condições prévias para investimentos.

Como aponta Minar Pimple, a proposta, ainda vigente, é dirigida em benefício do mercado e é promovida pelas IFMs, a fim de implementar os objetivos macroeconômicos das mesmas.⁷² A agricultura transformou-se em um ramo da indústria pela introdução da racionalização da produção agrícola, o agronegócio. O modelo exportador baseado na produção de monoculturas⁷³ deveria gerar eficiência a partir das vantagens comparativas com a prática da agricultura intensiva; a agroindústria e a agropecuária, ambas voltadas para a produção internacional de *commodities*, a agroexportação.

O argumento do BM para a implementação da Reforma Agrária de Mercado e o Mercado de Terras era o de que através da instauração da propriedade privada e da concorrência a produção se tornaria mais eficiente. Conseqüentemente, o

ROSSET, Peter. 'O bom, o mau e o feio: A política fundiária do Banco Mundial'. In O Banco Mundial e a terra. Ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. org. Mônica Dias Martins. São Paulo: Viramundo, 2004.

⁷² PIMPLE, Minar. **Problemas e Desafios da Reforma Agrária na Índia**. in: MARTINS, M. (Org.). O Banco Mundial e a terra: Ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004, p 183.

⁷³ Cf. SABBI. 2004

aumento das exportações dos produtos elevaria a margem de lucros dos produtores, desta forma viabilizando condições para o pagamento da dívida dos países. Entretanto, os termos de troca continuaram a se deteriorar consecutivamente para os países não exportadores de petróleo da América Latina, só em 1983 ficaram 38% abaixo dos valores atribuídos em 1977.⁷⁴

Segue o trecho do Relatório anual do Banco Mundial do ano de 2001 sobre as políticas de Ajuste Estrutural desenvolvidas nas décadas de 1980 e 1990:

Nos anos 1980, um dos objetivos maiores do Banco foi estabelecer incentivos para o desenvolvimento do setor privado por meio da estabilidade macroeconômica e preços relativos apropriados. Empréstimos de ajustamento para a liberalização comercial, remoção de preços e controles de câmbio e liberalização financeira setorial foram levados em consideração. A despeito dessas reformas, muitos países fracassaram na atração de investimento privado. A agenda da reforma então se expandiu, enfatizando reformas microeconômicas e institucionais para construir ou melhorar os mercados, removendo constrangimentos governamentais e integrando melhor as políticas reformistas. Um amplo leque de procedimentos, regulamentações e reformas legais vieram no sentido de remover barreiras de entrada e saída, reduzindo a rigidez dos mercados, simplificando sistemas de impostos, **facilitando os direitos de propriedade** e modificando as restrições de comércio. No meio dos anos 1990, com os países em desenvolvimento diante dos desafios da globalização e da volatilidade dos fluxos de capital, o Banco incentivou medidas para aumentar a competitividade e a integração global. (WORLD BANK, 2001, p. 56 apud COELHO, 2012. Grifo nosso)

Ao contrário do que defende o projeto do Mercado de Terras do Banco Mundial em uma economia de mercado altos rendimentos também podem ser obtidos por meio de especulação sem nenhum produto plantado, pois investidores estrangeiros começaram a comprar propriedades rurais com fins meramente especulativos.

A produção de artigos com vantagens comparativas que cabem aos países do Terceiro Mundo, segundo a interpretação da divisão internacional do trabalho vigente, é a de produção de frutas, verduras, grãos, açúcar, café, minérios, carnes, etc. Como aponta Héctor Mondragón, os Programas de Ajuste Estruturais estimulam a adaptação das economias endividadas financiando e recomendando o cultivo de produtos como o óleo de palma, ou dendê e o eucalipto, produtos que possuem

⁷⁴ Cf. SACHS, 1987, p. 51.

demanda de mercado⁷⁵. Desta forma, os interesses transnacionais apoiaram-se no caminho oferecido pelos programas de ajuste, lançando mão de expedientes mecanizáveis, com o uso intensivo de agrotóxicos, expandindo a agroindústria de produção exportadora, com reduzido uso de mão de obra e cultura única, caracterizando a monocultura de exportação, baseada na produção intensiva e eficiente, como acontece com o cultivo da soja brasileira.

Em qualquer país devedor, conforme destaca Pimple, o setor que mais recebeu recursos do Banco Mundial foi o agrícola. O Banco Mundial defendeu a substituição de diversas variedades de produtos alimentícios por monoculturas de sementes importadas, como é o caso da monocultura de espécies como o eucalipto, uma das favoritas do Banco Mundial, que resultou na degradação atestada dos solos e diminuição do volume da água em vastas regiões indianas⁷⁶.

Projetos similares de titulação foram criados pelo BM tanto na zona rural como na zona urbana. Eles geraram inflação, especulação, reconcentração de posse e a expulsão dos mais pobres para a cidade e da cidade para a periferia. A liberalização do mercado lançou ainda mais os pobres para as margens da vida urbana e produziu um contínuo intercâmbio entre produção, competição e eficiência, com negativas conseqüências ambientais para os países ajustados.

A '*super urbanização*', em outras palavras, é impulsionada pela reprodução da pobreza, não de oferta de empregos. (...) O único crescimento que houve no processo de Ajuste Estrutural além das dívidas, foi o das favelas. São aproximadamente 78,2% dos habitantes urbanos dos países menos desenvolvidos, isso corresponde a pelo menos 1/3 da população urbana global.' (DAVIS, 2006, p. 26, 34)

A expansão das favelas nas últimas décadas foi consequência direta dos planos de Reforma Agrária de Mercado. Esta é a conclusão a que chegou Mike Davis, onde aponta nos oito capítulos de seu livro *Planeta Favela*, a explosão das megafavelas ao redor do Terceiro Mundo, e expressa a íntima relação que esta

⁷⁵ MONDRAGÓN, Héctor. **Colômbia: Mercado de terras ou Reforma Agrária, eis a questão**. In: O Banco Mundial e a Terra. Ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. org. Mônica Dias Martins. São Paulo: Viramundo, 2004.

⁷⁶ O estudo do Instituto Mundial de Recursos (World Resources Institute) sobre a condição do solo após o manejo contínuo de práticas dadas como 'modernas' apresentou que os processos levam a erosão dos solos, a desertificação, a perda de produtividade, ao assoreamento de reservatórios por processos de salinização, a alta alcalinidade, dentro outros processos de desgaste. Só na Índia, país que recebeu a 'Revolução Verde', desde os anos 1960, já perdeu 8,5 milhões de hectares por causa desses processos, o correspondente a 6% das terras agrícolas totais do país, segundo o estudo. PIMPLE, M. 2004.

manteve com as políticas instituídas pelo ajuste estrutural, após a explosão da dívida dos países do Terceiro Mundo. Tudo isso através da irresponsável voracidade e total desrespeito com que parte da população e os recursos naturais foram tratados pelos 'mercados'. (Ibidem, 2006 p. 214) Em conjunto às iniciativas criadas pelo Banco Mundial, o FMI, por sua vez, defende por toda a parte a:

Taxação e cobranças regressivas do usuário de serviços públicos, mas jamais propõe a contrapartida dos esforços para tributar a riqueza, o consumo ostentatório ou a propriedade imobiliária. Do mesmo modo, o BM faz cruzadas pela 'boa governança' nas cidades do Terceiro Mundo, mas solapa a sua probabilidade ao raramente apoiar a tributação progressiva'. (Ibidem, 2006, p.76)

2.2. O Relatório Brundtland e os Programas de Ajuste.

Após dez anos da Conferência de Estocolmo em 1972, as Nações Unidas, em Assembléia Geral, propuseram uma avaliação das transformações ocorridas ao longo da década. Isto viabilizou a formação da Comissão Brundtland que iniciou seus trabalhos em 1983. Quatro anos mais tarde, a Comissão publicou o resultado em seu relatório, onde a conjuntura de crise da dívida dos países do Terceiro Mundo aparece em destaque, em especial no terceiro capítulo. Diante das distorções de mercado, da perda de trocas, dos altos custos dos serviços da dívida e do aumento da pobreza, o Relatório exorta as IFMs a incluírem em seus programas de ajuste parâmetros ambientais. O relatório chega a sugerir um novo ajuste estrutural onde se propõe que o mesmo leve em conta premissas outras além da estabilização financeira:

Uma mudança semelhante de ênfase é necessária em relação aos programas de ajuste empreendidos pelos países em desenvolvimento (...) ter em conta objetivos de desenvolvimento mais amplos e de longo prazo, do que a estabilização financeira: crescimento, objetivos sociais, e os impactos ambientais (OUR COMMON FUTURE, 1987, p 86)

A proposta do desenvolvimento sustentável oferecida pelo Relatório visa regular o desenvolvimento econômico, e é apresentada como uma saída à estagnação e à crise vivida pelo Terceiro Mundo nos anos 1980. O Relatório aponta para a existência de distorções econômicas, mas não aponta a causas das mesmas.

Responsabiliza a crise, mas não propõe a suspensão dos pagamentos de juros, ou a redefinição dos objetivos dos projetos financiados pelo BM no Terceiro Mundo. Como solução, propôs um novo ajuste capaz de introduzir o conceito de desenvolvimento sustentável nos países do sul, através da implementação de políticas públicas.

O desenvolvimento sustentável seria adotado, definitivamente na Conferência da Rio 1992, onde ele será aprofundado e sistematizado através da Agenda 21, um dos documentos surgidos na mesma. A definição tradicional de desenvolvimento sustentável é a de que ele é um desenvolvimento capaz de suprir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações em suprirem suas próprias necessidades, ou seja, sem diminuição do bem estar. (cf. Ibidem. p.57)

Em plena crise econômica, com a estagnação vivida nos anos 1980, em que a condição de vida dos países do Terceiro Mundo elevou o número de pessoas famintas, foi proposta uma reforma que visava gerar, em primeiro lugar, uma nova era de crescimento responsável pelos fatores ambientais e associada a metas sociais e de crescimento.

De todos os seus treze capítulos, o foco principal do Relatório Brundtland esteve centrado na participação do Terceiro Mundo, ou seja, o Relatório gravitava em torno dos problemas de uma região econômica específica, na forma como a pobreza gerava a degradação ambiental, e como isso deveria ser alterado através do suporte das IFMs a partir de um novo tipo de ajuste que passava a ser pregado:

A espiral de pobreza e degradação ambiental é um desperdício de oportunidades e de recursos. Em particular, é um desperdício de recursos humanos. Estas ligações entre pobreza, desigualdade e degradação ambiental é um tema em destaque em nossa análise e recomendações. O que é necessário agora é uma nova era de crescimento econômico, crescimento que seja forte e ao mesmo tempo social e ambientalmente sustentável.⁷⁷ (Ibidem, 1987, p14)

Faz-se notar o peso diferente dado à participação que a indústria, e os países industrializados possuem no quadro geral de degradação do meio ambiente. Por mais que ela causasse e demandasse uma produção contínua que vinha gerando a

⁷⁷ The downward spiral of poverty and environmental degradation is a waste of opportunities and of resources. In particular, it is a waste of human resources. These links between poverty, inequality, and environmental degradation formed a major theme in our analysis and recommendations. What is needed now is a new era of economic growth, growth that is forceful and at the same time socially and environmentally sustainable. (Ibidem, 1987, p 14)

degradação instalada nos países ajustados, o Primeiro Mundo não era o foco do Relatório Brundtland.

Nas páginas do Relatório os países industrializados são definidos como coadjuvantes, cabendo aos mesmos uma função cooperativa no processo de ajuste das economias do Terceiro Mundo. As transnacionais por sua vez, tem seu papel mencionado, no entanto, elas também não são o centro das atenções do relatório. A pobreza é a geradora de degradação ambiental, todavia, como essa pobreza foi gerada, a sua causa inicial, não foi questão a ser tratada pela comissão que trabalhou no Relatório.

A questão populacional é elaborada como ingrediente gerador de depredação ambiental a qual necessita de medidas diretas de controle, ou seja, o ajustamento neomalthusiano do passado não foi interiramente descartado:

Mas o tempo é curto, e os países em desenvolvimento também terão que promover medidas diretas para reduzir a fertilidade, para evitar ir radicalmente além do potencial produtivo para apoiar suas populações.⁷⁸ (Ibidem, 1987,p66)

No terceiro capítulo do Relatório, onde é abordada a economia internacional, ocorre uma correlação entre pobreza, agricultura de subsistência e degradação ambiental motivada pela crise da dívida. A pobreza é apontada como causa de degradação, por meio da agricultura de subsistência, motivada pela pobreza extrema. Para tal, nos países endividados, houve um aumento da degradação pelo modelo de autoplantio. Não foram mencionados casos, regiões, ou países onde esta correlação tenha acontecido. O Relatório Brundtland não aborda a relação entre o autoplantio e a nutrição das famílias.

O declínio dos anos 1980 agravou a pressão sobre o ambiente de várias formas: As medidas de austeridade e as condições gerais de recessão trouxeram fortes quedas na renda per capita e o aumento do desemprego. (...) Isto obrigou mais pessoas a voltarem para a agricultura de subsistência, onde extraem pesadamente os recursos naturais de base e, portanto, degradam-na⁷⁹. (Ibidem, 1987, p79)

⁷⁸ But time is short, and developing countries will also have to promote direct measures to reduce fertility, to avoid going radically beyond the productive potential to support their populations. (Ibidem, 1987, p. 66)

⁷⁹ The decline of the 1980s has aggravated pressure on the environment in several ways: Austerity measures and general recessionary conditions have brought sharp declines in per capita incomes and increased unemployment. (...)This forces more people back into subsistence agriculture, where they draw heavily on the natural resource base and thus degrade it. (Ibidem, 1987, p79)

O Relatório aponta como saída para esta situação de pobreza e degradação ambiental o crescimento econômico voltado para o livre mercado, o qual seria capaz de alterar a condição dos países e diminuir a pressão sobre os recursos naturais. Entretanto, a industrialização do Primeiro Mundo e o modelo imposto ao Terceiro Mundo na divisão internacional do trabalho como primário-exportador e fornecedor de recursos à cadeia industrial, não são tratados como causa da poluição e deterioração dos recursos dos países do Terceiro Mundo. Desta feita, assim como o Relatório Meadows, o Relatório Brundtland não aponta a responsabilidade da degradação ambiental à industrialização, e novamente vincula a necessidade da redução populacional à preservação ambiental. Por mais que a emissão *per capita* das nações do G7 seja de 3,8 toneladas metricas por ano, e o restante das emissões *per capita* do mundo seja de 0,7 toneladas metricas por ano. (Cf. FOSTER, B. 2002). O gráfico 2 expressa claramente quais as principais nações poluidoras entre 1980 e 2010.

Gráfico 2: CO₂

Fonte: Banco Mundial. < <http://datacatalog.worldbank.org/>>.

Elaboração Própria.

2.3. Os anos 90 e o Consenso de Washington.

A realidade dos países do Terceiro Mundo deteriorou-se ainda mais com a queda do muro de Berlim, em 1990. A plena autonomia e controle das suas decisões

econômicas lhes permaneceram alheios, assim como o destino de suas economias continuou sendo tratado pelas esferas internacionais de maneira semelhante. Mesmo países que se destacaram como exportadores de petróleo, outros com desempenhos econômicos induzidos de forte expressão como os Tigres Asiáticos, durante a década de 1990, não chegaram a compor o restrito hall de países com poder de veto e altas cotas em instituições com o FMI e BM.

À medida que a crise econômica produzida pela dívida externa do Terceiro Mundo se agravava, o grau de influência sobre os Estados devedores por parte das IFM aumentava proporcionalmente. Devido à necessidade de prazos maiores para o pagamento das dívidas, foram introduzidos os Pacotes de Ajuste de segunda geração⁸⁰, os quais são o resultado do chamado Consenso de Washington.

Para Joseph Stiglitz, em seu livro 'A Globalização e seus Malefícios', de 2002, o Consenso de Washington foi, de fato, um consenso entre o FMI, BM e a Secretaria do Tesouro dos EUA. Em entrevista a Greg Palast em 2004, o ex-economista chefe do Banco Mundial, J. Stiglitz, definiu os quatro passos dos ajustes estruturais impostos pelo Banco Mundial⁸¹. A título de comparação, o economista Jaime Coelho (2012), também estrutura o foco dos Ajustes Estruturais implementados conjuntamente por FMI e Banco Mundial, novamente em quatro etapas, conforme a quadro abaixo ilustra:

Quadro 4: As Etapas dos Programas de Ajuste Estruturais.

J. Stiglitz	J.Coelho
1º Privatizações.	1º Reordenamento dos investimentos públicos, com ênfase no setor energético e de exportações.

⁸⁰ Os primeiros Planos de Ajustes aplicados nos anos iniciais da década de 1980 baseavam-se no entendimento de que a crise das economias endividadas era causada por falta de liquidez, por isso o incentivo maciço em políticas de fomento ao superávit primário. Já os Planos de Ajuste de segunda geração passaram a ser desenvolvidos no início dos anos 1990, partindo da perspectiva de que a crise econômica dos países estava ligada ao modelo econômico dos mesmos, intensificando a recomendação de mudanças econômicas estruturais, como por exemplo, a desregulamentação, desintermediação e abertura da economia nacional ao sistema financeiro internacional, abertura das fronteiras comerciais aos mercados internacionais, a desnacionalização de empresas, dentre outros, cf. GONÇALVES (1999). Entretanto, conforme afirma COELHO (2012), não houve mudança substancial entre os ajustes de primeira e segunda geração, o que havia de fato era um aumento dos prazos para o pagamento das dívidas. Este assunto será tratado em seus pormenores nos capítulos seguintes, em especial no capítulo quatro.

⁸¹ Entrevista concedida a Greg Palast, p. 167-173. in: PALAST, G. **A melhor Democracia que o dinheiro pode comprar**. São Paulo: Ed. Francis, 2004, p. 167-173.

2º Subordinação: Liberalização do Mercado de Capitais.

3º Preços fixados pelo mercado.

4º Estratégia para reduzir a pobreza: Livre Comércio.

2º Liberalização comercial e convergência de preços

3º Política orçamentária mais eficiente com corte de gastos e diminuição dos subsídios ao consumo.

4º Reformas Institucionais.

Elaboração Própria.

No Relatório do Banco Mundial de 1989 foi constatada a situação crítica das economias que seguiam o receituário do ajuste. Entretanto, segundo as conclusões expressas pelo Banco Mundial, tal situação era devido à má administração dos governos locais, à herança populista, à política de substituição de importações, e não devida à enorme transferência de renda ocorrida entre estes países em direção aos bancos do Primeiro Mundo. Já os elogios ficaram a cargo dos exitosos resultados dos países ricos, exatamente para onde os fluxos de pagamento da dívida eram destinados.

Mesmo alcançando superávits crescentes, a dívida e seu serviço (juros e o principal) não paravam de crescer. Diante das dificuldades no pagamento da dívida externa durante a década de 1980 foi proposto aos países devedores, no início da década seguinte, a transformação de seus débitos em participações em empresas públicas. Segundo Reinaldo Gonçalves, nunca anteriormente na história brasileira houve um processo de desnacionalização tão rápido, amplo e profundo quanto àquele ocorrido a partir de 1995⁸². Mediante a comparação dos gráficos 3 e 4, pode-se observar a curva de crescimento da dívida externa total do Brasil entre o final dos anos 1970 e 1990 e o desempenho da balança comercial do mesmo no período de 1980 e 1999.

⁸² Privatização, Desnacionalização – Em troca de créditos da dívida – Transnacionais.

Gráfico 3: Balança Comercial do Brasil (1980 e 1999).

Fonte: Conjuntura Econômica, fev. 2000. apud. GONÇALVES, POMAR, 1996, p. 41.
Elaboração Própria.

Portanto, o aumento das exportações, foco das políticas de ajuste, intensamente preconizadas nos anos 1980, e a liberalização econômica assistida nos anos 1990, tema analisado no capítulo III, não levaram a redução da dívida externa do país, conforme apresenta o gráfico a seguir:

Gráfico 4: Dívida Externa total do Brasil (1979-1999).

Fonte: Conjuntura Econômica, fev. 2000. apud. GONÇALVES, POMAR, 1996, p. 41.
Elaboração Própria.

Programas de privatização do saneamento básico, do abastecimento de água, dos serviços de saúde pública foram criados pelo Banco Mundial e adotados pelo FMI, transformando-os em um ‘negócio global’, em pontos de arrecadação para o pagamento da dívida externa dos países do Terceiro Mundo. Conforme Gustavo Prieto (2011), o modelo de privatização do saneamento básico brasileiro cumpriu o compromisso firmado no item 27, da Carta de Intenções do governo brasileiro endereçada ao FMI, no ano de 1993, onde encontra-se declarados fins últimos dos programas de privatização que foram aplicados no país nos anos seguintes: “o governo lançou um programa de privatizações que se destina a liberar recursos fiscais e promover a eficiência econômica”.

Um programa ambicioso de privatizações que deverá render US\$ 18 bilhões nos próximos anos foi iniciado com a venda da USIMINAS - maior siderúrgica da América Latina. (...) Progresso adicional na redução da intervenção estatal na economia e na promoção de investimentos externos diretos deverá ser alcançado com mudanças institucionais que trarão investimentos privados em áreas até aqui reservadas ao setor público, como telecomunicações, mineração, transporte e comercialização de petróleo, e com um tratamento igualitário para empresas de capital nacional e estrangeiro. (PRIETO, 2011, apud, ARANTES⁸³, A. 2002, p 100)

Nos anos 1990 o Banco Mundial propôs uma readequação dos serviços de saúde mundiais, em seu relatório de 1993 a Instituição expõe seu projeto de reorganização de investimentos públicos e privados para o setor de serviços de saúde:

Realocação de investimentos em instalações e equipamentos:
(...) Alguns investimentos públicos em instalações de ensino superior são necessários para apoiar a investigação e formação, mas em níveis bem abaixo dos níveis atuais de financiamento público na maioria dos países. Investimentos em instalações especializadas podem ser deixados em grande parte para o setor privado, e os subsídios públicos, quando existem, muitas vezes pode ser bastante reduzido. Reorientação da despesa pública para instalações de nível inferior é difícil politicamente, mas alguns países estão se movendo

⁸³

ARANTES, A. **O FMI e a Nova Dependência Brasileira**. São Paulo: Alfa Omega, 2002.

nessa direção⁸⁴. (WORLD DEVELOPMENT REPORT, 1993, p. 134)

Segundo, Michael Reich, 1997, o relatório de 1993 do Banco Mundial, intitulado *Investindo em Saúde* recomenda a redução dos gastos do governo para serviços de baixo custo-benefício, conforme o trecho a seguir expõe:

Muitos serviços de saúde têm baixa eficiência-custo nos quais os governos terão de considerar excluí-los do pacote clínico essencial. Em países de baixa renda estes [cortes] podem incluir: cirurgias cardíacas, tratamento (que não o alívio da dor) dos casos de câncer altamente fatais do pulmão, fígado e estômago; terapias com drogas caras para a infecção pelo HIV e tratamento intensivo para bebês severamente prematuros. É difícil justificar o uso de fundos do governo para estes tratamentos médicos, ao mesmo tempo em que os serviços muito mais rentáveis que beneficiam, principalmente, os pobres não são financiadas de forma adequada⁸⁵. (WORLD DEVELOPMENT REPORT, 1993, p. 10)

2.4. Para Além da Interdependência.

As vésperas da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, a Comissão Trilateral publicou um artigo intitulado Para Além da Interdependência⁸⁶, no qual expôs a necessidade de uma 'ampliação do conceito de segurança nacional'; o qual se daria através de uma mudança no paradigma de soberania nacional dos Estados, em favor de uma releitura capaz de se adequar às novas questões, como acontecia com o caso da degradação ambiental e a exaustão dos recursos naturais:

Como essa análise procurou demonstrar, a degradação ambiental, o esgotamento de recursos, a segurança ao acesso às reservas cada

⁸⁴ Reallocating investments in facilities and equipment. (...) Some public investments in tertiary facilities are needed to support research and training, but at levels well below current levels of public financing in most countries. Investments in specialized facilities can be left largely to the private sector, and public subsidies, where they exist, can often be greatly reduced. Redirecting public spending toward lower-level facilities is difficult politically, but some countries are moving in this direction. (WORLD DEVELOPMENT REPORT, 1993, p. 134)

⁸⁵ Many health services have such low cost-effectiveness that governments will need to consider excluding them from the essential clinical package. In low-income countries these might include heart surgery; treatment (other than pain relief) of highly fatal cancers of the lung, liver, and stomach; expensive drug therapies for HIV infection; and intensive care for severely premature babies. It is hard to justify using government funds for these medical treatments at the same time that much more cost-effective services which benefit mainly the poor are not adequately financed. (WORLD DEVELOPMENT REPORT, 1993, p. 10.)

⁸⁶ MACNEILL, J. WINSEMIUS, P. YAKUSHIJI, T. **Beyond Interdependence: The Meshing of the World's Economy and the Earth's Ecology**. A Trilateral Commission Book. 1992, 163 p.

vez mais escassas de energia e outras matérias-primas podem ser as mais importantes fontes de conflito humano e Inter-Estatais no futuro. (...) Um conceito mais amplo de segurança, envolvendo ameaças ambientais, resultaria em mais uma extensão do paradigma tradicional do "equilíbrio de poder".⁸⁷ (MACNEILL, WINSEMIUS, YAKUSHIJI, 1992, p. 71)

Se a segurança nacional fosse definida de forma mais ampla como a capacidade de combater as ameaças à sobrevivência das pessoas, a integridade do território e sobrevivência dos Estados-nação.⁸⁸ (Ibidem, 1992, p.72)

O trabalho publicado buscou expor a conexão existente entre a questão ambiental, a propriedade dos recursos naturais e a vulnerabilidade econômica do comércio internacional. Uma releitura do receituário proposto em 1973 em *A Ameaça do Terceiro Mundo*, atualiza a conjuntura de liberalismo econômico e crise da dívida do Terceiro Mundo, da seguinte forma:

Devido às múltiplas raízes da interdependência ecológica e seus complexos relacionamentos, mesmo os países mais ricos e poderosos não podem abrigar-se das consequências das alterações. A interdependência econômica aumentou a dependência dos países em desenvolvimento em relação às nações industrializadas. A interdependência ecológica também aumentou a dependência, embora muitas vezes no sentido inverso; os países industrializados, como o Japão, estão cada vez mais dependentes de países em desenvolvimento.⁸⁹ (Ibidem, 1992, p. 72)

Através do paradigma da soberania nacional, o trabalho da Comissão Trilateral buscava demonstrar à comunidade internacional uma ameaça ao comércio, à economia e à segurança coletiva, que seriam enfrentadas com a dilapidação do patrimônio da humanidade.

⁸⁷ Tradução própria: As this analysis has sought to demonstrate, environmental degradation, resource depletion, and security of access to increasingly scarce reserves of energy and other raw materials may be far more important sources of human and interstate conflict in the future. (...) A broader concept of security, embracing environmental threats, would result in another extension of the traditional "balance of power" paradigm. MACNEILL, J. WINSEMIUS, P. YAKUSHIJI, 1992,p.71.

⁸⁸ If national security were defined more broadly as the ability to counter threats to the livelihood of people and the territorial integrity and survival of nation-states. (Ibidem, p. 73)

⁸⁹ Because of the multiple roots of ecological interdependence and their complex relationships, even the most wealthy and powerful countries cannot shelter themselves from the consequences of change. Economic interdependence increased the dependence of developing countries on industrialized nations. Ecological interdependence has also increased dependence, although often in; the reverse direction, with industrialized countries like Japan increasingly dependent on developing countries. (Ibidem, p. 72)

Uma interpretação ambiental da segurança nacional é simplesmente uma extensão da interpretação econômica, uma vez que o capital ecológico é necessário para desenvolvimento econômico e seu esgotamento pode romper de fato, destruir as perspectivas econômicas e a estabilidade política de um país ou região.⁹⁰ (Ibidem, 1992, p. 72)

A geopolítica é tema que não foge às mediações da Comissão Trilateral e, novamente, a premência da alteração do conceito de soberania vai de encontro à segurança dos interesses políticos estratégicos das nações, frente às questões comerciais e à ascensão do conjunto de países do sul.

Mudança ambiental global irá drasticamente alterar o atual quadro geopolítico. Ela vai aumentar a dependência entre as nações e regiões, assim, aumentando substancialmente o poder político do sul. Ele irá alterar as relações de poder entre as nações e que irá contribuir para um aumento geral da atmosfera de conflito, tanto nacional como internacionalmente.⁹¹ (Ibidem, 1992, p. 73)

2.5. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 adotou o desenvolvimento sustentável como premissa para seus quatro documentos oficiais: a Agenda 21, as Convenções do Clima, da Biodiversidade e da Desertificação.

As Convenções, por possuírem peso legal, são integradas às legislações dos países participantes após sua ratificação. Já a Agenda 21⁹², possui caráter modulador composto de diretrizes aceitas pelas Nações Unidas como norte de suas políticas ambientais, e escrita em comum acordo com os setores participantes da Conferência:

⁹⁰ An environmental interpretation of national security is simply an extension of the economic interpretation, since ecological capital is needed for economic development and its depletion can seriously disrupt—indeed, destroy—the economic prospects and political stability of a country or region. Ibidem (p. 73)

⁹¹ Global environmental change will sharply alter the present geopolitical picture. It will increase dependence among nations and regions, thereby substantially increasing the political leverage of the South. It will alter power relations among nations and it will contribute to a generally increased atmosphere of conflict, both domestically and internationally. Ibidem (p.73)

⁹² **AGENDA 21.** Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Biblioteca Digital da Câmara: Brasília, 1995, 475p.

Não foi outro o propósito, isto é, o de assegurar a realização dos compromissos assumidos durante a ECO-92, que levou os participantes da Conferência a preparar uma agenda de trabalho para o próximo século: a Agenda21. Através da Agenda 21 a comunidade das nações procurou identificar os problemas prioritários, os recursos e meios para enfrentá-los e as metas para as próximas décadas. (AGENDA 21, 1995, p. 7)

A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. (Ibidem, p. 11)

À Convenção do Clima será adicionado, cinco anos mais tarde, o Protocolo de Quioto, com a definição de metas obrigatórias de redução de gases de efeito estufa, documento o qual será tratado no capítulo seguinte em seus pormenores. A Convenção da Biodiversidade⁹³, em consonância com os termos da Agenda 21, irá tratar sobre os acordos de propriedade intelectual, consubstanciados em outro Protocolo, o de Cartagena, negociado entre 1994-2000, que trata do comércio internacional de organismos geneticamente modificados, dando assim vazão aos mais altos interesses dos investimentos financeiros em biotecnologias e rendimentos monopolizáveis a cargo das grandes multinacionais que detêm a propriedade intelectual das inovações na área de patentes⁹⁴.

A Agenda 21 abrigou em sua redação demandas político-econômicas pautadas pelas Instituições Financeiras Multilaterais aplicadas durante a primeira década de Ajuste Estrutural e colaborou com a pavimentação das políticas que vieram a ser aplicadas ao longo da década seguinte através do incentivo ao uso de instrumentos econômicos e mecanismos de mercado, os quais instituíram a implementação do desenvolvimento sustentável, dentro das definições incorporadas pelas Nações Unidas em seu capítulo oitavo, onde é afirmado o 'papel fundamental do meio ambiente enquanto fonte de capital natural'⁹⁵.

⁹³ Quanto a Convenção da Biodiversidade, da qual muitas inferências importantes merecem ser feitas, não será abordada nesta dissertação.

⁹⁴ De fato, a conferência consagrou os direitos de propriedade intelectual sobre o vivo, legitimando em escala internacional aquilo que os grupos americanos tinham começado a obter em seu país desde o início dos anos 80. CHESNAIS, F; SERFATI, C. **"Ecologia" e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas**. in Crítica Marxista, São Paulo, 2003, n.º 16, p. 71, 72.

⁹⁵ cf. p. 11

A Agenda propõe, assim como o Relatório Brundtland, uma economia coordenada, um crescimento econômico controlado e direcionado para as finalidades do desenvolvimento sustentável, através de:

Um sistema de comércio multilateral aberto, equitativo, seguro, não-discriminatório e previsível, compatível com os objetivos do desenvolvimento sustentável e que resulte na distribuição ótima da produção mundial, sobre a base da vantagem comparativa, trará benefícios a todos os parceiros comerciais. Além disso, a ampliação do acesso aos mercados das exportações dos países em desenvolvimento, associada a políticas macroeconômicas e ambientais saudáveis, terá um impacto positivo sobre o meio ambiente e consequentemente será uma importante contribuição para o desenvolvimento sustentável. (Ibidem, p.19)

Caso se consiga concluir rapidamente a Rodada Uruguai de negociações comerciais e multilaterais com resultados equilibrados, abrangentes e positivos, será possível liberalizar e expandir ainda mais o comércio mundial, reforçar o comércio e as possibilidades de desenvolvimento dos países em desenvolvimento e oferecer maior segurança e previsibilidade ao sistema comercial internacional. (Ibidem, p.16)

No segundo capítulo da Agenda 21 foi retomado inclusive o debate em torno dos modelos de produção, ao desestimular o modelo de 'substituição ineficiente de importações'.

Nos países desenvolvidos, esse acesso mais fácil aos mercados decorrerá de um ajuste estrutural adequado. Os países em desenvolvimento devem prosseguir com as reformas de suas políticas comerciais e o ajuste estrutural empreendido. (...) Criação de um ambiente interno favorável a um equilíbrio ótimo entre a produção para o mercado interno e a produção para o mercado de exportação, e eliminar tendências contrárias à exportação, bem como desestimular a substituição ineficiente das importações (Ibidem, p. 17)

Ainda no mesmo capítulo postula que o clima saudável de investimentos é condição para o investimento privado estrangeiro e o retorno de capital de giro. E faz o elogio aos países que honraram o pagamento da dívida.

São dignas de elogios as ações dos países de baixa renda com encargos substanciais da dívida que continuam, com grande dificuldade, a pagar os juros de suas dívidas e a salvaguardar sua credibilidade enquanto devedores. (...) Outros países em desenvolvimento afligidos pela dívida e que envidam grandes esforços para não deixar de pagar os juros de suas dívidas e honrar

suas obrigações financeiras externas também merecem a devida atenção. (Idem, p. 22)

Mesmo a Agenda 21 não sendo um documento de força legal como as Convenções ratificadas, as proposições descritas em seu texto foram aplicadas com eficiência em países do Terceiro Mundo.

Todos os países devem, quando apropriado, apoiar os esforços voltados para o oferecimento de habitação aos pobres das áreas urbanas e rurais, bem como aos desempregados e ao grupo sem rendimentos, por meio da adoção e/ou adaptação de códigos e regulamentações que facilitem seu acesso à terra, ao financiamento e a materiais de construção de baixo custo e da promoção ativa da regularização e melhoria das condições de vida em assentamentos informais e favelas urbanas, como medida conveniente e solução pragmática para o déficit da habitação urbana. (Idem, p.73)

Criar, quando apropriado, mercados de terra eficientes e acessíveis, que atendam às necessidades de desenvolvimento da comunidade mediante, *inter alia*, o aperfeiçoamento dos sistemas de registro de terras e a simplificação dos procedimentos em transações territoriais. (Idem, p. 74)

Acelerar os esforços voltados para a promoção do acesso à terra dos pobres das áreas rurais e urbanas, inclusive com planos de crédito para a compra de terra e para a edificação/aquisição ou melhoria de habitações. (Idem, p 80)

Textualmente, a Agenda 21 deu continuidade aos objetivos do Mercado de Terras proposto pela Reforma Agrária de Mercado que foi aplicada já nos primeiros anos de Ajuste e que seria prolongada, como visto acima, principalmente na década de 1990, tanto no campo como nas cidades.

As abordagens de mecanismos econômicos voltados para o desenvolvimento sustentável são definidas em suas premissas objetivas e práticas no capítulo oitavo da Agenda. Onde a implementação de impostos sobre o emissor de poluição abriram caminho para as discussões que desenvolveram o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo proposto pelo Protocolo de Quioto, objetivo do próximo capítulo.

Incorporar os custos ambientais às decisões de produtores e consumidores e com isso inverter a tendência a tratar o meio ambiente como um "bem gratuito", repassando esses custos a outros setores da sociedade, outros países, ou às gerações futuras; (...) Incluir, quando apropriado, o uso de princípios do mercado à

configuração de políticas e instrumentos econômicos que busquem o desenvolvimento sustentável. O papel dos impostos ambientais (Idem, p. 104)

No capítulo 34, a Agenda 21 declara quais tecnologias seriam oferecidas ao terceiro mundo, por parte das economias industrializadas:

Uma grande proporção dos conhecimentos tecnológicos úteis é de domínio público. É necessário o acesso dos países em desenvolvimento às tecnologias que não estejam protegidas por patentes, ou, sejam de domínio público. Os países em desenvolvimento também devem ter acesso ao conhecimento técnico-científico e à especialização necessários para a utilização eficaz dessas tecnologias (Idem, p. 410)

Por fim, o texto da Agenda 21 direciona os fins da UNCTAD, Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento, que fora criada em resposta a demanda expressa dos países do Terceiro Mundo diante das distorções da economia internacional frente aos seus produtos e à defesa de uma nova ordem economia mundial, nos anos 1960.

A UNCTAD deve desempenhar um papel importante na implementação da Agenda 21, tal como foi ampliado em sua oitava sessão, levando em consideração a importância da inter-relação entre desenvolvimento, comércio internacional e meio ambiente e em conformidade com seu mandato no campo do desenvolvimento sustentável (Idem, p. 457)

2.6. A Adequação à Lógica das Finanças do Terceiro Mundo.

Os acordos em torno da degradação ambiental foram estruturados nos anos 1990, no esteio do padrão econômico adotado nos anos 1980, onde as agendas do capital financeiro passaram a ser internalizadas pelas políticas ambientais conforme o liberalismo econômico reestruturava à sua maneira a economia internacional. Dessa forma as políticas para o meio ambiente adotadas pelo Terceiro Mundo são completamente subordinada ao Ajuste Estrutural imposto desde os anos 1980 ao Terceiro Mundo.

Os países do Terceiro Mundo, dessa forma, completamente endividados, e também submetidos ao regime econômico das IFMs abriram-se ao capital internacional e às multinacionais, e passaram a aceitar todo o tipo de investimento externo em seus países, via de regra, indesejável nos países de origem do capital

estrangeiro, como o exemplo citado por Millet e Toussaint no qual o tratamento de lixo industrial norte-americano, rico em metais pesados, passou a ser feito na Índia. Assim, uma nova linha de oportunidade de negócios abriu-se aos países endividados do sul, a importação de poluição dos países industrializados.

O fim do modelo de crescimento interno fomentado pelo modelo de substituição de importação, e a adequação ao modelo de crescimento voltado para fora associado à dívida traduziram-se em grandes perdas para os países ajustados. Conforme Ha-Joon Chang, em seu livro, *Chutando a Escada*, 2003, há uma estratégia clara por de trás das políticas dirigidas aos países que buscavam o crescimento econômico, que foram articuladas através daquelas políticas varridas do mapa pelos Programas de Ajuste e o ideário liberal:

O fato patente é que as 'reformas políticas' neoliberais se mostraram ineficazes de cumprir a sua grande promessa: o crescimento econômico. Aliás, em comparação com o período 1960-1980, no qual predominaram as políticas 'ruins', o crescimento se desacelerou acentuadamente nas últimas duas décadas, sobretudo nos países em desenvolvimento. (...)
Será justo afirmar que o acordo da OMC, que restringe a capacidade dos países em desenvolvimento de pôr em prática políticas industriais, comerciais e tecnológicas intervencionistas, não passa de uma versão moderna, multilateral dos "tratados desiguais" que a Inglaterra e outros países atualmente desenvolvidos costumavam impor aos países semi - independentes? Acaso os países desenvolvidos estão 'chutando a escada', pela qual subiram ao topo, para longe do alcance dos países em desenvolvimento? Infelizmente, a resposta para todas estas perguntas é sim. (CHANG, p. 211, 212.)

O gráfico 5 a seguir expõe a diferença de crescimento encontrado na economia brasileira, entre a vigência do modelo de crescimento classificado como 'ruim' pelas IFMs, e o desempenho conquistado com os anos iniciais de aplicação das medidas de crescimento fomentadas pelas mesmas instituições:

Gráfico 5: Crescimento da economia brasileira: 1920 – 1990.

Fonte: FGV (1998), p. viii, e Bonelli e Gonçalves (1998), apud, GONÇALVES, 2006.

Elaboração Própria.

As vésperas da Conferência Rio 1992, Lawrence Summers, então economista-chefe do Banco Mundial e futuro secretário de Estado norte-americano o durante os anos da gestão Clinton, expôs seu ponto de vista sobre as possibilidades benéficas e rentáveis existentes na correlação entre meio ambiente e economia de mercado em uma correspondência interna do BM. A circular de Summers⁹⁶ foi tornada publica pelos jornais The Economist e Financial Times em fevereiro daquele ano, com o título *‘deixem que eles comam a poluição’*: Neste memorando, Summers aplica a divisão internacional do trabalho dentro dos parâmetros neoliberais às questões como saúde, bem-estar, pobreza e poluição, destacando o relevante papel dos países do Terceiro Mundo para a eficiência do mercado de poluição:

Os custos da poluição são susceptíveis de serem não lineares, já que os incrementos iniciais da poluição provavelmente têm um custo muito baixo. Eu sempre pensei que os subpovoados países da África são vastamente sub-poluídos; sua qualidade do ar é muito provavelmente ineficientemente baixa [sic] em comparação com Los Angeles ou a Cidade do México. **Apenas os fatos lamentáveis são que tanta poluição é gerada por indústrias não comercializáveis (transporte, geração elétrica) e que os custos unitários de transporte de resíduos sólidos são tão altos a ponto de impedir um mundo de bem-estar através do reforço do comércio de poluição do ar e de resíduos.**

⁹⁶

The Economist, Let them eat pollution, v. 322, p. 66, 8 fev. 1992

Aqui Summers coloca a perspectiva econômica de mercado em função de fatores causadores de doenças em regiões com alto índice de mortalidade infantil:

A demanda para o ambiente limpo por razões estéticas e de saúde provavelmente terá uma elasticidade-renda muito alta. **A preocupação com um agente que provoca uma variação de um em um milhão nas chances de câncer de próstata será, obviamente, muito maior num país onde as pessoas sobrevivam a ponto de terem câncer de próstata do que em um país onde a mortalidade abaixo dos cinco anos é de 200 por mil. (...) É evidente que o comércio de bens que incorporam preocupações estéticas de poluição poderia ser um bem-estar de reforço. Enquanto a produção é móvel o consumo de ar é um bem não negociável.**

O então economista chefe do Banco Mundial, em 1992, segue expondo a lógica benéfica existente no custo benefício para a escolha eficiente de locais de despejo de lixo tóxico ao se levar em conta a relação entre a quantidade de prejuízos causados a saúde dos habitantes e os baixos salários dos mesmos.

A medição, quantificação, dos custos com prejuízos causados pela poluição à saúde depende, varia, conforme os ganhos e perdas ocorridos com aumentos da morbidade e mortalidade. Deste ponto de vista, **uma dada quantidade de poluição prejudicial à saúde deve ser feita no país com o menor custo, que será o país com os salários mais baixos. Eu acho que a lógica econômica por trás do despejo de cargas tóxicas no país com menor salário é impecável e deveríamos encarar isso de frente**⁹⁷. (THE ECONOMIST, 1992)

⁹⁷ The costs of pollution are likely to be non-linear as the initial increments of pollution probably have very low cost. I've always thought that under-populated countries in Africa are vastly under – polluted; their air quality is probably vastly inefficiently low [sic] compared to Los Angeles or Mexico City. Only the lamentable facts that so much pollution is generated by non-tradable industries (transport, electrical generation) and that the unit transport costs of solid waste are so high prevent world-welfare-enhancing trade in air pollution and waste. The demand for clean environment for aesthetic and health reasons is likely to have very high income-elasticity. The concern over an agent that causes a one-in-a-million change in the odds of prostate cancer is obviously going to be much higher in a country where people survive to get prostate cancer than in a country where under-5 mortality is 200 per thousand. Also, much of the concern over industrial atmospheric discharge is about visibility-impairing particulates. These discharges may have very little direct health impact. Clearly trade in goods that embody aesthetic pollution concerns could be welfare-enhancing. While production is mobile the consumption of pretty air is a non-tradable. The measurement of the costs of health-impairing pollution depends on the forgone earnings from increased morbidity and mortality. From this point of view a given amount of the health-impairing pollution should be done in the country with the lowest cost, which will be the country with the lowest wages. I think the economic logic behind dumping a load of toxic waste in the lowest-wage country is impeccable and we should face up to that. **The Economist** [US], New York, v. 322, p. 66, 8 fev. 1992. Academic OneFile. disponível em: <<http://go.galegroup.com/ps/i.do?id=GALE|A11819818&v=2.1&u=capes77&it=r&p=AONE&sw=w>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

Mesmo apresentando diferentes realidades econômicas, o Terceiro Mundo teve um tratamento semelhante. Perderam espaço político com o Choque do Petróleo e a explosão da dívida, assim como a autoridade sobre o planejamento interno foi encurtada não só na esfera das finanças como na esfera das políticas interna e externa. Emblematicamente, a função da UNCTAD passou a ser direcionada às demandas prescritas dentro do conjunto apresentado pela Agenda 21.

No final da década de oitenta, um novo plano de ajuste, o Plano Brady⁹⁸, desenvolvido pelo então Secretário do Tesouro norte-americano, Nicolas Brady, tentava gerar os incentivos para os países devedores reestruturarem suas dívidas em face dos fracassos anteriores. Também nos anos 1990 a tônica dos planos de ajuste implantados pelas IFMs passou a ser a da securitização da dívida dos países endividados. O processo de securitização, também conhecido como processo de titularização da dívida, iniciou um novo capítulo na história da inserção econômica dos países do Terceiro Mundo e, conseqüentemente da própria economia internacional como um todo.

Assim, através destas duas ações: a securitização da dívida e a emissão de bônus, conforme prescrito pelo plano Brady, um novo montante de capital foi pulverizado sobre os mercados financeiros. Dessa forma, ao longo dos anos 1990 assistiu-se à adequação do capital produtivo à lógica das finanças através da titularização da dívida do Terceiro Mundo, tema do capítulo seguinte.

⁹⁸ O Plano Brady: Os papéis da dívida foram trocados por bônus com um desconto no seu valor de face. A emissão e a compra desses bônus pelos credores internacionais, em um primeiro momento, foi uma forma de levantar fundos para os países emissores. Entretanto, estes foram devolvidos em forma de pagamento de juros e serviços da dívida, e a fim de torna-los atrativos ao mercado a remuneração destes títulos era feita através de juros pós-fixados. Apesar do alívio propiciado em um primeiro momento aos países do Terceiro Mundo com o desconto no valor de face dos títulos transformando-os em bônus o processo engendrou um novo patamar de subordinação e controle sob os países endividados, como será visto a seguir.

Capítulo III: Liberalização da Economia Internacional.

A desestruturação do Bloco Soviético determinou o termino da Guerra Fria e juntamente o equilíbrio histórico que existiu ao longo do pós-guerra até inicio dos anos 1990. O fim do Bloco acarretou uma série de transformações no contexto histórico no transcorrer dos anos seguintes, com a reacomodação da sociedade capitalista. Assim, com o fim da Guerra Fria, as políticas hegemônicas ditadas pela economia de mercado passaram a operar sobre novos limites⁹⁹.

Dentro deste novo contexto, todos os anos de tentativas de um arranjo do comércio internacional baseado em estruturas de tratamento equânime entre os países ricos e pobres, ainda gestado pelo GATT, (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), e depois na OMC (Organização Mundial do Comércio) foram desprezados nos anos seguintes. Enquanto os países do sul eram pressionados a abrir seus mercados, os países do norte ampliavam seu protecionismo, especialmente nos setores agrícola e farmacêutico.

Gráfico 6: Subsídios e outras transferências.

Fonte Banco Mundial. < <http://datacatalog.worldbank.org/>>.

Elaboração Própria

⁹⁹

A sociedade soviética causou imensa deterioração ambiental, mas isso não nega a importância e urgência em se analisar as relações sociais, operacionais, e o desenvolvimento do capitalismo desde que este sistema político econômico passou a ser dominante em todo o mundo atual. CLARK, B. YORK, R. Carbon metabolismo: Global capitalism,, climate change, and the biosphere rift. University of Oregon, **Teory and Society**, nº34, 2005, p. 404.

A hegemonia do capitalismo com o término da URSS rapidamente passou a representar aos países do sul um novo grau de dificuldade em suas relações com os países industrializados. Os anos 1990 representaram uma nova etapa na história da inserção dos países endividados. A ação política dos países passou a assimilar o ideário dos Pacotes de Ajustes, assim como passou a apoiar a implementação do conjunto de regras designados pelas IFMs sem os constrangimentos significativos da década anterior¹⁰⁰.

Embora os Planos de Ajuste Estrutural tenham sido alterados ao longo dos anos, a matriz fundadora dos mesmos manteve-se fiel. A primeira geração dos Planos, aprofundados ao longo da década de 1980, foi criada tendo em vista que os problemas enfrentados se tratavam de uma crise de liquidez, e incentivaram a *export lead*¹⁰¹ dos países do terceiro mundo como resultado da política macroeconômica. A segunda geração de Planos nos anos 1990 compreendia o quadro geral como um problema de solvência, e a partir de então, mudou o foco para a adoção de políticas estruturais profundas pró-mercado, através da liberalização comercial e financeira, de privatizações, da emissão de bônus da dívida, dentre outras ações que inseriam as economias dos países endividados na lógica da financeirização.

Nos anos oitenta, um dos objetivos maiores do Banco foi estabelecer incentivos para o desenvolvimento do setor privado por meio da estabilidade macroeconômica e preços relativos apropriados. Empréstimos de ajustamento para a liberalização comercial, remoção de preços e controle de câmbio e liberalização financeira setorial começaram a ser levados em consideração. A despeito dessas reformas, muitos países fracassaram na atração de investimento privado significativo; isso sugere que a estabilização macroeconômica e reforma de preços relativos eram necessárias, mas não o suficiente

¹⁰⁰ A rejeição ao 'nacional' não só atingiu os níveis mais profundos daquelas almas nativas, mas também conseguiu angariar novos adeptos. Desde os anos 30 não se via coisa igual. A rejeição é mais profunda porque atingiu, de forma devastadora, os sentimentos de pertinência à mesma comunidade de destino, suscitando processos subjetivos de diferenciação e des-identificação em relação aos 'outros', ou seja, à massa de pobres e miseráveis que 'infesta' o país. E essa des-identificação vem assumindo cada vez mais as feições de um individualismo agressivo e anti-republicano. Uma espécie de caricatura do americanismo. A rejeição também foi mais ampla porque essas formas de consciência social contaminaram vastas camadas das classes médias: desde os 'novos' proprietários, passando pelos quadros técnicos intermediários até chegar aos executivos assalariados e à nova intelectualidade formada em universidades estrangeiras ou mesmo em escolas locais que se esmeraram em reproduzir os valores e hábitos forâneos. Luiz Gonzaga Belluzzo. (BELLUZO, A culpa da crise, Folha de S. Paulo, 22 nov. 1998)

¹⁰¹ A preconização da *export lead* para o Terceiro Mundo nos anos 1980 buscava a obtenção de divisas necessárias para honrar os compromissos da dívida, o que impulsionou o desmatamento de áreas florestais e a ampliação do uso de agrotóxicos na agricultura dos países endividados, intensificando uma série de graves ocorrências ambientais paralelas, os quais passaram a ser apontadas como consequência da irresponsabilidade ambiental dos países do sul. Cf. MARTINS, M. (Org.). O Banco Mundial e a terra: Ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

para um crescimento eficiente comandado pelo setor privado. A agenda da reforma então se expandiu, enfatizando reformas microeconômicas e institucionais para construir ou melhorar os mercados, remover os constrangimentos governamentais e integrando melhor as políticas reformistas. Um amplo leque de procedimentos, regulamentações e reformas legais vieram no sentido de remover barreiras de entrada e saída, reduzindo a rigidez dos mercados, simplificando sistemas de impostos, facilitando os direitos de propriedade e modificando restrições de comércio. No meio dos anos 1990, com os países em desenvolvimento diante dos desafios da globalização e da volatilidade dos fluxos de capital, o Banco incentivou medidas para aumentar a competitividade e a integração global. (WORD BANK, 15 jun. 2001, p. 56, Apud COELHO, 2012)

A emissão de bônus implementada a partir da década de noventa significou a emissão de papéis por parte dos países em ajuste, com prazo de vencimento em torno de 30 anos. O processo de adesão ao chamado Plano Brady teve início com o México já em 1989. Com o Brasil, o processo de negociação começou com a eleição do governo Collor (início de 1990), e continuou após a ascensão do vice-presidente Itamar Franco, que nomeou Pedro Malan presidente do Banco Central, e principal negociador do Brasil junto às IFMs.

O Plano Brady previa a redução no valor da dívida externa, mediante a redução do montante devido, e o alongamento dos prazos de vencimento com a correspondente diminuição das taxas de juros.

Entretanto, a aplicação do Plano não produziu a redução significativa do nível do endividamento dos países. No caso do Brasil, o acordo referia-se apenas à parte da dívida do setor público com bancos comerciais estrangeiros. Em números redondos, o acordo dizia respeito a uma parcela de US\$ 49 bilhões, de uma dívida externa total (em dezembro de 1993) de 145 bilhões de dólares. O desconto efetivo associado ao acordo foi de US\$ 3,7 bilhões, ou de 7,6% do valor da dívida afetada pelo acordo.

Com a entrada em vigor do acordo, substituiu-se a dívida velha sujeita a suspensão parcial de pagamentos, por títulos que não permitiam a capitalização de juros no mercado, pois afinal os juros passariam ser fixos. Esta ação acabou por resultar em um aumento significativo dos pagamentos em comparação com a situação anterior, ao início do processo de negociação, quando o Brasil pagava 30% dos juros devidos. Conseqüentemente, a despesa anual líquida com juros, apenas no primeiro ano de vigência do acordo, alcançava US\$ 2,5 bilhões, aproximadamente o triplo da despesa de juros na situação anterior, e apenas US\$

600 milhões a menos do que se pagaria caso estivessem vigentes as condições contratuais anteriores. (Cf. GONÇALVES, POMAR, 1996, p. 18,19)

Quanto à oferta de títulos da dívida no mercado financeiro não foi uma prática inaugurada com os anos 1990, mas foi muito utilizada por todos os países, e especialmente pelos países endividados, os quais foram ativamente estimulados pelo Consenso de Washington. Nesta ação, era possível tomar crédito no mercado, em troca da oferta de títulos da dívida. Este processo, classificado como titularização acabou por atrair investidores institucionais, fundos, companhias de seguros, etc., que passaram a operar sobre uma economia desregulamentada, desintermediada e plenamente aberta ao capital financeiro, o que acarretou profundas alterações no funcionamento do próprio capital produtivo. Conforme o gráfico a seguir expõe, o crescimento da participação dos Títulos Públicos e Privados como porcentagem do Produto Interno Bruto brasileiro cresceu continuamente a partir de 1994.

Gráfico 7. Estoque de Ativos Financeiros no Brasil (%PIB)

Fonte: Banco Mundial, Banco para Compensações Internacionais, Fundo Monetário Internacional e agência de rating Standard & Poor's. CAPELETI, 2012.

Os países endividados¹⁰² tiveram acesso ao mercado financeiro por remunerarem seus papéis a altos juros pós fixados, e transformaram-se ao longo

¹⁰² Dentro do conjunto de países do terceiro mundo existem agrupamentos de países com algum desenvolvimento econômico e que conseguem certa inserção no mercado internacional, e outros que

dos anos 1990 em alvo de especulação financeira, passando a serem tratados como plataformas de valorização¹⁰³ de um mercado secundário de ações desregulado no qual foram obrigados a inserirem-se devido às imposições das IFMs.

Mediante aos fatores internos de sua própria economia [brasileira], como a baixa produtividade de muitos setores industriais, a inserção do país como uma base de atração de capitais internacionais foi condicionada à vigência de enormes taxas de juros reais e à valorização da taxa de câmbio, o que contribuiu para a queda da atratividade dos investimentos no setor produtivo, dado o maior custo de implantação de projetos de infraestrutura e produção de bens e serviços. (...) A economia nacional foi então se financeirizando com a acumulação de capital desenvolvendo-se mais intensamente dentro da esfera financeira e, em menor escala, fora dela, no setor promotor da geração de riquezas tangíveis portadoras de valores de uso¹⁰⁴, a indústria. (CAPELETI, 2012, p. 23)

No meio do novo pacote de ações proposto pelo Plano Brady estavam as desvalorizações das moedas nacionais, com o objetivo de inserirem as economias com maior competitividade no mercado internacional. Tais desvalorizações multiplicaram o tamanho da dívida dos países em moeda estrangeira e tornaram os produtos locais mais baratos. Entretanto, para a obtenção da mesma quantidade de divisas estrangeiras com a desvalorização passou a ser necessária a venda de mais produtos, obrigando os países a produzirem mais para tentar garantir os superávits primários, ingrediente central das receitas impostas aos países do Terceiro Mundo¹⁰⁵. Acrescenta-se a este quadro o fato de que essa ação comercial

enfrentam grandes dificuldades e não conseguem desenvolver sua economia. Entretanto, como assinalado outras vezes, todos os países do terceiro mundo sofreram as consequências da elevação dos juros norte-americanos nos anos oitenta e foram submetidos aos programas de ajuste estrutural. Existem países que possuem uma parte expressiva de sua dívida nas mãos de instituições internacionais privadas, são aqueles que possuem certo grau de desenvolvimento econômico, caso de muitos países da América Latina; outros países que possuem sua dívida diretamente com as IFMs, caso de muitos países africanos. Entretanto, para negociar, ou renegociar a parcela da dívida referente aos credores bilaterais, ou seja, empréstimos feitos de Estado para Estado, os países devedores precisam estar submetidos aos programas de ajuste desenhados pelas IFMs, esta é a lógica que descreve as reuniões entre os países devedores e o Clube de Paris, lógica semelhante em que são operadas as negociações entre as nações devedoras e os bancos dos países industrializados, reunidos no Clube de Londres. MILLET, D. TOUSSAINT, É. 50 Perguntas e Respostas: sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial. Tradução: Noémie Rodrigues Josse. São Paulo: Boitempo, 2002, p.105.

¹⁰³ Para mais ver BRUNO, M. DIAWARA, H. REIS, A. RUBENS, M. – Led Growth Regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas. In: **Encontro Nacional de Economia Política**, 14, 2009, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo, 2009.

¹⁰⁴ O Valor de Uso é definido como a utilidade que uma mercadoria possui por servir a alguma necessidade específica, de modo que, o valor de uso se constitui no conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a formação social em vigor num dado momento histórico. (MARX, 1983)

¹⁰⁵ Por exemplo, em janeiro de 1994, o FMI e a França obtiveram de determinados governos africanos uma desvalorização de 50% do franco CFA (FCFA, moeda utilizada nas antigas colônias francesas) em relação ao franco francês. Os efeitos foram terríveis: de um dia para o outro, um produto importado da França, que valia

amplamente adotada pelos países exportadores de *commodities* em conjunto, implicou na maciça oferta dos produtos, por seguinte, na queda nos preços dos mesmos. Esse processo desaguou no contínuo avanço das áreas de cultivo sobre as áreas de floresta, acarretando em mais desmatamento de zonas florestais, salinização, desertificações de solos, dentre outros.

Assim, o contínuo processo de endividamento dos países além de retirar a pouca autonomia que possuíam perante suas políticas econômicas, por tanto a sua avaliação sobre o quanto e em que produzir, obrigou os países a ampliar sua exportação, o que significou intensificar a exploração direta dos recursos naturais e da extração de matérias primas. As iniciativas industriais que se instalaram nos países do terceiro mundo representavam oportunidades na medida em que eram oferecidas aos mesmos mão de obra barata, um mercado desregulado ávido a receber investimento estrangeiro e, por fim, um conjunto de recursos naturais 'baratos' e aptos a serem poluídos¹⁰⁶.

Para adquirir as divisas necessárias para reembolsar a dívida os PEDs [Países em desenvolvimento] têm de aumentar o volume das exportações e diminuir o volume das culturas de subsistência. (...) Normalmente, os países especializam-se na produção de um (ou vários) produtos agrícolas de exportação, na exploração de uma (ou várias) matéria-prima extraída do subsolo ou numa atividade primária como a pesca. Ficam então altamente dependentes desse recurso ou monocultura. (...) Na maior parte dos casos, as matérias-primas são exportadas na sua forma bruta para serem transformadas nos países ricos, que se apropriam assim do essencial do valor agregado (...) as terras são muitas vezes obtidas pelo desmatamento da floresta para aumentar a produção, com todas as consequências ecológicas que ele traz, em especial a forte erosão dos solos e os ataques múltiplos à biodiversidade. (MILLET, D. TOUSSAINT, É. 2006, p. 96)

3.1. Os Desdobramentos Teóricos do Capital Internacional.

100 FCFA, passou para 200 FCFA. Para recuperar os 100 FF foi preciso duplicar as vendas de um dia para o outro. (...) No mesmo período, a dívida dos países denominada em moeda estrangeira foi multiplicada por dois, uma vez que era preciso o dobro do dinheiro (em moeda local) para obter as divisas estrangeiras necessárias para reembolsar a dívida. MILLET, D. TOUSSAINT, É. **50 Perguntas e Respostas: sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial**. Tradução: Noémie Rodrigues Josse. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 94.

¹⁰⁶

A abertura dos mercados facilitou o ingresso das empresas multinacionais nas economias do terceiro mundo, criando a situação de mercado na qual os produtores locais foram paulatinamente perdendo espaço devido à concorrência - ocorrida num primeiro momento - entre esses e as empresas estrangeiras, permitindo então que estas passassem a dominar os mercados e impor a margem de lucro de retorno monopólica, ou seja, os superlucros.

A partir da segunda metade da década de 1990, os autores da Escola da Regulamentação, em especial F. Chesnais, apontaram para uma mudança no Regime de Acumulação capitalista, em outras palavras, passava a dirigir a produção não mais a lógica produtiva, mas sim a lógica financeira. Iniciava-se o período da dominância financeira.

Tanto o Regime de Acumulação, quanto o Modo de Regulação são termos usados pela Escola da Regulação para determinar mudanças que atravessam o desenvolvimento capitalista ao longo dos anos. Assim, associado ao baixo crescimento da economia produtiva, os anos de liberação e desregulamentação das finanças propiciaram a mudança do funcionamento da rede capitalista. Os anos 1980 e 1990 foram de desmonte das políticas de Estado Forte e a implementação das políticas de Estado mínimo, que teve como figuras Margaret Thatcher e Ronald Reagan. O desmonte burocrático e a reorganização da economia internacional favoreciam as praças financeiras internacionais, que encontravam-se em estagflação ao longo dos anos 1970, e buscavam uma nova saída para suas economias através de ganhos financeiros.

Nos anos 1990, a cartilha neoliberal havia se instalado nas economias nacionais, tanto dos países industrializados, quanto nos endividados, aos quais caberia um papel bem definido dentro da divisão internacional do trabalho, conforme exposto ao longo dos capítulos anteriores da dissertação.

A dialética materialista oferecida por Karl Marx buscou elucidar por quais categorias a sociedade capitalista e o próprio Capital se reproduzem, assim, buscou categorizar os termos pelos quais o sistema capitalista opera internamente.

A teoria da regulação trata por sua vez da dimensão histórica na qual a reprodução capitalista se apresenta, ou seja, sem buscar substituir o corpus categorial oferecido pela teoria marxista, a teoria da regulamentação busca acrescentar não categorias, mas sim características apresentadas ao longo do desenvolvimento histórico do capitalismo nos últimos sessenta anos. Assim, é possível ao pesquisador utilizar-se simultaneamente do arcabouço categorial marxista, como das análises oferecidas pela teoria da regulação sobre as transformações e aspectos apresentados pelo desenvolvimento histórico do capital, a fim de construir um quadro de observação capaz de captar tanto os princípios fundamentais depositados nas estruturas da economia internacional capitalista,

quanto às transformações históricas pelas quais a sociedade capitalista operou ao longo dos últimos sessenta anos.

3.2. As Transformações Históricas da Economia Capitalista.

Em 1976, Michel Aglietta buscou forjar um instrumental teórico capaz de explicar como se dá a reprodução regular de relações sociais e de que modo a economia capitalista é capaz de manter a acumulação. Para construir este instrumental, Aglietta estabeleceu a premissa de que em cada momento histórico a acumulação capitalista assume uma forma específica, de onde decorre o desdobramento do conceito marxista de modo de produção em duas categorias, dois momentos.

O Regime de Acumulação é formado pelo conjunto das *regularidades* econômicas e sociais que garantem o processo de acumulação a longo prazo. O Modo de Regulação é o conjunto de *procedimentos* capazes de reproduzir as relações centrais do processo de acumulação que dão a sustentação e as garantias necessárias ao Regime de Acumulação em vigor, além de permitir a direção de um conjunto de decisões descentralizadas. O Modo de Regulação é a face que demonstra a incorporação do “conjunto de procedimentos” reprodutores e garantidores do Regime de Acumulação nos indivíduos e coletivamente. Em suma, o Modo de regulação é a concretização social e individual do Regime de Acumulação em vigor.

O Regime de Acumulação é composto por cinco regularidades sociais e econômicas que alteram-se nos momentos históricos:

- Qual a organização da produção e a relação dos trabalhadores com os meios de produção. (exemplos: artesanato, manufatura, maquinofatura, etc.)
- Qual é a dinâmica estabelecida entre os grupos e classes sociais; como se dá a distribuição de valor/riqueza gerada entre as classes.
- Qual o horizonte temporal da valorização do capital e os princípios que norteiam a direção da empresa capitalista. (exemplos: produção, finança)
- Qual é a composição, como é composta a demanda social. (exemplo: consumo de massa)

- Como se relacionam com formas não capitalistas de reprodução (exemplo: URSS)

O Modo de Regulação é formado por cinco instancias institucionais:

- Como se dão as relações de trabalho, modo de vida do trabalhador, tipo de vínculo de trabalho. (exemplo: trabalho fabril, CLT, terceirizado)
- Qual é a relação concorrencial entre os capitalistas. (exemplo: livre-concorrencial, imperialista)
- Qual o regime monetário e financeiro, qual o papel das finanças na economia. (exemplo: padrão-ouro, pós Bretton Woods)
- Qual a organização do Estado, suas metas e formas de intervenção. (exemplo: Keynesianismo de Estado, Estado mínimo)
- Quais relações econômicas internacionais são predominantes entre os países. (exemplo: metrópole e colônia, endividamento)

A articulação entre o Regime de Acumulação e o Modo de Regulação define a forma específica em que a acumulação capitalista assume em cada determinado momento histórico. As crises surgem colocam em xeque a organização que até então sustentava o binômio formado entre Regime de Acumulação e Modo de Regulação, desarticulando as instituições que amparavam a acumulação de capital e rearticulando outras mais aptas às novas necessidades, aos novos obstáculos enfrentados pela acumulação de capital. Foi a partir da crise econômica enfrentada pelos anos 1970 que se estabeleceu a desarticulação institucional que sustentava o Regime de Acumulação fordista, altamente ligado ao regime de produção, ou seja, a circulação e valorização produtiva¹⁰⁷, do qual emergiu o Regime de Acumulação financeira, subordinador dos processos produtivos ao tempo de circulação das finanças, muito mais veloz.

¹⁰⁷

Devido aos baixos retornos da economia real (expressão de contradições capitalistas como a aqueda tendencial da taxa de lucro, relacionada ao desenvolvimento das forças produtivas) o mercado secundário de ações passou a ser uma saída cada vez mais atraente aos investimentos, que antes ocorriam massivamente na economia real, investimentos voltados para a formação do capital fixo, ou seja, investimentos em máquinas, indústrias, estradas, infraestrutura, etc. e passaram a se estabelecer na economia fictícia, onde os investimentos se mantêm sob a forma líquida.

Quadro 5. Tempo de valorização do capital.

Elaboração Própria.

A crise dos anos 1970 e a desestruturação do Regime de Acumulação Fordista propiciou um novo rearranjo capitalista, para o qual François Chesnais passou a defender a compreensão de que o capitalismo passou a uma nova fase de seu regime de acumulação no qual seriam os princípios ligados à circulação financeira que iriam dominar a produção capitalista. Um novo Modo de Regulação adequado as novas características do Regime de Acumulação passou a ser estabelecido propondo uma série de políticas de liberalização e desregulamentação financeiras¹⁰⁸. O Regime de Acumulação com predominância da valorização financeira se inicia nos anos 1980 e 1990, e estabeleceu baixo crescimento produtivo, queda nos salários, aumento do desemprego e crescimento do valor dos ativos financeiros.

Nesse novo ajuste pelo qual atravessou a finança ela passou a exercer não mais um papel intermediário, operado pelos bancos de empréstimo, mas sim pela finança direta, operada sem intermediação, pelos próprios agentes investidores, reunidos em fundos etc., ou em bancos de investimentos. A finança passou a exercer forte influência sobre todo o conjunto econômico.

Segundo Chesnais, em *a Finança Mundializada*, é o capital portador de juros¹⁰⁹ que passará a regular a acumulação, é ele quem definirá a forma pela qual as relações econômicas e sociais irão se pautar. O capital portador de juros irá impor sua regulação sob a própria acumulação produtiva, alterando as instituições que a asseguram e a legitimam. Segundo Miguel Bruno, Hawa Diawara, Anna Carolina Reis e Mario Rubens, os mercados financeiros podem ser considerados

¹⁰⁸ Consiste na diminuição dos mecanismos de controle estatal sobre a economia, oferecendo uma maior auto-regulação feita pelos mercados, gerando a abertura deles.

¹⁰⁹ Segundo Marx, o capital portador de juros permite a valorização do capital sem a sua saída da esfera financeira. O que dá sustentação à existência deste tipo de capital é o que Karl Marx define como Princípio da Capitalização, segundo o qual, a partir da existência do capital portador de juros, qualquer rendimento monetário é convertido em juros, quer provenha de um capital ou não.

como um subconjunto da economia, subconjunto este que “distribui o poder” econômico e político, afetando a dinâmica da produção e da distribuição de renda¹¹⁰.

A dinâmica que passou a se impor ao capital produtivo deslocou seu eixo, antes localizado na própria esfera produtiva, para o exterior da mesma, dirigindo a valorização não mais do capital produtivo, mas do capital portador de juros, do capital acionário. A direção da esfera produtiva de valor passou a estar fora da própria produção; seus objetivos passaram a ser pautados pelos interesses de curto prazo, que caracterizam a esfera da finança, e principalmente para a maioria da porção de investimentos feitos na própria esfera produtiva, em direção ao rendimento dos ativos nos mercados financeiros.

O centro de suas operações financeiras é conhecido como mercado secundário de títulos. O mercado secundário¹¹¹ é aquele dos papéis negociados no futuro, os objetivos são derivados de papéis iniciais, ou do mercado primário, daí o nome derivativos¹¹². Embora a finança possua uma dinâmica interna própria, ela está, mesmo que em última instância, vinculada à criação e realização de valor da esfera produtiva.

Quadro 6. Mercado Primário e Secundário

¹¹⁰ BRUNO, M. DIAWARA, H. REIS, A. RUBENS. Finance–Led Growth Regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas. In: Encontro Nacional de Economia Política, 14, 2009, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo, 2009.

¹¹¹ Finanças intermediárias são aquelas formadas por empréstimos bancários, as finanças diretas são formadas por mercados secundários, investidores institucionais, etc. A contínua queda nas expectativas de lucro aumentam ainda mais o movimento de saída do capital investido para a finança, onde mantém sua forma líquida.

¹¹² Duas definições possíveis. A primeira consta que derivativos são instrumentos financeiros cujo preço de mercado deriva do preço de mercado de um bem ou de outro instrumento financeiro. A segunda definição afirma que derivativos são contratos ou títulos conversíveis cujo valor depende integral ou parcialmente do valor de outro instrumento financeiro. Eles representam que a negociação é feita sobre a oscilação de preços dos ativos no futuro, sem que haja necessariamente a negociação física do bem, ou do objeto em questão.

Elaboração Própria

Os ganhos do setor financeiro onde o capital portador de juros e o capital fictício fazem seu percurso “livremente” não sobrevivem sem a economia real por longos anos. O setor financeiro flutua sobre a economia real, como descrito na teoria do dinheiro e do capital fictício em Marx, como tendência imanente do capital.

O Regime de Acumulação em vigor possui suas características marcantes: a direção exterior à produção e o crescimento desproporcional da riqueza financeira em relação à economia real¹¹³. Com o Regime de Acumulação financeiro, a geração de valor é fortemente deslocada para a alimentação da finança e não a própria geração de valor. Entretanto, a valorização de capital fictício¹¹⁴ busca distância da economia real, visando às bolsas, onde o mercado secundário faz sua valorização pela simples circulação dos ativos, descolando-se de qualquer pressuposto vinculado à economia real¹¹⁵.

¹¹³ ‘compreende-se que nos países em que o processo de financeirização mais avançou, tenha ocorrido a queda da participação do capital fixo produtivo no estoque de capital total, baixas taxas de crescimento e elevação do desemprego estrutural.’ BRUNO, M. DIAWARA, H. REIS, A. RUBENS. Finance–Led Growth Regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas. In: Encontro Nacional de Economia Política, 14, 2009, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo, 2009, p 1.

¹¹⁴ Capital fictício segundo Marx é tudo aquilo que confere direito a uma valorização futura do capital. É aquilo que nunca foi, nem nunca será capital, mas funciona como se fosse. O capital que insistentemente busca separar-se da produção. São os derivativos por excelência: títulos de propriedade sobre direitos, direitos sobre a valorização futura de ações e rendas, títulos da dívida privada e pública (tributação futura).

¹¹⁵ Cf. PAULANI, L. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23 (66), 2009, p. 29.

As valorizações das finanças não necessariamente precisam decorrer da geração de lucros, podendo recair sobre salários (Fundos de Pensão), ou sobre os recursos extraídos pelo Estado (títulos da dívida pública). Do capital fictício nascem a produção de direitos pelos quais o Banco Mundial ao longo dos anos 1980 e 1990 foi pródigo em instaurar, e a valorização de seus ativos é a ‘prova’ da boa saúde da nova economia, gerada a partir das determinações da escola neo-clássica.

3.3. A Predominância financeira.

A tese da financeirização do capitalismo não propõe que o papel central da criação do valor tenha deixado de ser a produção, ela assevera que a direção da produção obedece aos interesses da valorização financeira, exterior à própria produção. A valorização financeira se ocupa da expansão de renda e comanda a operação da economia para este fim. O setor financeiro drena partes cada vez maiores do excedente gerado na produção, na economia real.

A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de certa força de trabalho de múltiplas qualificações. Os capitais que os operadores financeiros põem para valorizar, através de suas aplicações, nascem invariavelmente no setor produtivo e começaram a assumir a forma de rendimentos que se constituíram na produção e intercâmbio de bens e serviços. (CHESNAIS, 1999, p.15)¹¹⁶

Segundo Paulani (2009), o estoque mundial de ativos financeiros (papéis em circulação na bolsa) ocorre em uma velocidade muito superior ao crescimento da economia real¹¹⁷. Entre 1980 e 2006, o PIB mundial cresceu 314%, ou 4,1 vezes, enquanto a riqueza financeira mundial cresceu 1.292%, ou 13,9%¹¹⁸. Segundo Capeleti¹¹⁹, o valor total das transações com ações, passou de 50% do PIB mundial em 1996, para mais de 200% do PIB mundial em 2008.

Apenas quanto aos ativos não derivados, ou seja, apenas sobre o mercado primário, o valor transacionado para o ano de 2007 foi de mais ou menos US\$ 200

¹¹⁶ CHESNAIS, F. (Org.) A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. Tradução: Carmem Cristina Caccicarro, Luís Leira, Silvana Foá, Valéria Coêlho da Paz. São Paulo: Xamã, 1996.

¹¹⁷ Tudo aquilo que permite a produção futura de mercadorias, bens e serviços, máquinas, edificações, instrumentos, enfim, capital constante

¹¹⁸ Cf. PAULANI, L. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23 (66), 2009, p. 29.

¹¹⁹ Cf. CAPELETI, P. **O crescimento dos ativos financeiros a partir dos anos 90**. 2013, iniciação científica, Universidade de São Paulo, 2013, p. 5.

trilhões, segundo dados estimados pelo *Mckinsey Global Institute*, para os derivativos, os valores estimados são de US\$ 674 trilhões conforme afirma o BIS (*Bank of International Settlements*) para os derivativos, de toda a forma, o que interessa ressaltar é a enorme diferença de velocidade no crescimento dos dois agregados.

Capítulo IV. A Financeirização do Meio Ambiente.

É nesse amplo contexto de distorções econômicas sobrepostas que as políticas internacionais de meio ambiente foram discutidas ao longo dos anos e desenvolvidas nos anos 1990. Em *Economia, Poder e Influência Externa*, Jaime Coelho, defende a interpretação de que os programas de ajuste estruturais representaram o mecanismo de ‘correia de transmissão’ dos interesses de países industrializados diante das nações endividadas. Dessa forma as políticas internacionais de meio ambiente, elaboradas e aplicadas ao longo dos anos 1990, concretizadas no documento final do Protocolo de Quioto, funcionaram como um elo privilegiado de transmissão de interesses que constitui a moderna divisão internacional do trabalho, representada na economia mundial. Trata-se da disputa pelo excedente, pelo controle da acumulação e da distribuição de riqueza, no qual as fontes de recursos naturais possuem um lugar de destaque.

O Protocolo de Quioto se insere dentro da dinâmica das relações econômicas mundiais predominantemente financeirizadas. Os mecanismos desenvolvidos pelo acordo acompanham as demandas do momento histórico no qual se inserem e acabam também por interferir no mesmo. Conforme será desenvolvido a seguir, as questões levantadas e as formas como estas são solucionadas partem de um lugar comum bem definido: a manutenção do controle das economias do Terceiro Mundo.

4.1. O Desenvolvimento das políticas internacionais de meio Ambiente: A Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática¹²⁰.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio e o Desenvolvimento, (CNUMAD), conhecida como Rio 1992, Eco 1992 ou Cúpula da Terra, foi organizada após a publicação do Relatório Brundtland, o qual propôs sua organização assim como a criação do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudança Climática, sigla em inglês).

¹²⁰

A temática sobre a alteração climática, e de forma ampla, a condição atual em que se encontram os recursos naturais é assunto tratado por inúmeros segmentos da sociedade. O recorte adotado neste trabalho, entretanto, foi o de esclarecer a o que foi convencionado por Wagner C. Ribeiro por Ordem Ambiental Internacional, ou seja, o conjunto de acordos e ações tomadas pelas instituições de caráter internacional. cf. RIBEIRO. W. **A Ordem Ambiental Internacional**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 93.

O então mencionado Relatório foi encomendado pela Comissão Mundial de Trabalho sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento reunida em 1983 de acordo com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), instituído em 1972 pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo. O Painel Intergovernamental foi formado através da articulação da OMM (Organização Mundial de Meteorologia) e do PNUMA.

A CNUMAD, ocorrida em 1992 no Rio de Janeiro instituiu duas Declarações, redigiu uma Agenda de ações e instalou duas Convenções, dentre elas a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, (CQNUMC)¹²¹. A Convenção do Clima, como também ficou conhecida, é fruto direto dos trabalhos iniciados pelo IPCC em 1988 e da publicação do seu primeiro relatório em 1990. A CQNUMC foi criada com o objetivo de operacionalizar um acordo que mitigasse e reduzisse as emissões de Gases responsáveis pelo Efeito Estufa¹²² originados pela atividade humana, ou no vocabulário utilizado pelo IPCC, de origem antrópica. O resultado direto das discussões articuladas pela Convenção do Clima foi a instauração do Protocolo de Quioto, um processo negociador que começou em 1994 com a Conferência das Partes (COP) em Berlim, e terminou na cidade japonesa em 1997.

O quadro a seguir busca localizar os eventos internacionais sobre meio ambiente citados:

¹²¹ Ou a sigla em inglês: UNFCCC, United Nations Framework Convention on Climate Change.

¹²² São os Gases de Efeito Estufa, GEE: CO₂ (Dióxido de Carbono); CH₄ (Metano); N₂O (Óxido Nitroso); HFCS (Hidrofluorcarbonos); PFCS (Perfluorcarbonos); SF₆ (Hexafluoreto de enxofre).

Quadro 7:
Cronologia dos acordos Internacionais sobre Meio Ambiente.

4.1.1. Desequilíbrio do Efeito Estufa fruto do Modo de Produção Capitalista.

A maior parte do debate sobre as política ambientais que envolvem o Protocolo de Quioto diz respeito à existência, ou não, da mudança climática. Assim, com o intuito de localizar o leitor sobre os princípios que baseiam a tese do aquecimento global defendido pelo IPCC, faz-se uma breve apresentação sobre o mesmo.

A vida sobre a superfície da Terra é possível graças ao efeito estufa, responsável exatamente por aquecer o planeta. Sem ele a temperatura média sobre a superfície da Terra seria negativa, ou seja, graças ao efeito estufa a temperatura média da terra é elevada a 15°C, permitindo que toda a diversidade terrestre tal como ela é possa existir¹²³. O efeito estufa tem a capacidade de aquecer o planeta. Entretanto, o mesmo efeito, segundo os relatórios publicados pelo IPCC, quando exposto a uma sobrecarga de gases responsáveis pelo aquecimento global, principalmente o dióxido de carbono, entra em desequilíbrio, elevando a temperatura terrestre e, conseqüentemente, desencadeando uma série de reações sobre a diversidade natural tal qual é estabelecida.

Em outras palavras, a velocidade com que o carbono se acumula na atmosfera é maior do que a velocidade de sua absorção, o que termina por gerar um crescente estoque de CO₂. O desequilíbrio causador do aquecimento global, segundo o IPCC, acontece justamente como resultado da ação do homem em sociedade, evento que ao longo do tempo faz com que a velocidade das emissões (CO₂) supere a capacidade de absorção natural do ciclo do carbono.

Desta feita, a poluição gerada pela ação do homem em sociedade ao longo do tempo, ou seja, uma poluição historicamente determinada, age através de dois meios que se inter-relacionam.

A redução da capacidade de reabsorção do ciclo do carbono por meio da destruição e ou poluição dos sumidouros naturais existentes no meio ambiente, como exemplo: a cobertura vegetal, presente nas florestas, e o fito plâncton, presente na superfície dos oceanos, ambos¹²⁴

responsáveis pela fotossíntese, onde ocorre a absorção do CO₂, compromete o cenário gerado pela emissão dos GEE. Portanto, a poluição histórica, ao destruir a cobertura de florestas e ao poluir oceanos (provocando sua acidificação¹²⁵) diminui a capacidade instalada de absorção do ciclo do carbono.

O núcleo da tese defendida pelo IPCC sobre o aquecimento global resulta do acúmulo de CO₂ na atmosfera originado pela poluição industrial¹²⁶, e pela sociedade de consumo, desenvolvida concomitantemente à industrialização.

A condição em que se encontram tanto a cobertura vegetal das florestas, como os oceanos, é fruto do processo de desenvolvimento histórico da indústria capitalista, que comprometeu os recursos naturais presentes nos países dependentes, assim como poluiu os oceanos. Este mesmo desenvolvimento industrial foi o responsável pela emissão suplementar de CO₂ ao longo dos anos na atmosfera, sobre acumulando a 'capacidade' natural do ciclo do carbono.

uso da terra, dentre outros processos industriais. É o principal gás de efeito estufa antropogênico que afeta o equilíbrio radiativo da Terra. É o gás de referência pelo qual outros gases de efeito estufa são medidos, portanto, tem um potencial de aquecimento global igual a 1. Definição presente no Quarto Relatório de Avaliação do IPCC: Climate Change 2007. Disponível em: <http://www.skepticalscience.com/argument.php>. Acessado em 29 jul 2013.

¹²⁵ A diminuição do pH da água do mar devido à absorção de dióxido de carbono antropogênico. Definição presente no Quarto Relatório de Avaliação do IPCC: Climate Change 2007. < www.skepticalscience.com/ocean-acidification-global-warming-intermediate.htm>. Acessado em 29 jul 2013. Para mais: <http://www.skepticalscience.com/ocean-acidification-global-warming-intermediate.htm>.

¹²⁶ O dióxido de carbono emitido pelo processo de fotossíntese das plantas como dos fitoplânctons possui um isótopo próprio, específico de sua origem, já o CO₂ liberado pela queima de combustíveis fósseis possui outro isótopo. A partir desta 'marca original' demonstrada pela estrutura isotópica dos gases presentes na atmosfera que o IPCC assume a tese sobre a presença de GEE de origem antrópica na atmosfera e os desdobramentos causados pelos mesmos conforme já apresentados acima. Cf. CAMPOS, C. **Emissões históricas de CO₂ da mudança do uso da terra para agricultura e pastagem e a contribuição dos países para a mudança do clima - a proposta do Brasil para a Convenção do Clima**. 2007, doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

¹²³ Para mais: <http://www.skepticalscience.com/global-warming-natural-cycle.htm>; <http://www.skepticalscience.com/big-picture.html>.

¹²⁴ CO₂ é um gás que ocorre naturalmente, também é um subproduto da queima de combustíveis fósseis a partir de depósitos de carbono fósseis, como petróleo, gás e carvão, assim como também da queima de biomassa e de mudanças no

4.2. Os Princípios estabelecidos.

A Convenção do Clima iniciou seus trabalhos em maio de 1992 e adotou três princípios que passariam a orientar suas discussões, são eles: precaução, poluidor pagador e responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Princípios estes que estiveram presentes no acordo firmado em Quioto, os quais deram origem aos mecanismos de flexibilização posteriormente criados.

O Princípio da Precaução.

Em meio a questionamentos feitos sobre a validade das questões levantadas pelo IPCC sobre a mudança climática e sobre a responsabilidade que este apontava para os países industrializados, o princípio da precaução instituiu que mesmo na ausência total de certeza científica, critério dificilmente alcançável, e perante as conseqüências previstas serem graves, foi acordado de que medidas preventivas deveriam ser tomadas a fim de não comprometer o já delicado quadro descrito pelos relatórios do IPCC.

O Princípio do Poluidor Pagador.

O princípio foi adotado com o objetivo de auxiliar os países responsáveis pelas emissões de GEE históricas a cumprirem as metas de redução de emissões de CO₂ e gases equivalentes. Este princípio promoveu a elaboração dos Mecanismos de Flexibilização que foram adotados no Protocolo de Quioto. O princípio do poluidor pagador institui que o responsável pela poluição deve pagar pela mesma.

Os países agrupados no Anexo I da Convenção do Clima podem através do Mecanismo do Comércio de Emissões, instituído com base neste princípio, adquirir certificados de redução de emissões por compra direta ou por meio de investimento no mercado de emissões. Existem duas possibilidade de investimentos: através de projetos em países não Anexo I, como configura o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, ou através de investimentos feitos em países também pertencentes ao Anexo I, como estabelecido pelo Mecanismo de Implementação Conjunta, que só entrou em vigor a partir do ano de 2008.

O Princípio das Responsabilidades Comuns, mas Diferenciadas.

O princípio estabelece a responsabilidade comum das partes integrantes da Convenção do Clima sobre a degradação ambiental, entretanto as mesmas são diferenciadas, tendo em vista a correlação existente entre os países industrializados e os danos ambientais por estes causados, a quem cabe à obrigação de mitigar o quadro já instalado, segundo as afirmações desenvolvidas nos relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas¹²⁷.

A incorporação desse princípio presente no Artigo 4 da Convenção originou a divisão das partes integrantes da Convenção do Clima em dois grupos distintos. As partes que compõe o Anexo I são, em conformidade com este princípio, as responsáveis pela alteração climática do planeta tendo em vista as emissões históricas de CO₂ e equivalentes à atmosfera devido ao grande impacto da sua indústria. O Anexo I é composto pelos países membros da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), União Europeia e antigas repúblicas do Bloco Socialista. As partes restantes seriam agrupadas no grupo intitulado por Não Anexo I, estes seriam os países “em desenvolvimento” e “subdesenvolvidos”, ou como esta dissertação tratou de denominar: países endividados, ou Terceiro Mundo.

Ao diferenciar as responsabilidades comuns entre as partes, atribuindo a obrigação das ações contra a mudança climática aos países industrializados a Convenção, ao acatar esta definição, estabelece um novo paradigma quanto às políticas internacionais sobre o meio ambiente. Apesar de onerar os países ricos com os custos de redução de emissões como medida obrigatória, o Protocolo de Quioto manteve o paradigma na esfera teórica. Na prática, o paradigma das responsabilidades comuns mas diferenciadas incorporou-se a lógica da divisão internacional do trabalho, não criando uma zona de regulação entre países historicamente poluidores, e países ricos em recursos naturais. O princípio posto em prática por meio dos mecanismos favoreceu a manutenção das distorções econômicas e sociais, tal qual existente na divisão internacional do comércio.

A partir da divisão estabelecida entre as partes foi desenvolvido o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, um instrumento de natureza econômica que permite o

¹²⁷ LIMA, T. C. O PRINCÍPIO DAS RESPONSABILIDADES COMUNS MAS DIFERENCIADAS NO DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL. *Revista Eletrônica de Direito Internacional*, 17 abr. 2009, p. 160 – 197.

estabelecimento de relações comerciais baseadas na troca de Certificados de Emissões (CERs), ou simplesmente, créditos de carbono entre as partes Anexo I¹²⁸ e Não Anexo I.

Os países pertencentes ao Anexo I que possuíam capacidade de prover assistência financeira aos países presentes no Não Anexo I foram agrupados em um subconjunto, o Anexo II¹²⁹. Entre as suas obrigações estão a de fornecer recursos tecnológicos e financeiros às partes Não Anexo I.

As metas de redução não foram determinadas por métodos científicos, foram estabelecidas politicamente por cada uma das partes, ou seja, as metas acordadas pelos países não possuem um nexo científico que se refira às necessidades reais de redução de emissão. Dessa forma, o total de emissões realizadas em 1990 é o referencial de medidas que os países assumiram para calcular os níveis de redução para a primeira fase do Protocolo de Quioto, conforme destaca o seu artigo 25¹³⁰. Somente após alcançar 55% das emissões totais de 1990 o Protocolo passou a vigorar, o que só foi possível com a ratificação do acordo pela Federação Russa em 2005.

¹²⁸ São países agrupados no Anexo I: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Bielo-Rússia, Bulgária, Canadá, Comunidade Econômica Europeia, Croácia, Noruega, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Federação Russa, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Letônia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Mônaco, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido e Irlanda do Norte, República Tcheca, Romênia, Suécia, Suíça, Turquia, Ucrânia. **CONVENÇÃO QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA**. Ministério da Ciência e Tecnologia. - Texto editado e traduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia com o apoio do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. sd. Disponível em <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4069.html>>.

¹²⁹ São países agrupados no Anexo II: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Comunidade Econômica Europeia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Irlanda do Norte, Suécia, Suíça, Turquia. **CONVENÇÃO QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA**, Ministério da Ciência e Tecnologia. - Texto editado e traduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia com o apoio do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. sd. Disponível em <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4069.html>>.

¹³⁰ ARTIGO 25. 1. Este Protocolo entra em vigor no nonagésimo dia após a data em que pelo menos 55 Partes da Convenção, englobando as Partes incluídas no Anexo I que contabilizaram no total pelo menos 55 por cento das emissões totais de dióxido de carbono em 1990 das Partes incluídas no Anexo I, tenham depositado seus instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão. 2. Para os fins deste Artigo, “as emissões totais de dióxido de carbono em 1990 das Partes incluídas no Anexo I” significa a quantidade comunicada anteriormente ou na data de adoção deste Protocolo pelas Partes incluídas no Anexo I em sua primeira comunicação nacional, submetida em conformidade com o Artigo 12 da Convenção. **(PROTOCOLO DE QUIOTO, 1997, p. 21)**

4.3. A Conferência das Partes.

Durante a Conferência das Partes realizada em dezembro de 1997, em Quioto, foi apresentado e negociado o texto final do Protocolo. Entretanto, os dois anos que levaram entre o início dos trabalhos até a apresentação do texto foram de debates entre as partes a respeito do princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Antes da realização da terceira COP, o Senado norte-americano adotou a Resolução Byrd-Hagel¹³¹, em 25 de julho de 1997, a qual definia que os Estados Unidos não ratificariam qualquer acordo que pudesse reduzir, ou prejudicar o desempenho da economia norte-americana, e que não impusesse limitações ou redução de emissões para os países endividados. Mesmo com a imposição desta condição, os Estados Unidos não se retiraram dos debates envolvendo o acordo sobre o aquecimento global.

O Protocolo instituiu metas de reduções de emissões de gases do efeito estufa apenas para os países integrantes do Anexo I, ao menos para a primeira fase do Protocolo, que terminou dezembro de 2012. A influência norte-americana foi determinante para a definição dos mecanismos do Protocolo. O enviado da casa branca, o vice-presidente Al Gore, reiterou a necessidade de serem criados mecanismos de flexibilização que permitissem às partes emissoras comprarem suas

¹³¹ Considerando que as emissões dos países em desenvolvimento Partes gases de efeito estufa estão aumentando rapidamente e espera-se que superem as emissões dos Estados Unidos e de outros países da OCDE já em 2015; Considerando que a isenção para a Parte representada pelos Países em Desenvolvimento é incompatível e falha com a necessidade de uma ação global sobre a mudança climática e ambiental. Considerando que o Senado está convicto de que as propostas em negociação, por causa da disparidade de tratamento entre as Partes do Anexo I e os países em desenvolvimento, e do nível de reduções de emissões necessárias, pode resultar em sérios danos à economia do país, **incluindo a perda de emprego significativa, as desvantagens comerciais, o aumento da energia e dos custos de consumo, ou qualquer combinação dos mesmos, e (...)** É consenso para o Senado de que: (1) os Estados Unidos não devem ser signatário de qualquer protocolo ou outro acordo sobre a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, de 1992, em negociações em Quioto, em Dezembro de 1997, ou após essa data, que possam: (A) impor novos compromissos para limitar ou reduzir as emissões de gases de efeito estufa para as Partes do Anexo I, **a menos que o protocolo ou outro acordo também determine novos compromissos agendados específicos para limitar ou reduzir as emissões de gases de efeito estufa para os Países em Desenvolvimento partes dentro do mesmo prazo de cumprimento, ou (B) resultaria em sérios danos para a economia dos Estados Unidos**, e (2) qualquer protocolo ou outro acordo que exigiria o conselho e consentimento do Senado para a ratificação deve ser acompanhado de uma explicação detalhada de qualquer legislação ou ações regulatórias que possam ser necessárias para implementar o protocolo ou outro acordo e também deve ser acompanhado por uma análise dos custos financeiros detalhados e outros impactos sobre a economia dos Estados Unidos, que seria incorrido pela implementação do protocolo ou outro acordo. Resolução Byrd-Hagel, Senado dos Estados Unidos da América, 25 jul, 1997. Disponível em: < <http://www.nationalcenter.org/KyotoSenate.html>>. Acessado em 3 ago. 2013.

reduções de outras partes do acordo¹³². Em Buenos Aires, a realização da quarta COP tratou sobre a criação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias limpas e de uso livre, ou seja, sem restrição de patente, e quanto à articulação de auxílio financeiro entre as Partes, fundo este que não conseguiu avançar até o final da primeira fase do acordo.

O ano de 2001 foi marcado pela vitória das eleições norte-americanas do candidato republicano George W. Bush, o que refletiu significativamente para o debate levantado pela Conferência do Clima. A postura adotada pelo então presidente norte-americano foi de completo afastamento, chegando até mesmo a colocar em questão a validade das conclusões apresentadas pelo IPCC. A COP realizada em Bonn neste ano buscou garantir a sobrevivência do Protocolo de Quioto, deixando ainda em aberto temas tratados em Buenos Aires, como a transferência de tecnologia entre as Partes.

Para manter o Protocolo de Quioto foi necessário ceder espaço às pressões exercidas pelo grupo de países reunidos no 'Umbrella Group'¹³³ formado basicamente por Japão, Austrália, Canadá, Rússia e Estados Unidos. Os países pressionavam por um acordo sobre mudanças climáticas não obrigatório, com pouca transparência e pouca participação pública, assim com a não obrigatoriedade do fornecimento de informações detalhadas sobre seus sumidouros e poucos critérios de elegibilidade para a utilização dos mecanismos de flexibilização, termo que prejudicaria os países Não Anexo I, pois seriam esses, a princípio, os beneficiários dos mecanismos implementados, segundo o entendimento do Protocolo¹³⁴.

¹³² Al Gore exigió una serie de "vías de escape" legales lo bastante grandes como para conducir un Hummer. Los países ricos, dijo, deberían poder comprar sus reducciones a otros países. Cuando se salió con la suya, el protocolo creó un exuberante mercado mundial de falsas reducciones de emisiones (...) También insistió en que los países ricos pudieran comprar reducciones nominales a los países pobres. Así, empresarios de India y China han ganado miles de millones de dólares construyendo fábricas cuyo principal objetivo es producir gases de efecto invernadero, de forma que los operadores del mercado de emisiones del mundo rico tuvieran que pagarles para limpiarlas. George Monbiot. "We've been suckered again by the US. So far the Bali deal is worse than Kyoto", **The Guardian**, 17 de diciembre de 2007: <<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2007/dec/17/comment..World>>. Apud, **MERCADOS DE CARBONO: La neoliberalización del clima**.

¹³³ O Grupo Umbrella é uma coalizão de países desenvolvidos não pertencentes à União Europeia que se formaram após a aprovação do Protocolo de Quioto. Embora não haja uma lista formal, o grupo é geralmente formado por Austrália, Canadá, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Federação Russa, Ucrânia e os EUA. Disponível em: < http://unfccc.int/parties_and_observers/parties/negotiating_groups/items/2714.php>.

¹³⁴ Cf. SOUZA, Gleice Donini de. Aplicação do mecanismo de desenvolvimento limpo: o caso novagerar. 2007, mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 79.

4.4. Os Mecanismos de Flexibilização.

Os mecanismos de flexibilização tem o objetivo de auxiliar os países responsáveis pelas alterações climáticas, segundo as conclusões defendidas pelo IPCC, a cumprirem as metas auto definidas de redução de emissão de GEE. Assim, o Protocolo de Quioto introduz três mecanismos de flexibilização de fundamento econômico: o Mecanismo da Implementação Conjunta (JI - Joint Implementation, sigla em inglês), o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM - Clean Development Mechanism, sigla em inglês), e por fim, o mecanismo que assegura a execução dos anteriores, o Mecanismo do Comércio Internacional de Emissões, o qual também assegura a participação de empresas privadas.

Outros mercados de emissões foram adotados com a criação do Protocolo de Quioto, porém, não necessariamente foram adotadas as regulações prescritas pela Convenção do Clima para seu funcionamento, como é o caso do mercado de emissões restrito a cidade de Chicago nos EUA, o *Chicago Climate Exchange*. Dentre eles se destacam: *Emissions Trading Scheme*, do Reino Unido, e o *Prototype Carbon Fund*, do Banco Mundial.

Segundo o Protocolo, as partes presentes no Anexo I que possuem tetos de emissões determinadas pelo acordo devem auxiliar as partes Não-Anexo I - que não possuem tetos de emissões - a implementar atividades de redução de emissões dos GEE¹³⁵. Nesta relação de ajuda mutua, créditos são emitidos com base nas reduções obtidas pelas atividades. As atividades, e ou projetos, que buscam se estabelecer dentro dos Mecanismos de Flexibilização devem transitar pela esfera burocrática desenvolvida pelo Conselho Executivo dos mecanismos com o intuito de verificar a validade das atividades perante o que ficou conhecido como Cláusula de Adicionalidade. No site do Banco Mundial, o termo é explicado da seguinte forma:

Adicionalidade: de acordo com o Protocolo de Quioto, a redução das emissões de gases gerados pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e atividades do projeto de Implementação Conjunta devem ser adicionais àquelas que poderiam ocorrer. A adicionalidade é estabelecida quando existe uma diferença positiva (benéfica) entre as

¹³⁵ ARTIGO 3. 1. As Partes incluídas no Anexo I devem, individual ou conjuntamente, assegurar que suas emissões antrópicas agregadas, expressas em dióxido de carbono equivalente, dos gases de efeito estufa listados no Anexo A não excedam suas quantidades atribuídas, calculadas em conformidade com seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões descritos no Anexo B e de acordo com as disposições deste Artigo, com vistas a reduzir suas emissões totais desses gases em pelo menos 5 por cento abaixo dos níveis de 1990 no período de compromisso de 2008 a 2012 . **(PROTOCOLO DE QUIOTO, 1997, p. 6)**

emissões que ocorrem no cenário de referência, e as emissões que ocorrem no projeto proposto¹³⁶.

Ou seja, a cláusula de adicionalidade é atendida quando o projeto proposto reduz concretamente o nível de emissões através de sua implementação, essa diferença se estabelece pela comparação do cenário de emissões anterior ao cenário após a introdução do projeto. Somente após a autorização do Conselho Executivo dos mecanismos são emitidos as Reduções Certificadas de Emissões, e as Unidades de Emissões Reduzidas, conforme será abordado a seguir.

Quadro 8. Mecanismos de Flexibilização:

Elaboração Própria.

O Mecanismo do Comércio Internacional de Emissões funciona somente entre as partes presentes no Anexo I. Nele, são comercializadas unidades de Reduções Certificadas de Emissões (CER, sigla em inglês), crédito criado pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, e os créditos criados pelo Mecanismo de Implementação Conjunta, as Unidades de Emissões Reduzidas, ERU¹³⁷, sigla em

¹³⁶ Disponível em <<https://wbcarbonfinance.org/Router.cfm?Page=Glossary&ItemID=24686>>. Acessado em 28 jul 2013.

¹³⁷ Mecanismo de Implementação Conjunta. Os projetos criados no âmbito do Mecanismo da Implementação Conjunta são estabelecidos apenas entre as partes do Anexo I, destes projetos são criados créditos específicos, as unidades de redução de emissões (ERU- Emission Reduction Unit, sigla em inglês). Nesta

inglês. Através do mecanismo do comércio de emissões, as Partes do Anexo I podem adquirir créditos de carbono, a fim de regularizar seu estoque de emissões. No site da Convenção do Clima a respeito dos créditos de carbono e seu comércio é possível ler:

As emissões de gases de efeito estufa - uma nova commodity. O comércio de emissões, tal como estabelecido no artigo 17¹³⁸ do Protocolo de Quioto, permite que os países que têm unidades de emissão de sobra - emissões permitidas, mas não "usadas" - vendam este excesso de capacidade para os países que estão a sua procura. Assim, um novo produto foi criado na forma de reduções de emissões ou remoções. Uma vez que o dióxido de carbono é o principal gás de efeito estufa, as pessoas falam simplesmente de negociação de carbono. **O carbono é agora controlado e negociado como qualquer outra mercadoria. Isto é conhecido como o "mercado de carbono"**¹³⁹. (29 jul. 2013, grifo nosso)

As reduções certificadas de emissões são créditos produzidos por atividades desenvolvidas dentro da modalidade do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Na prática ao adquirir as CERs os países passam a ter seus limites de emissões aumentados, pois diferentes da modalidade dos créditos emitidos entre as partes do Anexo I, as ERUs, os créditos obtidos com o MDL permitem um abatimento de responsabilidades parte por parte e em todo o conjunto do Anexo I.

Além do objetivo e auxiliar as Partes do Anexo I a atender seus compromissos através dos mecanismos de flexibilização, os projetos criados pelo MDL também buscam auxiliar as partes Não Anexo I a alcançarem o desenvolvimento sustentável e a contribuírem para o fim último da Convenção do Clima de impedir o avanço das alterações climáticas, conforme descreve a redação do Protocolo.

Os créditos mais comercializados dentro do Mercado de Emissões são os mesmos que envolvem países industrializados e endividados, ou seja, são emitidos

transação de créditos não ocorre a diminuição das metas de emissões totais de responsabilidade das partes do Anexo I, pois ocorrerem entre as partes do mesmo Anexo. O Mecanismo de Implementação Conjunta, só passou a emitir créditos a partir do ano de 2008, sendo pouco significativo para o primeiro período de referência do Protocolo de Quioto.

¹³⁸ ARTIGO 17. A Conferência das Partes deve definir os princípios, as modalidades, regras e diretrizes apropriadas, em particular para verificação, elaboração de relatórios e prestação de contas do comércio de emissões. As Partes incluídas no Anexo B podem participar do comércio de emissões com o objetivo de cumprir os compromissos assumidos sob o Artigo 3. Tal comércio deve ser suplementar às ações domésticas com vistas a atender os compromissos quantificados de limitação e redução de emissões, assumidos sob esse Artigo. **Protocolo de Quioto**, 1997, p. 18. Disponível em <www.mtc.gov.br/index.php/content/view/28739.html>.

¹³⁹ Disponível em:< http://unfccc.int/kyoto_protocol/mechanisms/emissions_trading/items/2731.php>. Acessado em 29 jul. 2013.

pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo¹⁴⁰. Assim, a relevância dos mesmos no mercado financeiro, e o impacto da implementação dos projetos nos países não Anexo I serão tratados a seguir.

4.5. A liberalização do Meio Ambiente.

O nível de emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa em 1990 atingiu a marca de 90 bilhões de toneladas. O Protocolo de Quioto defendeu uma redução total de 5,5% das emissões correspondente às emissões do ano de 1990. Para a primeira fase do acordo a meta era atingir uma redução de aproximadamente 5% dos gases emitidos entre os anos de 2008 a 2012. Ou seja, uma redução de 4,5 bilhões de toneladas de gases poluentes na atmosfera, ou uma média anual de aproximada 1.125 bilhões de toneladas de gases poluentes. Segundo dados do publicados pelo Banco Mundial, “no início de setembro de 2012, o número total de CERs emitidas passaram 1.000 MtCO₂”, o correspondente a 1 milhão de toneladas de gases não emitidos comercializados pelo mecanismo de MDL, o que corresponde a um valor muito abaixo do necessário para alcançar a meta de redução de emissões.

¹⁴⁰ ARTIGO 12. 1. Fica definido um mecanismo de desenvolvimento limpo. 2. O objetivo do mecanismo de desenvolvimento limpo deve ser assistir às Partes não incluídas no Anexo I para que atinjam o desenvolvimento sustentável e contribuam para o objetivo final da Convenção, e assistir às Partes incluídas no Anexo I para que cumpram seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões, assumidos no Artigo 3.3. Sob o mecanismo de desenvolvimento limpo: (a) As Partes não incluídas no Anexo I beneficiar-se-ão de atividades de projetos que resultem em reduções certificadas de emissões; e (b) As Partes incluídas no Anexo I podem utilizar as reduções certificadas de emissões, resultantes de tais atividades de projetos, para contribuir com o cumprimento de parte de seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões, assumidos no Artigo 3, como determinado pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Protocolo . (...) (PROTOCOLO DE QUIOTO, 1997, p. 14.)

Gráfico 8: Emissões de CERs e ERUs (2008-2012)

Fonte: Banco Mundial. Mapping Carbon Pricing Initiatives, 2013, p. 23.

Diante de tais dados, o Mercado de Emissões criado pelo Protocolo de Quioto possui uma participação de aproximadamente 0,02% diante do montante de emissões necessárias as reduções totais dos países Anexo I, que passa da casa do bilhão de toneladas, conforme exposto. Por tanto, em termos ambientais, motivação pela qual foi desenvolvido o Protocolo, as ações desenvolvidas pelo mesmo foram insuficientes para barrar, ou mesmo mitigar o progresso do aquecimento global.

Gráfico 9. Emissões Globais de CO2 (1990 - 2010)

Fonte: The Guardian¹⁴¹

Entre as nações do Anexo I conforme o gráfico a baixo demonstra houve um aumento do número de emissões. O saldo total só não é pior pela queda das emissões dos países ex integrantes do bloco soviético.

Gráfico 10. Emissões de GEE dos países Anexo I.

Fonte: IPCC. Datos de los inventarios nacionales de gases de efecto invernadero correspondientes al período 1990- 2010, p. 7. Siglas: GEI, gases de efecto invernadero (GEE), UTS, uso de la tierra, cambio de uso de la tierra y silvicultura (LULUCF).

¹⁴¹ Has the Kyoto protocol made any difference to carbon emissions? <<http://www.theguardian.com/environment/blog/2012/nov/26/kyoto-protocol-carbon-emissions>>.

O Protocolo de Quioto pode ter fracassado em sua meta de estabelecer uma redução das emissões de gases causadores do aquecimento global, entretanto, para o mercado financeiro, o mercado de emissões é um dos mais promissores mercados de investimentos para os próximos anos. As projeções dos analistas financeiros, como Louis Redshaw, do Banco Barclays Capital, em 2009 apontavam que o ‘ carbono seria o maior mercado de *commodities* e poderia tornar-se o maior mercado de todos’, pois para se aproximarem das metas propostas por Quioto, o comércio de emissões precisaria expandir-se muito mais. Posto que o mercado de emissões possui uma demanda muito grande para suprir , dentro dos limites estabelecidos por Quioto, ele se apresenta como um ramo de investimentos financeiros de “futuro”¹⁴².

No texto, *Mercados de Carbono: La neoliberalización del clima*, de Larry Lohmann, (2012), é apontado como o mercado de emissões possui forte participação no mercado secundário¹⁴³ de ações, na forma derivativos financeiros. Tal corelação tem em vista, segundo o autor, o fato de que os mercados estão em busca de liquidez financeira¹⁴⁴. Entretanto, os créditos de carbono passam por uma longa cadeia de averiguação e efetivação até serem liberados para comercialização. Mesmo assim, muitos projetos que estão ainda no processo de validação de créditos já estão sendo negociados no mercado futuro, o que os torna uma mercadoria sujeita à variação, haja vista que os mesmos podem mesmo não serem emitidos. Há também créditos que estão sendo comercializados no mercado futuro, como créditos que virão a ser emitidos de projetos já avalizados pela MDL. Ou seja, tais ações geram riscos nos mercados financeiros, conforme a analista política Michelle Chan¹⁴⁵ advertiu que

um colapso no valor de "carbono subprime" (devido a falhas na verificação da equivalência com as reduções, agitações sociais, e a falta de confiança, etc) pode provocar um forte impacto não só sobre o clima, mas também sobre o sistema econômico. (*Mercados de Carbono: La neoliberalización del clima*. 2012. p. 276)

¹⁴² Em 2008, o Credit Suisse montou um negócio de 200 milhões de dólares amarrado vários projetos em diferentes fases de execução antes de se separarem para vender em mercados secundários. *MERCADOS DE CARBONO: La neoliberalización del clima*. P. 275

¹⁴³ No mercado secundário, estima-se que 2.400 MtCO₂ foram negociadas em 2012. Uma significativa atividade comercial foi observada até o cumprimento do prazo de 30 de abril de 2013 para a Fase II do RCLE-EU”. World Bank. Mapping Carbon Pricing Initiatives, p. 23

¹⁴⁴ Imposibilidad de regular en los mercados financieros y de carbono. In *Mercados de Carbono:La neoliberalización del clima*. p. 245.

¹⁴⁵ Michelle Chan, “Subprime Carbon? Rethinking the World’s Largest New Derivatives Market”, Friends of the Earth, Washington, 2009, disponible en el internet at <<http://www.foe.org/subprime-carbon-testimony>>.

O comércio de carbono, por tanto, surge dentro de um contexto muito específico, a partir de novas possibilidades de acumulação através da criação de mercadorias, uma expansão do processo de mercantilização¹⁴⁶ instalado com a liberalização econômica iniciada nos anos 1980 e aprofundada com a entrada dos anos 1990. Alguns exemplos desta nova investida mercantil são as tentativas de expandir o crédito através da "matematização" e da privatização de uma variedade sem precedentes de incertezas nos mercados de derivativos, a criação dos direitos de propriedade intelectual (RODRIGO TEIXEIRA, 2007), a conversão dos recursos naturais em itens prestadores de serviços, conforme proposto pela PNUMA no capítulo anterior, a transformação dos serviços de saúde, e até mesmo de espécies biológicas, em produtos quantificáveis e comercializáveis. Assim, as políticas internacionais favoráveis ao meio ambiente não fugiram à lógica das finanças e deram vazão à sua mercantilização.

Todos esses esforços de apropriação incluem a abstração e comensuração como parte de processos mais amplos, envolvendo a desregulamentação das contas nacionais, o direito bancário e da terra, a negociação dos programas de ajuste estrutural, (...), o mapeamento e a acumulação de recursos, os subsídios à exportação, etc. (Cf. Larry Lohmann, 2012, p. 133)

A configuração dos mecanismos de flexibilização criados em Quioto corresponde às distorções descritas ao longo das páginas anteriores. O Protocolo de Quioto é fruto da mesma divisão internacional do trabalho responsável pelo consumo e uso dos recursos naturais tal qual se apresentam na atualidade. Desta feita, medidas reguladoras que estabeleçam como saídas ferramentas pró-mercado como os instrumentos de flexibilização de Quioto irão reproduzir e acentuar ainda mais a série de distorções econômicas que definiram a subordinação dos países endividados aos países industrializados.

4.6. Os Projetos Desenvolvidos - MDL

4.6.1. Os Desertos Verdes.

¹⁴⁶

Aqui entendido como um processo que busca criar novas mercadorias.

Não há do ponto de vista científico como aceitar a determinação a qual afirma que o cultivo de uma única espécie, cujo curto tempo entre a plantação e o corte, com o uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos, onde também se destaca o uso de plantas geneticamente modificadas nestas plantações, as quais são por definição estéreis, possa ser designada como floresta¹⁴⁷. Uma das principais características de monoculturas é que estas não interagem com o meio onde são estabelecidas, a fauna e a flora preexistente sofrem profundas interferências, muitas vezes vindo à extinção¹⁴⁸.

São plantações feitas em grandes extensões de terras, comumente de origem estrangeira, com a produção voltada para o mercado externo. Portanto, concebidas como *commodities*, e conforme trabalhado ao longo do primeiro e segundo capítulos, este perfil produtivo encontrado, não por acaso nos países do hemisfério sul, foi incentivado pelas IFMs baseado no paradigma das vantagens comparativas estáticas.

Plantações de Palma¹⁴⁹.

As plantações de palma financiadas pelo banco mundial ocorrem nos seguintes países: Costa do Marfim, Libéria, Quênia, Brasil, Colômbia, Malásia, Indonésia, Filipinas, dentre outros. O azeite de palma é utilizado na produção de alimentos, cosméticos e combustíveis (biocombustíveis). As fábricas que extraem o

¹⁴⁷ Cf. TORRE, W. **MONOCULTIVOS DE EUCALIPTO E FLORESTAS: CONCEITOS INCONCILIÁVEIS**. ALAI, América Latina em Movimento, fev. 2013. Disponível em < <http://alainet.org/active/61438&lang=es>>.

¹⁴⁸ Entre 80% e 100% dos animais nativos não conseguem sobreviver nas áreas onde ocorre o monocultivo, graças ao uso intensivo de pesticidas, a intensa erosão das terras, e conseqüentemente a destruição das florestas tropicais.

¹⁴⁹ Um caso de monocultura participante do MDL é o da indústria de óleo de palma, também conhecido como azeite de dendê, ou palma aciteira. As plantações de palma reproduzem nas áreas onde são cultivadas os mesmos aspectos presentes em plantações de eucalipto, como, por exemplo, a eliminação da biodiversidade, da fauna e da flora, assim como a expulsão de trabalhadores e suas famílias de zonas rurais para as periferias das cidades. O cultivo da palma possui ação direta de investimentos da CFI, Corporação Financeira Internacional, braço do Banco Mundial instruído a reunir investidores privados para os projetos intermediados pelo Banco. As ações da CFI entram no mecanismo da dívida dos países incentivando-os a intensificarem suas produções de commodities exportáveis, no caso específico o óleo de palma. O projeto ocorre através da titulação das terras, apoiado no uso de mão de obra barata, do preço baixo das terras, e da pressão que a dívida dos países possui frente às IFMs, e as instituições bilaterais dos países industriais. Com o aumento da produção da palma, seus preços despencam no mercado internacional, gerando benefícios às empresas compradoras e ainda encontra a forte concorrência no mercado internacional de produtos similares subsidiados pelos países do Primeiro Mundo, acarretando em uma seguida desvalorização dos produtos nas praças internacionais, conforme exposto no capítulo 1, (ver tabela 2. Os três passos dos Programas de Ajuste Estrutural).

azeite de palma registram-se no MDL para receber financiamento através da metodologia do uso da biomassa.

Nos projetos de MDL não são levados em conta à maneira na qual o azeite é produzido, ou é utilizado como produto final, nem mesmo até a quantidade de GEE emitidos no processo de cultivo. As fábricas utilizam os seguintes processos para alegar as possíveis reduções de GEE:

Quadro 9. Plantações de Palma.

Os setores que prensam as sementes de palma se comprometem a capturar o metano presente na água residual do processo cobrindo a zona com plástico.	As fábricas se comprometem a instalar turbinas de vapor no processo de produção de biomassa de cogeração ¹⁵⁰ .
--	---

Elaboração Própria.

A empresa Murimi Samsan, filial da Wilmar International LTDA, o maior grupo do ramo da indústria agro alimentícia da Ásia, investe em projetos de biomassa a partir dos dejetos sólidos resultantes do processo de prensagem das sementes de palma. Ao longo dos próximos 10 anos a empresa prevê gerar 500 mil CERs, e para isso espera obter um financiamento de investidores interessados – partes Anexo I - US\$ 8 milhões para instalar uma caldeira de 9,7 megawatts e uma turbina condensadora de vapor¹⁵¹. No projeto encaminhado pela empresa ao MDL não há referência sobre os impactos ambientais ou sociais produzidos com o monocultivo de palma.

A fábrica de Murni Samsan está localizada na cidade Indonésia de Riau, nas proximidades de Balai Raja, uma reserva natural de elefantes. As comunidades locais tiveram suas terras concedidas à empresa pelo governo local e por isso passaram a ser plantadoras de palma a serviço da mesma. Em Riau, cerca de 70% das terras pertencem à indústria de palma, os habitantes das regiões passaram então a sobreviver nas reservas destinadas aos animais, entrando em conflitos sucessivos com o governo; quanto as condições em que se encontram os trabalhadores do cultivo de palma, estas são miseráveis, tanto nas fábricas, quanto nas plantações.

¹⁵⁰ Caso de projetos de MDL registrados no Brasil de cogeração de biomassa são baseados no uso do bagaço de cana. Cf. O Lado B da Economia Verde: roteiro para uma cobertura jornalística crítica da RIO+20. Fundação Heinrich Böll Stiftung Brasil, Repórter Brasil. Rio de Janeiro, mai, 2012, p. 15.

¹⁵¹ Project Desing Document, Small-Scale CDM Project: MSS Biomass 9.7 MWe Condensing Steam Turbine, Versionn 1.2; 25 abr. 2006 apud Carbon Trade Watch, 2010, p. 92.

Florestas Plantadas.

A Plantar S.A. é uma empresa produtora de lingotes de ferro brasileiro, seu projeto de MDL teve apoio de uma linha de financiamento específica do Banco Mundial, o Fundo Protótipo de Carbono, (PCF) e o Bio Carbon Fund, BioCf. A empresa brasileira possui milhares de hectares de florestas de eucalipto no Estado de Minas Gerais de onde alimenta os fornos da empresa onde funde os lingotes de ferro. O seu projeto de MDL é baseado na substituição do uso de carvão mineral, o coque, um combustível fóssil, pelo carvão vegetal, oriundo do eucalipto. O projeto é também conhecido como “Gusa Verde”. O apoio do PCF previa a compra de mais de 1,5 milhões de CERs. Dados relativos para o ano de 2012 constam que cada CERs equivalia em média US\$15,00 no mercado de carbono. Em 2007, a Plantar S.A. conseguiu ingressar no MDL através do aceite do projeto que visava à redução do gás metano através do processo de queima das árvores de eucalipto, e não do coque.

O segundo projeto com que a Plantar S.A. ingressou no MDL baseou-se no reflorestamento, ou como a empresa chama, de biomassa renovável. As árvores de eucalipto são transformadas em carvão vegetal para serem usados nos fornos destinados para a produção de lingotes de ferro da própria empresa.

A Plantar S.A. não cultiva espécies nativas, mas apenas uma única espécie através de um modelo de plantação industrial, com o exclusivo propósito de queima para a alimentação de seu alto-forno. Com que se emite, portanto, CO₂ e outros contaminantes¹⁵². Nos próximos 30 anos o projeto estima reduzir 12,8 milhões de toneladas de GEE da atmosfera. O BioCF e o PCF já compraram parte destes créditos, sendo citada no site da empresa como uma “operação financeira pioneira no mundo”.

A empresa defende que suas plantações são “florestas plantadas”¹⁵³ de eucalipto, as quais absorvem carbono, entretanto, por possuírem um tempo de vida útil que oscila entre 6 a 7 anos, as pesquisas¹⁵⁴ na área afirmam que as mesmas são incapazes de tal ação. Plantações industriais em larga escala como a da Plantar S.A. utilizam-se de clones geneticamente modificados, com o objetivo de tornar as

¹⁵² Cf. Carbon Trade Watch, p. 96.

¹⁵³ ALAI + FAO

¹⁵⁴ Cf. Carbon Europe, estudo de 2002, entre outros. <www.carboeurope.org>. (ALAI)

mudas mais eficientes, alterando seu crescimento. Por serem modificadas as árvores não se reproduzem, são na prática estéreis.

As regiões onde foram instaladas as plantações de eucalipto da Plantar S.A. presenciaram em uma série de conflitos rurais com a expulsão de terras de camponeses, indígenas e quilombolas ao apropriar-se de terras comunais, gerando a emigração massiva dos indivíduos às periferias urbanas¹⁵⁵.

Entre os benefícios ambientais, sociais e econômicos do Projeto Plantar, são elencados pela empresa:

Quadro 10. Projeto Plantar.

Contribuição para a conservação da biodiversidade, proteção da fauna, dos solos e das águas.	Identificação e preservação de áreas de alto valor de conservação, aspectos monitorados em conjunto com o Banco Mundial.	Projeto plantar contribui com grandes gerações de empregos no meio rural: “Os projetos do Grupo Plantar geram mais de 1.000 empregos diretos no campo”.	Contribui para o desenvolvimento sustentável das regiões onde são implementadas.
--	--	---	--

Elaboração Própria

Na Índia, como explica Mimar Pimple, a monocultura de espécies como Eucalipto, uma das favoritas do Banco Mundial e de seus investidores, resultou na degradação dos solos e na diminuição do volume de água de vastas regiões indianas¹⁵⁶. A conclusão em que chegam Tamra Gilbertson e Oscar Reyes em sua investigação realizada em Sumatra sobre projetos de monocultivos financiados pelo Banco Mundial é :

O que está claro, sem dúvida, é que o MDL está concebido para fixar-se unicamente como instância que avalia as reduções baseando-se em uma realidade fragmentada. As poupanças marginais de emissões geradas pelos projetos obscurecem o conjunto do panorama, muito mais destrutivo¹⁵⁷.

4.6. 2. Dinheiro Climático.

Fábricas de Refrigeração.

As fábricas de refrigeração presentes na Índia e na China geram como refugos da sua produção os gases CFCs, ou HFC-23, um gás cerca de 11.700 vezes mais poluente que o CO₂. À medida que essas empresas destroem tal gás,

¹⁵⁵ ALAI , p. 98.

¹⁵⁶ Cf. Pimple, p. 191

¹⁵⁷ Cf. Carbon Trade Watch, p. 93

elas recebem do Conselho Executivo do MDL inúmeros créditos de carbono pela ação em prol da preservação do clima. Porém, este mecanismo acabou por incentivar a produção dos gases clorofluorcarbonos indiscriminadamente, como um fim em si mesmo já que estes créditos eram vendidos no mercado de carbono por € 175.000,00, cento e setenta e cinco mil euros, a cada tonelada de gás eliminada (valores estimados para o mês de maio de 2010), uma renda extra gerada sem estabelecer nenhuma alteração na sua cadeia produtiva, geração de empregos, ou melhora na condição de vida dos habitantes locais. Essas empresas foram responsáveis, até 2010, por 53% dos CERS comercializados pelo MDL na primeira fase do Protocolo, ao todo são seis fábricas, em dezenove estações, localizadas na China, Coréia do Sul e Índia.

Em 2010 os créditos dessas fábricas foram bloqueados gerando o repúdio imediato do maior investidor em projetos de queima de CFC, o Banco Mundial. Somente no ano de 2006, o Banco Mundial investiu ao todo €775 milhões na compra de 130 milhões de CERS. O bloqueio desses créditos elevou em 10% os preços das CERS em apenas 10 dias no mercado de carbono.

A produção de HFC-23 emite outros poluentes no meio ambiente, entretanto, seu refugo produtivo não é contabilizado no projeto que concede mais da metade de CERS do MDL. Os gases produzidos pelas fábricas são altamente tóxicos, expondo a uma série de danos às comunidades locais onde as fábricas estão estabelecidas.

Empresas de Energia.

A Alemanha até 2050 assumiu o compromisso de diminuir suas emissões de CO₂ em 95%, mas apenas poderá cumprir seu compromisso se desmontar suas usinas termoelétricas de carvão linhito, o mais sujo e poluente de todos os combustíveis fósseis, ou adquirir créditos de carbono¹⁵⁸. A usina termoelétrica de Niederaußem, na Alemanha usa para sua produção de eletricidade o carvão de linhito, ao ano ela lança 30 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera. A operadora da usina é o truste de energia elétrica RWE que intervêm na bolsa de valores para comprar CERS quando a usina ultrapassa o teto de emissões que possui. A RWE é responsável pelo investimento em projetos de MDL, um deles foi criado em Lusaka,

¹⁵⁸ Cf. HENK, M. SCHAEFER, J. O Lucrativo Negócio com o Ar Poluído. Revista GEO, São Paulo, 2011, nº26, p. 109.

no Zâmbia. A RWE precisa provar que o uso de seus fogareiros por famílias pobres de Lusaka reduz a emissão de CO₂, para isso a empresa não os distribui gratuitamente, vende-os para garantir seu uso final. Os aparelhos foram instalados com GPS para que empregados da empresa possam fazer o controle do uso dos mesmos. Para receber o pagamento das parcelas dos fogareiros, a RWE criou um sistema de pagamento eletrônico especialmente para recebê-los, numa cidade onde mal há semáforos de trânsito funcionando.

As lenhas que alimentam os fogareiros também são de responsabilidade do truste, que as produz em uma das suas cem áreas de reflorestamento. Em suma, a RWE se dá a todo este trabalho para garantir CERs em sua cota de CO₂. Ao longo de um ano, os fogareiros implementados pela RWE, na Zâmbia, economizaram 130 mil toneladas de CO₂, quantidade que a usina de Niederaußem emite em um único dia.

Em 2009, a RWE, a maior emissora da Europa adquiriu 44 milhões de CERs no mercado de carbono. Adquirir CERs é um investimento muito atrativo, pois demandam muito menos das empresas do que alterações em suas cadeias produtivas. Quando uma usina como a Niederaußem ultrapassa seu teto de emissões ela possui duas alternativas: ou reduz a potência de seus geradores, ou compra créditos.

Para diversas fontes de pesquisa¹⁵⁹ os governos europeus distribuíram aos grandes poluidores CERs muito além do teto de suas emissões. Um relatório de 2006, feito pela consultora de energia IPA¹⁶⁰, descobriu que os seis geradores elétricos do Reino Unido ganharam cada um nos três anos iniciais do regime £ 2.400 bilhões somente com a venda de CERs distribuídas em excesso.

Outro relatório, publicado pela Open Europe¹⁶¹, também no ano de 2006, constatou que as empresas do Reino Unido de petróleo: Esso, BP e Shell estavam sob a mesma lógica – fazendo lucros “gratuitamente”, com os respectivos valores: £10,2 milhões, £ 17,9 milhões, £ 20,7 milhões, apenas com a venda desses excedentes de emissão.

¹⁵⁹ HENK; SCHAEFER, assim como a Point Carbon, Open Europe e IPA.

¹⁶⁰ Cf. Nick Davis, the guardian.

¹⁶¹ Idem.

Segundo Nick Davis, em matéria para The Guardian¹⁶², a realidade ambiental era de que esses grandes produtores de emissões de GEE não estavam sobre pressão alguma para reduzir suas emissões¹⁶³.

¹⁶² Thruth about Kyoto: huges profits, little carbono saved. The Guardian, 2 jun, 2007.

¹⁶³ Outro exemplo que merece ser mencionado é o caso do Japão. O país foi um dos primeiros a ter alcançado suas metas de poluição. A estratégia adotada foi a de transferir à China e aos Tigres Asiáticos as plantas de baixa e média tecnologia, juntamente das produções altamente poluentes.

Conclusão.

As transformações ocorridas ao longo dos anos 1980 e 1990 atingiram um espaço geopolítico bem definido: as nações do Terceiro Mundo, ricas em recursos naturais, e talhadas, segundo as vantagens comparativas apresentadas continuamente pelas IFMs, a fornecerem produtos agrícolas ao mercado mundial. O endividamento destas economias as colocou como espaço privilegiado para investimentos rentáveis, já que a mão de obra barata e os recursos abundantes saíam a baixo custo para as economias industrializadas.

Quando estavam em suas fazes de crescimento, os países atualmente desenvolvidos protegiam a indústria nascente, cooptavam mão de obra especializada e contrabandeavam máquinas dos países mais desenvolvidos, envolveram-se em espionagem industrial e violavam obstinadamente as patentes e marcas. Entretanto, mal ingressaram no clube dos mais desenvolvidos e puseram-se a advogar o livre comércio e a proibir a circulação de trabalhadores qualificados e de tecnologia; também se tornaram grandes protetores das patentes e marcas registradas. (...)

Todos os países, mas principalmente os países em desenvolvimento, cresceram muito mais rapidamente no período em que aplicaram políticas 'ruins', entre 1960-1980, do que nas duas décadas seguintes, quando passaram a adotar políticas 'boas'. Reconhecer que as políticas supostamente 'boas' nada têm de benéfico para os países em desenvolvimento, pelo contrário, **na verdade é provável que as políticas 'ruins' lhes façam bem quando efetivamente implementadas. Agora, o mais interessante é que essas políticas 'ruins' são basicamente as que os países atualmente desenvolvidos aplicaram quando eram países em desenvolvimento.** (CHANG, 2003, p. 114, 214)

Segundo Zanetti, (2011), os países não desenvolvidos perdem US\$ 700 bilhões por ano em razão das barreiras comerciais existente nos países ricos. Para cada dólar recebido pelos países pobres sob a forma de ajuda de perdão da dívida externa há uma perda de 14 dólares provocada pelas barreiras comerciais. Um exemplo citado é sobre os subsídios aos produtores rurais norte-americanos, responsáveis por um terço da produção global agregada, a despeito do fato dos custos de produção nos EUA serem duas vezes maiores que o preço internacional de 42 centavos por libra. Em entrevista a rádio CBN sobre a semana de agricultura de Paris, em fevereiro de 2013, Bruno Blacher, editor da revista Agronegócios, compara o tamanho dos subsídios agrícolas existentes na União Europeia em proporção às exportações agrícolas brasileiras anuais:

A agricultura na Europa , é muito subsidiada, o orçamento de 2014 a 2020 prevê aí 50 bilhões de euros, por ano para agricultura, isso representa quase 40% do orçamento da União Europeia, isso dá 70 bilhões de dólares por ano, que é 70% do que o Brasil exporta de produtos do agronegócio por ano. (...) O produtor é muito subsidiado aqui na Europa, ele pagam o produtor até para preservam a paisagem no campo (...) ele ganha para plantar e para não plantar. (Subsídios agrícolas, boletim agronegócio, CBN, 26, fev. 2013.)

São diversos os países africanos que perdem entre 1% e 2% de sua renda total com as distorções presentes no comércio internacional, valores que superam a ajuda externa fornecida pelos Estados Unidos. O Mali, por exemplo, recebe US\$ 37 milhões de auxílio, mas perde US\$ 43 milhões em função da depreciação dos preços dos produtos agrícolas exportados. O Mali, um dos países que apresentam índices alarmantes de insegurança alimentar¹⁶⁴, mas que segue à risca a política de exportação de *commodities*. A fim de corrigir esta configuração deteriorada dos termos de troca não se assiste nenhuma ação sistemática das IFMs, tão pouco dos países beneficiados por este quadro¹⁶⁵.

O estado atual das políticas de meio ambiente realinhou as distorções econômicas, tal qual estabelecidas no comércio internacional desde os anos 1980. O mercado de emissões de créditos de carbono repôs as distorções econômicas em um novo patamar, colocando os países endividados no papel de fornecedoras de certificados de emissões.

O comércio de emissões é um sistema muito complexo com um objetivo muito simples: baratear os custos que empresas e governos devem destinar para cumprir seus objetivos de redução de emissões¹⁶⁶. Quanto mais o mercado de emissões cresce, mais eficiente economicamente ele se torna, mas, conforme foi desenvolvido, mais distante de reduzir concretamente as emissões ele fica. Pois, quanto mais ofertas de CERs no mercado, assim como menores são seus preços, também são menores os investimentos feitos em alterações na matriz energética dos países industrializados.

¹⁶⁴ Para mais: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/02/dois-milhoes-de-pessoas-estao-em-situacao-de-inseguranca-alimentar-no>>., < <http://www.onu.org.br/programa-mundial-de-alimentos-amplia-operacao-de-emergencia-para-ajudar-680-mil-pessoas-no-mali/>>. Acessadas em 22. Out. 2013.

¹⁶⁵ Cf. ZANETTI, 2011, p.91.

¹⁶⁶ Cf. The truth about Kyoto.

Dentro dos limites do acordo, as nações industrializadas podem seguir utilizando sua matriz energética até o dia em que se esgotarem as reservas de combustíveis fósseis. Paralelamente, serão criados novos mercados que permitirão que as outras nações que atravessaram o processo de desindustrialização nacional arquem com as alterações, tudo isso de maneira ecologicamente eficiente. Conforme Shyam Saram, enviado especial do Primeiro Ministro da Índia para Mudanças Climáticas:

As negociações sobre as mudanças climáticas estão a realizar-se no contexto de uma economia mundial cada vez mais globalizada, interligada e inter-dependente. Por isso, o desenvolvimento deve continuar a estar no centro do discurso global. A ação sobre as mudanças climáticas deve aumentar e não diminuir as perspectivas para o desenvolvimento. Não deve intensificar a divisão do mundo nos abastecidos países do Norte, e um Sul pobre, e justificar isso com um rótulo verde. (**Índia Perspectivas**, 2009, p. 24 - 25.)¹⁶⁷

O comércio de emissões não altera os sistemas de energia, de transporte, ou de consumo. Assim como também não modifica o modelo da agroindústria, nem tampouco tem observado os direitos das comunidades locais e indígenas. Enquanto isso a circulação da indústria baseada nos combustíveis fósseis e toda a escala e padrão de consumo que dela se origina continua a se propagar. O comércio de emissões privilegia a eficiência econômica, mas oculta simultaneamente questões sociais, políticas, tecnológicas e, sobretudo, históricas, que estão em jogo.

Ao invés de ser um marco nas relações entre países industrializados e países endividados por meio do princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, partindo da premissa estabelecida pelo IPCC, na qual os países responsáveis pela emissão histórica de CO₂ são os países industrializados; o comércio de emissões através do MDL restabelece os parâmetros observados ao longo dos anos entre países do Primeiro Mundo e do Terceiro Mundo, não fugindo a contextualização construída ao longo dos capítulos anteriores. O reconhecimento da responsabilidade dos países mais industrializados acabou por não se constituir em uma alavanca capaz de desfazer as distorções existentes entre o conjunto de países, e aquém de proporcionar o desenvolvimento sustentável das nações terceiro mundistas.

¹⁶⁷ O Caminho para Copenhaga: A posição da Índia sobre as Mudanças Climáticas. Índia Perspectivas. abr-jun, 2009, p. 24 - 25

Mesmo com a dilapidação ecológica feita pelo modelo produtivo capitalista, as políticas de meio ambiente reproduzem a mais fina lógica rentista em seus mecanismos. Como ficou claro na recente declaração da presidenta Dilma Russef na abertura da RIO+20, 2012: “Qualquer outro paradigma ‘fora do mercado’, relativo à proteção da natureza estará descartado na Cúpula da ONU”¹⁶⁸.

Regular um mercado altamente financeirizado, utilizando-se dos mecanismos apresentados é subjugar-se às normas de oferta e demanda integralmente. Desta feita, oferecer mecanismos de mercado à mitigação, à preservação ambiental com desenvolvimento sustentável é continuar separando trabalhadores de seus meios de produção, e transformando o meio ambiente em propriedade privada, fonte de renda, verdes ou não.

Através da leitura da teoria do valor proposta por Marx, um conjunto qualitativamente distinto e único em sua totalidade, como a natureza, passa a ser classificado como mercadoria dentro do modo de produção capitalista. Após a seleção prévia da natureza qualitativa, esta passa a ser tratada quantitativamente como recurso natural, despida de uma qualidade única, ou como parte constituinte de um amplo conjunto. O processo seguinte à redução das qualidades em quantidades é o deste último em medida, no qual os recursos naturais transformam-se em matéria-prima. Dessa forma, o recurso natural transformar-se em fator de produção, plenamente passível de ser medido e trocado, tornando-se assim mercadoria.

Também o trabalhador em toda a sua gama de qualidades, como ser distinto dos demais, porém indissociável do conjunto concreto social, passa a ser perante o capital um proletário, previamente despido de todas as suas qualidades, pois o processo de quantificação propicia a abstração das mesmas¹⁶⁹. Por sua vez, quando o proletariado adentra a cadeia produtiva, o faz como força de trabalho, medida de produção.

¹⁶⁸ Dilma Russeff, Lado B, p. 9

¹⁶⁹ Portanto, não devemos dizer que uma hora de um homem vale uma hora de outro homem, mas sim que um homem de uma hora vale tanto quanto outro homem de uma hora. O tempo é tudo, o homem não é nada, ele é, no máximo, a carcaça do tempo. A qualidade já não importa. A quantidade decide tudo: hora por hora, jornada por jornada. *Miséria da Filosofia*.

Quadro 11. Dialética dos Meios de Produção.

Qualidade	Quantidade	Medida
Natureza	Recurso Natural	Matéria-Prima
Trabalhador	Proletariado	Força de Trabalho

Elaboração própria.

Perante a sociedade de produtores de mercadorias, nada mais plausível do que transformar as forças materiais e energéticas em mercadorias, ou como propõe Bellamy Foster, em *The Ecological Rift*, (2010), o Capital, de maneira análoga a Midas, a tudo que incorpora transforma em mercadoria. Portanto, se a força de trabalho é explorada à exaustão como mercadoria, os recursos naturais também o serão. A crise ecológica com o capitalismo avançado de hoje tem sua origem nos fundamentos e princípios do funcionamento do próprio capitalismo (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p.41).

A citação do PNUMA sobre o capital natural ilustra a condição em que os elementos disponíveis na natureza são tratados pela economia liberal. A transformação dos recursos naturais em *commodities*, ou capital natural, reduz-se, segundo a PNUMA, a estoque e fluxo de serviços ecossistêmicos da Terra.

O Capital Natural incorpora todos os ativos naturais da Terra (solo, ar, água, flora e fauna) e todos seus serviços ecossistêmicos, que tornam possível a existência de vida humana. Produtos e serviços ecossistêmicos provenientes do Capital Natural valem trilhões de dólares por ano e constituem alimentos, fibras, água, saúde, energia, segurança climática e outros serviços essenciais a todos. Nem estes serviços, ou o estoque de Capital Natural que os provê, são adequadamente valorados em comparação ao capital social ou financeiro. Apesar de ser fundamental para o nosso bem-estar, o seu uso diário permanece despercebido pelo nosso sistema econômico. A utilização do Capital Natural desta forma não é sustentável. O setor privado, governos e todos nós precisamos aumentar nossa compreensão e prestar contas do nosso uso de Capital Natural, reconhecendo o custo real do crescimento econômico e sustentando o bem estar humano hoje e no futuro¹⁷⁰. (PNUMA, Declaração do Capital Natural, 2012)

A versão sobre a declaração do capital natural aos empresários norte-americanos vai mais longe:

¹⁷⁰

PNUMA, Declaração do Capital Natural, 2012

O aumento da pressão sobre os recursos naturais ao longo da década passada reverteu a tendência de queda nos preços dos recursos naturais em 100 anos. A declinante quantidade e qualidade da água, a perda de espécies, e a degradação dos ecossistemas não são apenas material para financiamento de projetos, mas também a outras classes de ativos, como renda fixa, ações, diferentes tipos de seguros e finança corporativa. **A Declaração de Capital Natural constrói a compreensão dos riscos do capital natural inerente a todas as classes de ativos relevantes, permitindo as instituições financeiras a informar e fortalecer seus modelos de risco de crédito**¹⁷¹. (PNUMA, The Natural Capital Declaration, p. 6, 2012. -grifo nosso-)

Mas o Protocolo de Quioto não cria uma simples mercadoria, ele cria uma mercadoria que apenas pode ser trocada na esfera das finanças. Uma mercadoria completamente abstrata que não gera lucros, mas renda tanto por sua simples propriedade, quanto pelo simples fluxo de capital que dela se produz. Os créditos de carbono acumulam em si a redução das qualidades existentes na natureza a mercadoria, pois foram criados para justificar a preservação da mesma, e são ativos financeiros, pois apenas podem ser trocados no ambiente fictício. Completa o quadro da financeirização do meio ambiente o entendimento feito pela PNUMA, o qual fixa a natureza como fonte de serviços que acaba por concretizar a geração de renda pelas simples qualidades produtivas que a natureza possui. Em suma, o que a economia faz hoje é levar aquilo que Ricardo chamou de Renda, ou Renda Diferencial I, conforme Marx, assim como a Renda Absoluta, e Renda Diferencial II, às últimas conseqüências.

Diante deste quadro amplo de deterioração das condições de existência dos países apontam-se propostas concretas não só para a condição ecológica, mas para a condição econômica, política e social das populações que vivem hoje no Terceiro Mundo, são elas:

O aprofundamento das relações comerciais entre os países do sul. A implementação de processos produtivos que respeitem os limites não só da natureza como também dos trabalhadores, o que irá demandar grandes recursos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias. A redistribuição de renda de forma

¹⁷¹ Increasing pressure on natural resources over the past decade alone has reversed a 100 year downward trend in resource prices. Declining water quantity and quality, loss of species, and degradation of ecosystems are not only material to project finance, but also to other asset classes such as fixed income, equities, different types of insurance and corporate finance. The Natural Capital Declaration builds understanding of natural capital risks inherent in all relevant asset classes, enabling financial institutions to inform and strengthen their credit risk models. **PNUMA**, The Natural Capital Declaration, p. 6, 2012.

equitativa entre a sociedade feita através das reformas agrária e urbana dos países do Terceiro Mundo.

Concomitantemente é necessária a diversificação da produção dos países, assim como alterar o modelo de crescimento dos mesmos, a algo que corresponda às necessidades de sua sociedade e economia e não das demandas internacionais exclusivamente. O que passa pela re-estatização de muitas empresas negociadas pelos processos de privatização impostos ao longo dos anos de liberalização das economias dos países endividados.

Para a viabilização destes investimentos a implementação da Taxa Tobin, uma taxa sobre transações financeiras, poderia garantir recursos que viabilizariam o resgate das populações e economias de países inteiros sem recorrerem novamente ao endividamento externo. Outra fonte de recursos é a própria anulação completa da dívida, com seus serviços e o principal, permitindo dentre outras possibilidades, a criação de fundos de desenvolvimento nacionais a partir dos dividendos que antes incorreriam para o pagamento dos débitos.

A implementação de tais medidas são capazes de permitir a saída de bilhões de pessoas da condição de miséria em que vivem atualmente. O que há de comum entre estas propostas é a escolha pelo processo de reconciliação do homem e a natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Biblioteca Digital da Câmara: Brasília, 1995, 475p.

ANDRADE, J. VENTURA, A. Conflitos socioambientais no projeto de mdl da plantar s.a. interesses muito além das fronteiras locais. **eGesta**, v. 4, n. 1, jan.-mar./2008, p. 124-157.

ARANTES, P. Último roud. **Margem Esquerda. Ensaios marxistas**, nº5, maio, 2005. p, 41-50.

ARRIGHI, G. As escalas da turbulência global. **Margem Esquerda. Ensaios marxistas**, nº5, maio, 2005. p, 58-63.

_____, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** Tradução: Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ASSIS, J.C. DORIA, F.A. **Universo neoliberal em desencanto.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BASHEER, K. Desertification is nearly as critical as climate change. **The Hindu**, Bangalore, 18, jun, 2012. Opinião. Disponível em: <www.thehindu.com/opinion/interview/article3540067.ece>. Acesso em: 22/ jun/ 2012.

BENAKOUCHE, R. **O que é capital internacional.** 4º ed, São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2008.

BERGSTEN, Fred. **The Threat from the Third World**, Foreign Policy, Washingtonpost, Newsweek Interactive, LLC, nº.11, 1973, pp. 102-124. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1148041>>. Acessado em: 02 dez.2012.

BERUTTI, F. FARIA, R. MARQUES, **A história do tempo presente.** 2º ed, São Paulo: Contexto, 2007.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia.** Tradução: Cláudia Martins e Mônica Rosemberg, São Paulo, 2007, 4º ed., Personal Prentice Hall.

BOGGIANI, P.C; Teria estado o planeta Terra totalmente coberto por gelo centenas de milhões de anos atrás?. In **Revista USP**, São Paulo, 2006, nº 71, p. 30-37.

BRENNER, R. **O boom e a bolha: Os Estados Unidos na economia mundial.** Tradução: Zaida Maldonado, Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. Novo Boom ou Nova Bolha? Acesso em 05 de Agosto de 2011, disponível em **New Left Review**: <<http://www.newleftreview.org/A2490>>. 25 jan. 2011.

BRITISH PETROLEUM. Disponível em:
<[http://www.bp.com/liveassets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/reports and public ations/statistical energy review 2011/STAGING/local assets/pdf/oil section 2011.pdf](http://www.bp.com/liveassets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/reports_and_publications/statistical_energy_review_2011/STAGING/local_assets/pdf/oil_section_2011.pdf)>.
Acesso em: 19 mar. 2012.

BRUNO, M. DIAWARA, H. REIS, A. RUBENS. Finance–Led Growth Regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas. In: **Encontro Nacional de Economia Política**, 14, 2009, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo, 2009.

CAMPOS, C. **Emissões históricas de Co2 da mudança do uso da terra para agricultura e pastagem e a contribuição dos países para a mudança do clima - a proposta do Brasil para a Convenção do Clima**. 2007, doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

CAN-E. Disponível em: <<http://www.climnet.org/resources/climate-glossary>>.
Acesso 27 abr. 2012.

CAPELETI, P. **O crescimento dos ativos financeiros a partir dos anos 90**. 2013, iniciação científica, Universidade de São Paulo, 2013.

CAPRA, Fritjof. **Pertencendo ao universo: exploração nas fronteiras da ciência e da espiritualidade**. São Paulo: Cultrix, 1991.

CARBON TRADE WATCH. **El Mercado de emisiones: como funciona e por qué fracassa**. abr. 2010. Disponível em <www.carbontradewatch.org/publications/el-mercado-de-emisiones-como-functiona-y-por-que-fracasa.html>. Acessado em: 2012.

CARVALHO, F. J. **Bretton Woods aos 60 anos. Novos Estudos**, CEBRAP, Nov. 2004, nº 70, p. 51-63.

CARVALHO, M. B. **O que é Natureza**. 2ºed, São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2003.

CATANI, A. **O que é Imperialismo**. 9º ed, São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2004.

CAVALCANTI, C. Meio Ambiente, Celso Furtado e desenvolvimento como falácia. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. V, nº2, ago-dez. 2002.

CHANG, H. Joon. **Chutando a Escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Unesp, 2003.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. (Org.) **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração consequências**. Tradução: Rosa Mª Marques, Paulo Nakatani, São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. (Org.) **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. Tradução: Carmem Cristina Caccicarro, Luís Leira, Silvana Foá, Valéria Coêlho da Paz. São Paulo: Xamã, 1996.

_____; SERFATI, C. "Ecologia" e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. in **Crítica Marxista**, São Paulo, 2003, n.º 16, p. 39-75.

CLARCK, B. FOSTES, J. YORK, R. **The ecological rift: capitalism's war on the earth**. New York: Monthly Review Press, 2010.

_____. YORK, R. **Carbon metabolism: Global capitalism, climate change, and the biospheric rift**. Eugene: Theory and Society, 2005.

_____. FOSTER, J. **Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo**. In: PANITCH, Leo, LEYS, Colin (eds.). O Novo Desafio Imperial. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. CLACSO, 2006.

_____, FOSTER, J. YORK, R. **The critique of intelligent design: Epicurus, Marx, Darwin, and Freud and the materialist defense science**. Eugene: Theory and Society, 2007.

CLUBE DE ROMA. Disponível em: < <http://www.clubofrome.org/>>. 24 nov. 2012.

COELHO, J. **Economia, poder e influência externa. O Banco Mundial e os anos de ajuste na América Latina**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

COGGIOLA, O. O que está em jogo na ECO-92. In **Estudos**, São Paulo, abr. 1992, n.º 32, p. 41-47.

COMUNICADO FINAL DA CONFERENCIA SOBRE A DÍVIDA EXTERNA DE ECONOMISTAS E JURISTAS DEMOCRÁTICOS. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 7, n.º 2, abr-jun. 1987.

CONVENÇÃO QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA, Ministério da Ciência e Tecnologia. - Texto editado e traduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia com o apoio do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. sd. Disponível em < <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4069.html>>.

CORAZZA, R. I. . Contribuições selecionadas ao debate sobre os Limites do Crescimento à luz de idéias de Georgescu-Roegen. **Economia** (Brasília), Brasília, v. 6, n.2, p. 435-461, 2005.

DAVID, M. D. A transnacionalização econômica vc. Autonomia das políticas nacionais. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 3, n.º 1, jan-mar. 1983.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. Tradução: Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DAVIS, T. As causas e consequências da dívida latino-americana. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 4, n.º 3, jul-set. 1984.

DIAS, M^a, A. Efeito Estufa e mudanças climáticas regionais. In **Revista USP**, São Paulo, 2006, nº 71, p. 44-51.

DOWBOR, L. **A formação do terceiro mundo**. 2^o ed, São Paulo: Brasiliense, Coleção tudo é história, 1997.

DOWBOR, L. A crise internacional e as relações Norte-Sul. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 2/2 nº 6, abr-jun. 1982.

_____, L. A crise internacional e as relações Norte-Sul. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 2/2 nº 6, abr-jun. 1982.

DUMÉNIL, G. Lévy, D. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, nº 1 (29), p. 1-19, abr. 2007.

_____. O Neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. in **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração consequências**. Tradução: Rosa M^a Marques, Paulo Nakatani, São Paulo: Boitempo, 2005. p. 85-108.

ECODEBATE. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2010/09/01/mdl-ongs-acusam-industrias-de-criarem-milhoes-de-creditos-de-carbono-falsos/>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

EICHENGREEN, B. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. Tradução: Sergio Blum, São Paulo: Editora 34, 2000.

FERREIRA, Filho, de. Ajustamento estrutural e crescimento agrícola na década de 80: notas adicionais. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 18, nº 4, out-dez. 1998.

FIESCNET. Disponível em: <http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/site_topo/mdl/info/cota-ao-co2>. Acessado em: 19 mar. 2012.

FILGUEIRAS, I. **História do plano real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo, 2000.

FIORI, J.L. **Globalização, hegemonia e Império**. In: Tavares, M.C; Fiori, J.L. (orgs). Poder e Dinheiro. Petrópolis: Vozes, 1997.

FOLADORI, G. O metabolismo com a natureza. In **Crítica Marxista**, 2001, São Paulo, nº 12, p. 105-117.

_____. A questão ambiental em Marx. In **Crítica Marxista**, São Paulo, 1997, nº 4, p. 140-161.

FOSTER, J. **The ecological revolution: making peace with the planet**. New York: Monthly Review Press, 2009.

_____. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Tradução: Maria Tereza Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Ecology against capitalism.** New York: Monthly Review Press, 2002.

_____. A Ecologia da Economia Política Marxista; **Lutas Sociais**, nº 28, p. 87-104, 1º sem. 2012.

_____. The four laws of ecology and the four anti-ecological laws of capitalism. **Climate and Capitalism**, 2, abr, 2012. <<http://climateandcapitalism.com/2012/04/02/four-laws/>>. Acesso em: 10 mai. 2013.

FURTADO, C. A invenção do subdesenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 15, nº 2 (58), abr-jun. 1995.

_____. Prebisch. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 6, nº 3, jul-set. 1986.

_____. Estado e transnacionais na industrialização periférica. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 1, nº 1, jan-mar. 1981.

GOLDEMBERG, J; LUCON, O. Energias Renováveis: um futuro sustentável. In **Revista USP**, São Paulo, 2006-07, nº 72, p. 6-15.

GOLDMAN SACS. Disponível em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/environment-and-energy/env-policy.html>>. Acessado em: 19 mar. 2012.

GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização.** 2º ed, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. POMAR, V. **O Brasil endividado. Como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90.** São Paulo: Perseu Abramo, 1996.

GONZÁLES, H. **O que é subdesenvolvimento.** 15º ed, São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1998.

GOWAN, P. **A roleta global.** Tradução: Regina Bhering. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GRESPLAN, J. **O Negativo do Capital:** O conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. A Desmedida da Crise, in **Discurso**, São Paulo, 1996, nº 27, p. 117-137.

_____. A dialética do avesso. **Crítica Marxista**, São Paulo, 2002, nº14, p. 26-47.

GRIFFITHS, T. “REDD” O “Desmatamento Evitado” e os direitos dos Povos Indígenas e comunidades locais. **Forest Peoples Programme**, jun, 2007. Disponível em

<<http://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2010/01/avoideddeforestationredjun07port.pdf>>.

HARVEY, D. O “novo” imperialismo: sobre rearranjos espaciotemporais e acumulação mediante despossessão. **Margem Esquerda. Ensaios marxistas**, nº5, maio, 2005. p, 31-40.

HENK, M. SCHAEFER, J. O Lucrativo Negócio com o Ar Poluído. **Revista GEO**, São Paulo, 2011, nº26, p. 96-109.

HERRERA, A. O., CHICHILNINISKY, G., GALLOP´IN, G. C., MOSOVICH, D., ROMERO BREST, G. L., SUAREZ, C. E., & TALAVERA, L. **Catastrophe of New Society? A Latin American World Model**. International Development Research Centre, Ottawa, Canada, 1976.

HOBBSAWM, E. **A era dos impérios**. Tradução: Sieni Mª Campos e Yolanda S. de Toledo, 10ªed, São Paulo: Paz e Terra, 2006.

IEA. Disponível em: <<http://www.iea.org/journalists/facts.asp>>. Acesso em: 19 mar. 2012.

INDONESIA'S PLAGUE OF FIRE, **National Geographic Magazine**, ago, 1998. Disponível em <<http://ngm.nationalgeographic.com/print/2008/11/indonesia-fires/simons-text>>.

INSTITUTO CARBONO BRASIL **Instituto Carbono Brasil**. Disponível em: <<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias/noticia=727978>>. Acesso 25 abr. 2012.

IPCC - PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA. Cambio climático 2007: Informe de Síntesis. Publicado por el Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático. 2008.

_____. **Mudança do Clima 2007: A Base das Ciências Físicas. Contribuição do Grupo de Trabalho I ao Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima**. Paris, fevereiro de 2007.

_____. **Methodological and Thechnological Issues in Thechnology Transfers. Summary for Policymakers**. IPCC, 2000.

KUCINSKI, B. **O que são multinacionais**. 14ªed, São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2009.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Tradução: Olinto Beckerman, 3ª ed, São Paulo: Global, 1985.

LIMA, J. de Souza. Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos naturais. In **FAE**, Curitiba, jan/jun. 2004, v.7, nº1, p. 119-127.

LIMA, T. C. O princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas no direito internacional ambiental. **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, 17 abr. 2009, p. 160 – 197.

LOHMANN, L. **Mercados de Carbono: La neoliberalización del clima**. Universidad Politécnica Salesiana: ABYAYAIA, 2012.

LOWY, M. **Ecosocialismo por Michael Löwy**. In Blog da Boitempo, abr. 2011. Disponível em: <<http://boitempoeditorial.wordpress.com/2011/03/01/1003/>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

_____. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 9ª edição, São Paulo, Cortez, 2009.

MACNEILL, J. WINSEMIUS, P. YAKUSHIJI, T. **Beyond Interdependence: The Meshing of the World's Economy and the Earth's Ecology**. A Trilateral Commission Book. 1991, 163 p.

MAGDOFF, H. **Imperialismo: da Era Colonial ao Presente**. Tradução: Ruy Jungman, Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MALAN, P. Uma crítica ao Consenso de Washington. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 11, nº 3 (43), jul-set. 1993.

MARCOVITCH, J. Mudanças Climáticas e Multilateralismo. In **Revista USP**, São Paulo, 2006-07, nº72, p.16-27.

MARQUES, R. NAKATANI, P. **O que é capital fictício e sua crise**. 1ª ed, São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2009.

MARTINS, M. (Org.). **O Banco Mundial e a terra: Ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viamundo, 2004.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri, São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, São Paulo: Vol. I, II e III, Nova Cultural, Os Economistas, 1985.

MEADOWS, Donella. **Limites do crescimento : um relatório para o projeto clube de roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MESSARI, N. NOGUEIRA, J.P. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MÉSZÁROS, I. **A Teoria da Alienação em Marx**, São Paulo: Boitempo, 2006.

MILLET, D. TOUSSAINT, É. **50 Perguntas e Respostas: sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial**. Tradução: Noémie Rodrigues Josse. São Paulo: Boitempo, 2002, p.105.

MINISTÉRIO DE MINAS ENERGIA. **Contexto mundial e preço do petróleo: Uma visão de longo prazo**. Brasil, 2008. Disponível em:

http://www.epe.gov.br/Petroleo/Documents/Estudos_29/Contexto%20Mundial%20e%20Pre%C3%A7o%20do%20Petr%C3%B3leo%20Uma%20Vis%C3%A3o%20de%20Longo%20Prazo.pdf. Acesso em: 19 mar. 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Instituto para Estratégias Ambientais Globais, IGES. **MDL Ilustrado**. Japão, 2009, versão 8.0. Tradução: Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasil.

MIROW, R. K. **A ditadura dos cartéis: anatomia de um subdesenvolvimento**. 7ª ed, Civilização Brasileira, 1978.

MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa: Publicação Europa-América, [s/d].

MOVIMIENTO MUNDIAL POR LOS BOSQUES TROPICALES. **El amargo fruto de la palma aceitera: despojo y deforestación**. Montevideo, ago. 2001.

MÜLLER, M. L; **Exposição e Método Dialético em 'O Capital de Marx'**, Belo Horizonte, in Boletim SEAF, 1982, nº2, p. 17-41.

NO REDD PAPERS, VOLUME I. nov.2011. Disponível em noredd.makenoise.org >.

NOBRE, M. **Lukács e os limites da reificação: um estudo sobre História e consciência de classe**. Editora 34, 2001.

NOVACK, G. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Sudrmann, 2008.

NOVAES, W. **A Terra pede água**: Coletânea de artigos de Washington Novaes, Brasília: Governo do Distrito Federal, 1992.

O CAMINHO PARA COPENHAGA: A POSIÇÃO DA ÍNDIA SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS. **Índia Perspectivas**. abr-jun, 2009, p. 24 - 25.

O Lado B da Economia Verde: roteiro para uma cobertura jornalística crítica da RIO+20. **Fundação Heinrich Böll Stiftung Brasil, Repórter Brasil**. Rio de Janeiro, mai., 2012.

OUR COMMON FUTURE. United Nations, 4 Aug., 1987.

PALAST, G. **A melhor Democracia que o dinheiro pode comprar**. São Paulo: Ed. Francis, 2004, p. 167-173.

PASSOS, R. Uma leitura sobre Clausewitz, Lenin, a revolução e a guerra. **Outubro** (São Paulo), v. 20, p. 149-169, 2012.

PAULANI, L. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23 (66), 2009.

_____. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. A Autonomização das Formas Verdadeiramente Sociais na Teoria de Marx: Comentários sobre o Dinheiro no Capitalismo Contemporâneo. **Economia**, Brasília(DF), v.12, n.1, p.49–70, jan/abr 2011.

PEREIRA, L. Ramos. BONECINI, R de Almeida. XXXIII -Encontro Nacional da Anpec. **A Utopia Keynesiana, Princípios Políticos e Econômicos de J.M. Keynes**. 2010.

PETRI, S. Extinções Orgânicas. In **Revista USP**, São Paulo, 2006, nº 71, p. 38-43.

PIRES, E. Deterioração os termos de troca e intercâmbio desigual. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 1, nº 2, abr-jun. 1981.

PONTIM, J. A; MASSARO, S. **O que é Poluição Química**. 3º ed, São Paulo: 1982 Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2001.

PREBISCH. R. Desigualdade e acumulação no capitalismo periférico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 7, nº 1, jan-mar. 1987.

PRESSER, M. F. Crise Americana: 'supply-side economics'. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 1, nº 3, jul-set. 1981.

PRIETO, G. **A sede do capital: o abastecimento de água em favelas da periferia da cidade do Rio de Janeiro**. Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo, jan. 2011.

PROTOCOLO DE QUIOTO, Ministério da Ciência e Tecnologia. - Texto editado e traduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia com o apoio do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. 1997. Disponível em <www.mtc.gov.br/index.php/content/view/28739.html>.

REBÊLO, M. Jr. **O desenvolvimento sustentável: a crise do capitalismo e o processo de recolonização**. 2002, doutorado, Universidade de São Paulo, 2002.

ROMERO, A. Estratégia imperial e instabilidade mundial. **Margem Esquerda, ensaios marxistas**, nº5, maio, 2005. p, 51-57.

ROSDOLSY, R. **Gênese e estrutural de O capital de Karl Marx**. Tradução: César Benjamin, Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 2001.

SABBI, A. **O que é FMI**. 1º ed, São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2004.

SACHS. I. Internacionalização da economia ou desenvolvimento endógeno? Os lances da crise no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 4, nº 3, jul-set. 1984.

SALVIATTI, A. P. **A exuberância irracional do capital. Um estudo de história econômica dos últimos 60 anos de capitalismo e de sua dinâmica**. In: Encontro

de Pós Graduandos - FFLCH-USP, VI., São Paulo, 2011. ISBN: 978-85-7506-195-4.

SARAN, S. O Caminho para Copenhaga: A posição da Índia sobre as mudanças climáticas. **Índia Perspectivas**, p. 14, abr- jun. 2009.

SCHÜTRUMPF, J. **Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade**. Tradução: Isabel Maria Loureiro, São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SERRES, Michel. **O contrato natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SOUZA, Gleice Donini de. **Aplicação do mecanismo de desenvolvimento limpo: o caso novagerar**. 2007, mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

STIGLITZ, J. E. **Os exuberantes anos 90: uma nova interpretação da década mais próspera da história**. Tradução: Sylvia M^a Cristovão, Dantes Mendes, José Francisco Golçalves, Roberto Mazzaer, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

STRONG, M. Disponível em: < <http://www.mauricestrong.net/>>. Acesso em 24 nov. 2012.

TAVARES, M, C. A retomada da hegemonia norte-americana, **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 5, nº 2, abr-jun. 1985.

TEIXEIRA, R. A. **Dependência, Desenvolvimento e Dominância Financeira: a economia brasileira e o capitalismo mundial**. Doutorado. Faculdade de Economia. São Paulo, São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo, jan. 2007.

THE ECONOMIST. Let them eat pollution. **The Economist [US]**, New York, v. 322, p. 66, 8 fev. 1992. Academic OneFile. disponível em: <<http://go.galegroup.com/ps/i.do?id=GALE|A11819818&v=2.1&u=capes77&it=r&p=AONE&sw=w>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

TORRE, W. Monocultivos de eucalipto e florestas: conceitos inconciliáveis. **ALAI, América Latina em Movimento**, fev. 2013. Disponível em < <http://alainet.org/active/61438&lang=es>>.

TORRES, A. A crise do desenvolvimento africano nos anos 80. In **Estudos de Economia Africana**, Instituto Superior de Economia, sl, ISEG vol. VI, nº3, abr-jun, 1986, Número especial.

TOUSSAINT, É. MILLET, D. **50 respostas: sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial**. Tradução: Noémie Rodrigues Josse. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Os números da dívida**. CADTM, 2012.

TRILATERAL COMISSION. Disponível em: < <http://www.trilateral.org/>>. Acesso em 25 nov. 2012.

UNITED NATIONS. The Challenge of Slums. Global Report on Human Settlements 2003. United Nations Human Settlements Programme. UK and USA: 2003.

_____. Convención Marco sobre el Cambio Climático. Datos de los inventarios nacionales de gases de efecto invernadero correspondientes al período 1990-2010. Distr. general 16 de noviembre de 2012.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia: uma abordagem moderna**. 7ªed, Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

VEBLEN, T. **Absentee Ownership and Business Enterprise in Recent Times**. New York: Augustus M. Kelly, 1964.

WORLD BANK. World Development Report 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002.

_____. World Development Indicator, 2002.

_____. State and Trends of the Carbon Market. **CARBON FINANCE AT THE WORLD BANK**. Washington DC, May, 2012.

_____. Mapping Carbon Pricing Initiatives: Developments and Prospects. **CARBON FINANCE AT THE WORLD BANK**. Washington DC, May, 2013.

YERGIN, D. **O petróleo: Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro**. Tradução: Leila Marina, Maria Guimarães, Maria Góes. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

ZANETTI, A. **Comércio Internacional: do GATT à OMC**. São Paulo: Claridade, 2001.

ŽIŽEK, S. **A visão em paralaxe**. Tradução: Maria Beatriz de Medina, São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Primeiro como tragédia**, depois como farsa. Tradução: Maria Beatriz de Medina, São Paulo: Boitempo, 2009.